

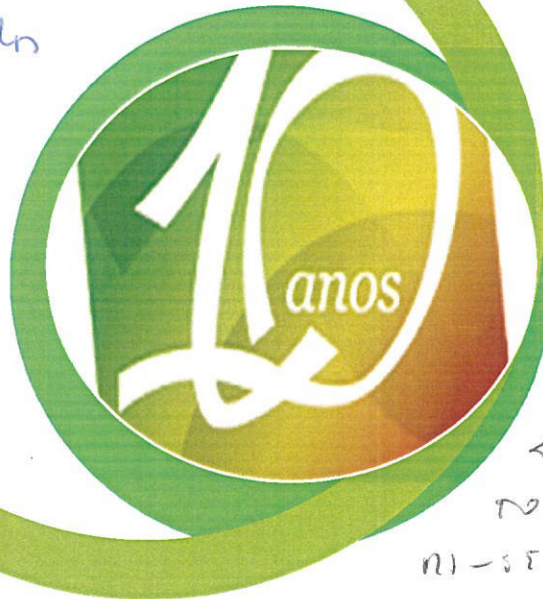
RELATÓRIO DE ATIVIDADES E AUTOAVALIAÇÃO 2015

*Com base nos relatórios dos
serviços e através do
processo PAA.*

*À consideração do
Sr. Inspetor-Geral
para aprovar.*

15.4.2016

Fernando Santos Pereira
Subinspetor-Geral



*Visão aprovada.
Relatório a usar
atividades que
for desenvolvidas
pela organização
no ano em curso,
mantendo as
conclusões e
recomendações
do relatório
anterior.*

2016/04/25



Pedro Portugal Gaspar
Inspetor-Geral

Ficha Técnica

Título

Relatório de Atividades e Autoavaliação de 2015

Edição

Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

Rua Rodrigo da Fonseca, nº 73
1269-274 Lisboa

Tel. 217 983 600
Fax: 217 983 654

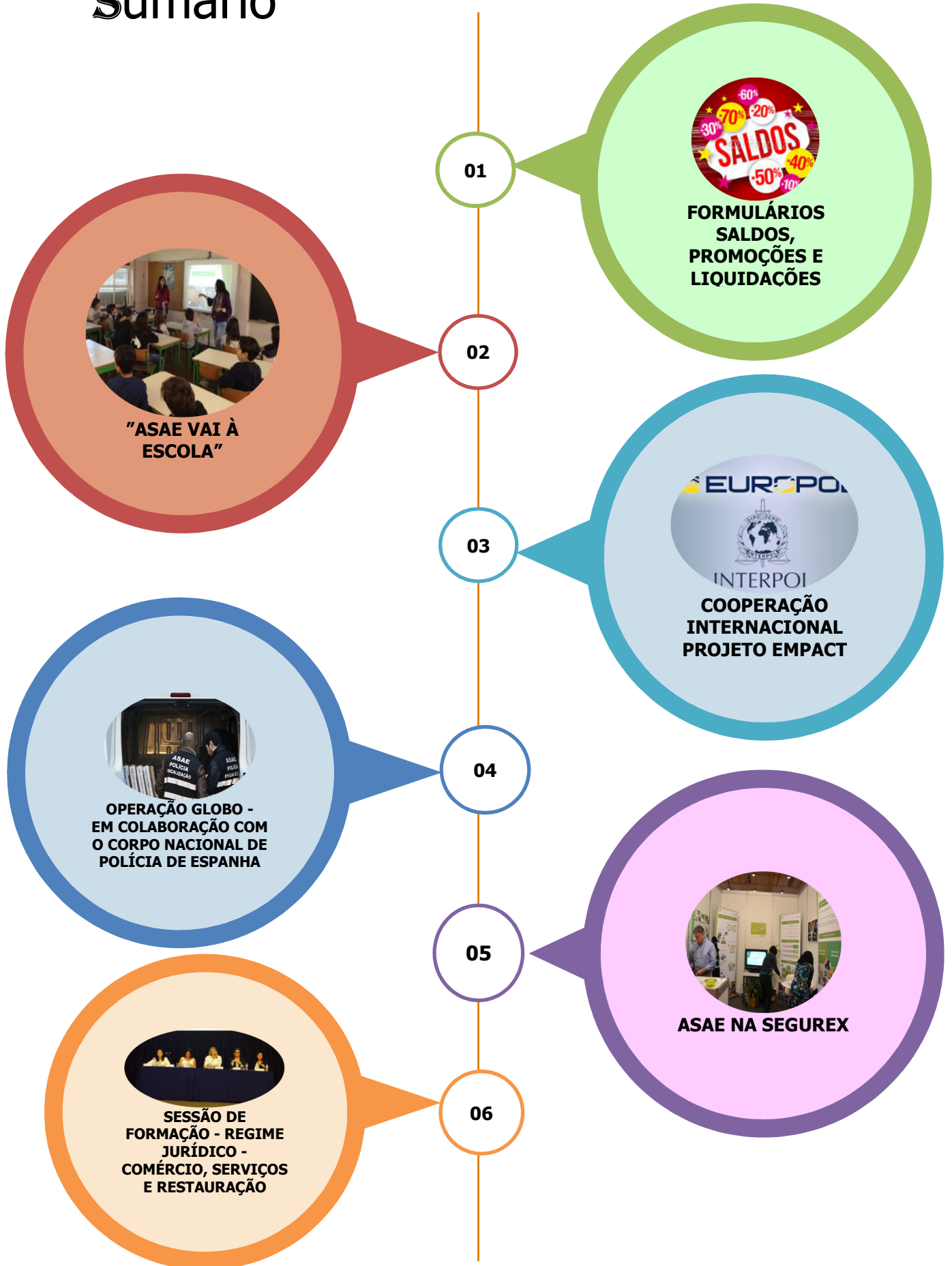
Email:
correio.asae@asae.pt

Data de edição
abril 2016

*É fazendo que se aprende a fazer
aquilo que se deve aprender
a fazer*

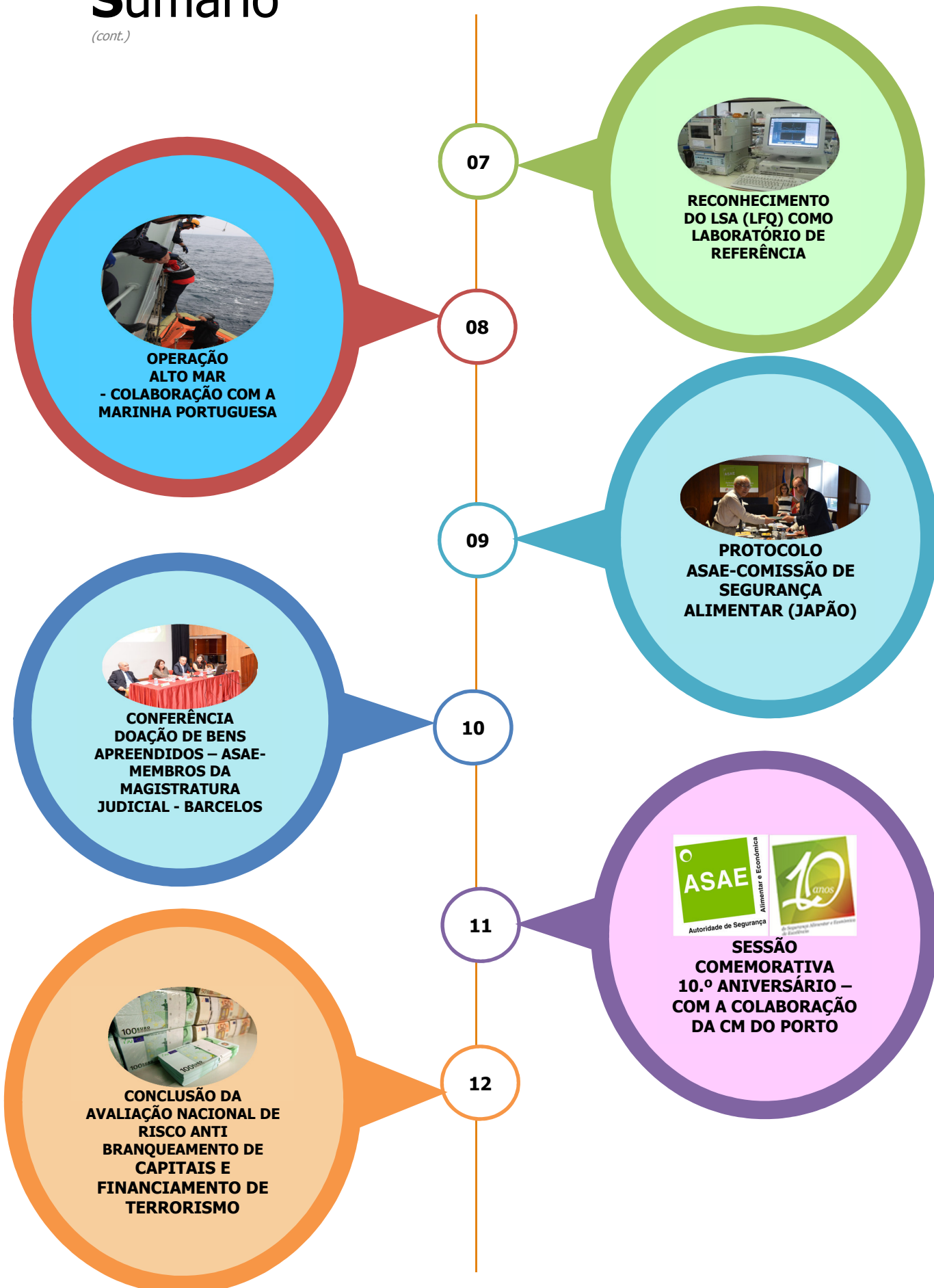
Aristóteles

Sumário



Sumário

(cont.)



Sumário

(cont.)

No ano de 2015, da extensa atividade desenvolvida pela ASAE importa sumarizar algumas situações e aspetos, reportados ao longo do presente Relatório, que merecem nota de destaque na avaliação do balanço da gestão da organização no ano em referência.



	<p>Operações em conjunto com a EUROPOL</p>	<p>OPSON – apreensão de 12,5 mil unidades + 5 toneladas + 380 mil litros (géneros alimentícios) no valor de 224 mil euros</p>
	<p>Operação Entrepostos</p>	<p>ACTION METAL DAY - Gestão de Resíduos Metais não preciosos – Apreensão de 3 unidades (balanças) no valor de 14 mil euros</p>
	<p>Operação Tubos</p>	<p>Apreensão de 150 toneladas de produtos alimentares</p>
	<p>Operação Queijo Barra</p>	<p>Produtos apreendidos - superior a 1,2 milhões de euros</p>
	<p>Operação ONLINE PRODUCT SAFETY SWEEP</p>	<p>Apreensão de 14 toneladas de produtos análogos a queijo</p>
	<p>Óleo de ouro I e II</p>	<p>1ª ação internacional na área económica de Comércio Online (segurança geral de produtos) – OCDE -</p>
	<p>Investigação à comercialização de produtos vitivinícolas</p>	<p>Investigações sobre fraudes alimentares de azeites</p>
	<p>Doce Cepa com a apreensão de 324 mil litros de vinho tinto e licoroso que através de análises laboratoriais foi classificado como anormal e com falta de requisitos</p>	<p>Apreensão de 250 mil litros de litros de vinho e outros produtos vînicos, no valor aproximado de 650 mil euros</p>
<p>Investigações ibéricas em estreita colaboração com o Corpo Nacional de Polícia e Guarda Civil de Espanha</p>	<p>Operação Globo</p>	<p>Apreensão de rolamentos industriais contrafeitos – no valor superior a 800 mil euros</p>
<p>Operação APRILIS</p>	<p>Apreensão de 38.000 unidades de vestuário e calçado contrafeito; 6 máquinas industriais e numerário, no valor de 217 mil euros</p>	
<p>Operação DAKAR</p>	<p>Apreensão de 100 mil unidades no valor de 50 mil euros</p>	
<p>Operação Mercados</p>	<p>Apreensão de 22 mil unidades de produto contrafeito, 2 armas de fogo e 1 bastão extensível</p>	
<p>11 medidas restritivas – RETIRADA IMEDIATA DE PRODUTOS NÃO SEGUROS DO MERCADO</p>	<p>Produtos - brinquedos, produtos da construção, produtos têxteis, equipamentos de proteção individual, calçado, equipamentos de baixa tensão e segurança geral dos produtos</p>	
<p>15 operações suspeitas – BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS – Crime de prevenção prioritária</p>	<p>No âmbito da política criminal para o biénio 2015-2017 – foram pela 1.ª vez, identificadas e comunicadas, à Unidade de Informação Financeira da PJ e PGR de operações suspeitas decorrentes de ações especiais de inspeção a diversos sectores de atividade, entre outros - venda de automóveis, embarcações e aeronaves; ourivesarias; galerias de arte; antiquários, com elevados valores comercializados</p>	



RESULTADOS A NÍVEL CIENTÍFICO E LABORATORIAL - LABORATÓRIO DE SEGURANÇA ALIMENTAR (LSA)

- O Laboratório de Microbiologia, pertencente ao LSA, recebeu a **acreditação**, pelo **Instituto Português de Acreditação (IPAC)** para 8 novas deteções de espécies animais em alimentos por *Polymerase Chain Reaction (PCR)*, passando a ser o **único laboratório de controlo oficial com métodos acreditados no âmbito da autenticidade alimentar**. Facto que **reforça o controlo da fraude alimentar**;
- O Laboratório de Bebidas e Produtos Vitivinícolas, integrado no LSA, no âmbito da **exportação de bebidas para o Brasil**, em **2015** passou a integrar o **Sistema Brasileiro de Cadastro de Organismos e Laboratórios Estrangeiros (SISCOLE)**;
- O Laboratório de Físico-Química, integrado no LSA, foi reconhecido como **Laboratório Nacional de referência** para análise de hidrocarbonetos aromáticos policíclicos (PAHs);
- A avaliação anual do IPAC ao LSA evidenciou um número reduzido de constatações relativamente ao número de ensaios acreditados, o que demonstra a existência de um **sistema de controlo de qualidade robusto e eficaz**;
- **O perfil de clientes do LSA** (*vide* figura seguinte) demonstra que cerca de um terço da sua atividade é dedicada ao serviço de clientes externos.

Origem das amostras analisadas no LSA

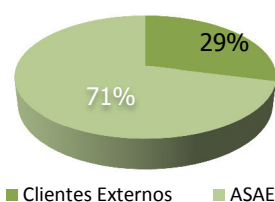


Ilustração 2 – Origem das amostras analisadas nos laboratórios da ASAE em 2015

- Participação no Grupo de Trabalho coordenado pela **Direção Geral da Saúde para a redução do consumo de sal na população portuguesa**;
- Participação no Grupo de trabalho responsável pela elaboração do **“Plano nacional de Gestão de Crises Alimentares (PNGCA)”**;
- **Participação e coordenação de projetos de Comunicação dos Riscos**, dirigidos às crianças, destacando-se a título de exemplo: o projeto **“Alimento Seguro”**; a publicação do livro **“Curso de defesa contra bactéria más”** e o início da colaboração com a Direção Geral de Saúde no Projeto **“come devagar e bem e mexe-te também”**.



RESULTADOS A NÍVEL INFORMATIVO

- Comemorações **do 10.º aniversário da ASAE** – Realização de 10 sessões ao longo do país, de Faro a Mirandela, terminando no Porto, no dia do seu aniversário a 3 de novembro;
- Reestruturação da informação do *website* da ASAE, nomeadamente da **área alimentar - controlo oficial dos géneros alimentícios**, e a área da **investigação criminal**;
- Criação de dois **formulários** relativos às comunicações obrigatórias no âmbito do diploma relativo aos **Saldos, Promoções e Liquidações** numa **ótica de modernização e simplificação administrativa**;
- Elaboração de **guiões de fiscalização para matérias com alterações legislativas** nomeadamente, sobre as **Práticas Individuais Restritivas do Comércio (PIRC)** e os **Empreendimentos Turísticos**, com destaque para o **Alojamento Local**.
- **Participação da ASAE no SEGUREX** – Salão de Segurança;
- Conclusão da **Avaliação Nacional de Risco anti-branqueamento de capitais e contra o financiamento do terrorismo**;
- Publicação e **distribuição mensal da newsletter "ASAEnews"** a **7.850** subscritores;
- Dos stakeholders destacam-se os **órgãos de comunicação social** cujas matérias que suscitaram maior interesse surgem no âmbito a segurança alimentar e a saúde pública, (41%) e a propriedade industrial e práticas comerciais (34%);





RESULTADOS A NÍVEL ORGANIZACIONAL

- **Elaboração** do projeto de diploma que cria um **Regime Geral das Contraordenações Económicas**;
- **Diminuição da pendência do processo em fase de decisão (5.000 processos)**;
- **Elevado número de sessões públicas de esclarecimentos**, decorrente da publicação e implementação de três regimes jurídicos novos de grande complexidade que conferem competências à ASAE – **Regime Jurídico do Alojamento Local, Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração (RJACSR) e Regime Jurídico da ourivesaria e das contrastarias (RJOC)**;
- **Participação** numa iniciativa denominada “**Showcasing de Boas Práticas de Valorização das Pessoas**”, organizada pelo INA (Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas), com apresentação dos projetos “**A criação da rede nacional de dormitórios - melhores condições de saúde** (exames médicos e medições de amianto)”, na categoria **Gerir a Mudança** e “**Formação/tiro policial e criação de bolsa de formadores**” na categoria **Desenvolver a Confiança**.
- **O agradecimento por parte de 52 entidades terceiras** destacando-se as seguintes:

Associação de Vinhos e Espirituosas de Portugal

Inspecção Alimentar e Económica, de Timor-Leste

Câmaras Municipais (Lisboa; Espinho, Odivelas; Vinhais; Setúbal; Évora; Albufeira; entre outras)

RickiParodi SA

Ministério Público, Comarca de Lisboa Norte, Departamento de Investigação e Ação Penal

Autoridade para as Condições de Trabalho

Santa Casa de Misericórdia de Cascais

MAN Truck & Bus AG

Comunidade Juvenil S. Francisco de Assis



COOPERAÇÃO E COLABORAÇÃO

- **Portugal foi eleito Vice-Presidente** do Fórum das Autoridades de Inspeção Económica dos Países da CPLP, na sequência da reunião em Luanda;
- No **contexto internacional**:
 - Assinatura de **Protocolos de Cooperação** com países pertencentes:
 - À **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) – Angola**;
 - Aos **observadores da CPLP - Turquia e Japão**;
 - Ao **Magrebe - Argélia, Marrocos e Tunísia**;
 - À **União Europeia – Alemanha**;
 - **Formação específica ministrada pela ASAE**:
 - À **Inspeção Nacional das Atividades Económicas da República de Moçambique (INAE)**;
 - À **Agência de Regulação e Supervisão dos Produtos Farmacêuticos e Alimentares (ARFA) de Cabo Verde**;
 - À **Inspeção Geral das Atividades Económicas (IGAE) de Cabo Verde**;



Ilustração 3 - Países com os quais a ASAE assinou Protocolos de cooperação

- A **nível nacional** procedeu-se à assinatura de novos protocolos com:
 - A **Universidade de Coimbra** para a realização **dos estágios curriculares**;
 - O **Instituto Português do Desporto e Juventude** – no âmbito da fiscalização de atividades físicas desportivas;
 - A **Universidade de Lisboa** – no âmbito técnico-científico de domínio da ASAE - num contexto de formação;
 - O **Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge** – no âmbito do modelo designado por SSD2 destinado ao reporte de dados padronizado à EFSA.



RECURSOS

- **Conclusão do 4.º Curso de Acesso à Carreira de Inspetor/a Superior**, finalizando-se assim o longo processo de recrutamento de 23 inspetores superiores, **iniciado em 2009**;
- Continuação dos **procedimentos concursais para recrutamento dos cargos dirigentes intermédios** de 1.º e 2.º grau, com **conclusão de dois** dos iniciados em 2014, **abertura de nove em 2015**, tendo **destes** sido concluídos **quatro** e mantendo-se os restantes em curso;
- **Operacionalização do SIADAP**, que consistiu no apoio à avaliação do biénio 2013-2014 e à contratualização do biénio 2015-2016;
- A **atividade financeira** fortemente condicionada pelos constrangimentos orçamentais, nomeadamente, **a redução do orçamento em cerca de 5%**, acrescido da **não aprovação do pedido de crédito especial** e a **diminuição dos fundos disponíveis**, requereu um esforço adicional para uma gestão mais eficaz e eficiente dos recursos;
- A ASAE iniciou a sua **atividade financeira** de 2015 com um **orçamento disponível de 18,8 milhões de euros**. A **execução da despesa** fixou-se aproximadamente em **18 milhões de euros**. Desta execução, as despesas com pessoal foram as mais representativas, constituindo 78% do total da despesa executada no ano 2015;
- **Maior cobrança receita, na ordem dos 24%**, face ao período homólogo, no que respeita à **venda de estampilhas especiais a apor nas bebidas espirituosas**, perfazendo estas no ano corrente um total de **3,2 milhões de euros cobrados**;
- Na **área patrimonial**, destaca-se uma **redução aproximada de 17% nos custos de exploração da frota automóvel**;
- **Redução na ordem dos 50% na contratação de transportes para apoio às operações**;
- **Maior aquisição de viaturas** em Regime de Aluguer Operacional realizada pela ASAE, que contou com 23 viaturas ligeiras e 5 viaturas comerciais, destinadas, essencialmente, a apoiar a atividade operacional e laboratorial;
- Operacionalização da **mudança da Unidade Operacional II – Barcelos**, do Porto para

instalações provisórias em Barcelos, cedidas pela Câmara Municipal desta cidade, no âmbito do Protocolo de cedência gratuita de instalações.



RESPONSABILIDADE SOCIAL

Uniformização de procedimentos com destaque para a criação de um novo formulário possibilitando uma maior abrangência de instituições de cariz social;

Realização de uma Conferência com membros da magistratura judicial, subordinada ao tema **"Doação de bens apreendidos"** na cidade de Barcelos.

Realização de **67 doações** de produtos no valor total de **302 mil euros**, correspondentes a mais de **5.000** peças de vestuário e complementos e **26 toneladas** de produtos alimentares, entregues a Santas Casas de Misericórdia, a Centros de Apoio Comunitários, Instituição de conservação das espécies e habitats (Jardins Zoológicos de Lisboa e da Maia), Apoio a Crianças e Jovens, Apoio e defesa dos animais, entre outras instituições de solidariedade nacionais, em **30 concelhos** do país e abrangendo **14 distritos**.

Doações de produtos da área alimentar e económica efetuadas a diversas entidades.

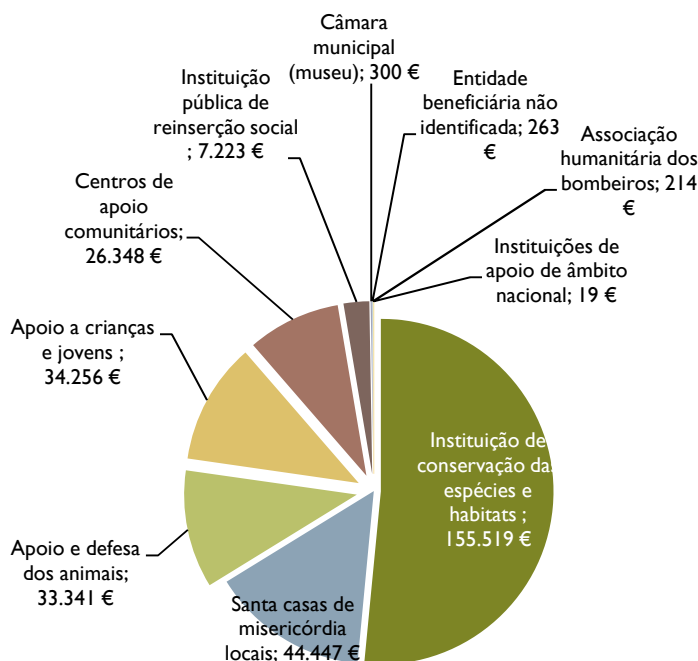


Ilustração 4 - Doações a entidades (euros)

Índice

I.	NOTA INTRODUTÓRIA	14
I.1.	ENQUADRAMENTO.....	14
I.2.	NOTAS CONTEXTUAIS	16
I.3.	ORIENTAÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS	18
II.	ATIVIDADE DESENVOLVIDA	20
II.1.	RESULTADOS DOS OBJETIVOS.....	20
i.	OBJETIVOS OPERACIONAIS DO QUAR	20
ii.	OUTROS OBJETIVOS OPERACIONAIS.....	26
iii.	BALANÇO DE EXECUÇÃO DO PA E QUAR.....	32
II.2.	ATIVIDADES DE PLANEAMENTO E ESTRATÉGIA	35
II.3.	ATIVIDADE DE INSPEÇÃO	41
II.4.	ATIVIDADE DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	46
II.5.	ATIVIDADE DE APOIO JURÍDICO E DE DECISÃO CONTRAORDENACIONAL	48
II.6.	ATIVIDADE LABORATORIAL E CIENTÍFICA.....	51
II.7.	ATIVIDADE FORMATIVA E INFORMATIVA	63
II.8.	ATIVIDADE DE COOPERAÇÃO.....	76
II.9.	ATIVIDADES SUSTENTABILIDADE / RESPONSABILIDADE SOCIAL	81
III.	APRECIÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	84
IV.	SISTEMA DE CONTROLO INTERNO	95
V.	COMPARAÇÃO COM O DESEMPENHO DE SERVIÇOS IDÊNTICOS	99
VI.	MEDIDAS PARA REFORÇO DO DESEMPENHO	102
VII.	AUDIÇÃO DOS DIRIGENTES	102
VIII.	AFETAÇÃO REAL E PREVISTA DOS RECURSOS	104
1.	RECURSOS HUMANOS.....	104
2.	RECURSOS FINANCEIROS	105
3.	RECURSOS PATRIMONIAIS.....	109
4.	OUTROS RECURSOS	110
IX.	ANÁLISE SWOT	111
X.	AVALIAÇÃO FINAL DO SERVIÇO	112
XI.	LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	114
XII.	ANEXOS	117
	ANEXO I -ATIVIDADES CORRENTES – RESULTADOS	117
	ANEXO II - QUAR 2015.....	117
	ANEXO III -BALANÇO SOCIAL 2015	117

I. NOTA INTRODUTÓRIA

I.1. ENQUADRAMENTO

O ano de 2015 fica necessariamente associado às comemorações do 10.º aniversário da ASAE, não pelo acto comemorativo em si, mas antes pelo significado da instituição completar a primeira década da sua existência. Assim, durante todo o ano a ASAE realizou 10 conferências públicas, simbolizando uma por cada ano da sua existência e que tiveram lugar em 10 cidades distintas, nas quais a ASAE tem serviços desconcentrados, precisamente para assinalar a coesão integradora da desconcentração orgânica que caracteriza a organização. Importa ainda referir que grande parte destas sessões tiveram como oradores os membros do Conselho Científico da ASAE, que como é sabido, são investigadores das universidades portuguesas e, deste modo, alcança-se a necessária interligação entre a administração e a academia. Por outro lado importa não esquecer a articulação efectuada com as autarquias onde decorreram tais sessões e, também por essa via, conseguiu-se uma sinalização relevante entre a Administração Central e a Administração Autárquica. Em suma, em 2015, ao assinalar-se a primeira década de existência da ASAE, conseguiu-se uma coesão de integração efectiva com as unidades regionais da própria organização,



com a sua área científica e ainda com a Administração Autárquica.

Sob o ponto de vista de gestão, mais propriamente quanto ao escrutínio da mesma, importa realçar que no ano de 2015 a ASAE foi sujeita a 5 auditorias externas, 3 a cargo da Secretaria Geral do Ministério da Economia e 2 da Inspeção Geral de Finanças, embora numa delas tenha existido coincidência temática na actuação das duas entidades externas, pelo que no fundo foram verificadas 4 realidades distintas. Assim, desde uma suposta lista VIP de operadores económicos, à verificação da legalidade de nomeação de dirigentes, sem esquecer a apreciação na legalidade da utilização das viaturas de

serviço e, por fim, a temática do arrendamento da sede, todas as auditorias concluíram pela inexistência de elementos que revelassem quaisquer ilegalidades susceptíveis de medidas subsequentes. Ora tais conclusões, vindas de entidades exteriores e especializadas em auditorias, ao não identificarem quaisquer desvios gestionários relevantes no campo da legalidade, constituem o melhor escrutínio e testemunho sobre a actividade da ASAE em 2015.

Já sob o ponto de vista da avaliação externa, ou melhor sobre a apreciação da nossa atuação com reflexos na sociedade, importa obviamente destacar as múltiplas menções que recebemos, devidamente documentadas neste relatório, seja de autarquias locais, operadores económicos, instituições sociais, demais autoridades públicas, sem esquecer as apreciações dos órgãos de comunicação social e ainda os resultados de inquéritos realizados aos nossos "stakeholders". Veja-se a título de exemplo 52 louvores endereçados à ASAE por parte de variadas entidades nomeadamente, Organismos da Administração Central, Administração Local, Organismos do Governo Regional, Entidades Internacionais e de Particulares/Cidadãos. Deste vasto conjunto podemos sinalizar uma apreciação externa

global da organização muito positiva, não só no que se refere aos resultados operacionais diferenciadores e inovadores, bem como na prestação de serviços, actuação preventiva e responsabilidade social, assente numa filosofia integradora e de coesão.

Ora nessa perspetiva é essencial entender que a atividade inspetiva é um todo, uma linha contínua que tem um primeiro momento na divulgação e informação, seguindo-se a reação e no limite a punição, mas é fruto desse todo que se consegue um efectivo combate à economia paralela e ainda alcançar-se maior nível no cumprimento do normativo económico e alimentar que sem dúvida constitui a missão central da ASAE.

Os testemunhos dessa avaliação externa, seja em sede de auditorias ou de menções ao desenvolvimento da nossa atividade, confirmam que o ano de 2015 foi um ano conseguido e de sucesso organizacional. Assim o esperamos, pelo que estamos preparados para o ano seguinte, mas obviamente que tal missão só foi e será possível com o envolvimento e empenhamento dos dirigentes e trabalhadores da instituição a quem manifesto o meu agradecimento e confiança quanto ao futuro.

I.2. NOTAS CONTEXTUAIS

Em 2015 a atividade da ASAE foi desenvolvida num contexto muito específico de que importa realçar a existência de três Governos Constitucionais, precisamente a conclusão do mandato do XIX Governo, a curta duração do XX Governo e, por fim, a criação do atual Governo, precisamente o XXI, o que naturalmente enquadrava a actividade da instituição, principalmente no último trimestre do ano em análise.

Já mais substancial e com efeitos directos na atividade da ASAE foi o ponto de partida de atuação no presente ano a qual assentou numa redução orçamental de 5 %, bem como na não aprovação do pedido de crédito especial, encontrando-se assim a ASAE com um "crédito" de transição de saldos de cerca de 5 milhões de euros, fruto de uma eficaz gestão das receitas próprias ao longo dos anos da sua atividade.

Não obstante este enquadramento político-económico certo é que a atividade da ASAE manteve-se firme na prossecução dos seus objetivos, assegurando o cumprimento global dos mesmos, mercê de uma gestão atenta e rigorosa, conseguindo-se uma optimização gestonária que apraz registar. Desde logo aponta-se como exemplos, por um lado, a redução de custos em 17 % na gestão da frota automóvel, por outro, uma maior receita por via da venda de estampilhas fiscais.

Sob o ponto de vista da gestão dos recursos humanos há obviamente que destacar a conclusão dos processos de avaliação dos trabalhadores, SIADAP 3, para o biénio de 2013/14, assim como a contratualização dos objetivos dos mesmos trabalhadores para o biénio 2015/16, assegurando-se assim a normalidade de gestão dos recursos humanos. Por outro lado, no que toca à designação dos titulares de cargos dirigentes, os procedimentos concursais têm-se sucedido, o que atesta igualmente a normalidade na condução da direção intermédia da instituição. A dinâmica concursal com vista ao reforço dos recursos humanos, em especial da carreira Inspetiva foi igualmente desenvolvida, de modo a criarem-se as bases para a sua concretização em 2016.

Enquadrado o contexto global da organização, tanto sob o ponto de vista humano como financeiro, há naturalmente que sublinhar o seu contexto programático, recorde-se o Plano Estratégico da ASAE 2013/18. Com efeito, este balizamento interno anual serviu de base à atuação da ASAE no ano de 2015, onde naturalmente o combate à economia paralela, defesa do consumidor e salvaguarda da saúde pública, constituem os eixos valorativos de ação da ASAE, sempre guiada pela adequação e proporcionalidade na utilização dos meios para se alcançarem estes objetivos.

Ora foi neste contexto que decorreu a ação da ASAE, com resultados operacionais muito relevantes, desde logo a maior apreensão de sempre em numerário (140.000€, operação Mala Dourada), ou ainda a maior deslocação fora da área territorial nacional (220 milhas para além da costa continental, operação Mar Alto II), sem esquecer as operações ibéricas (Aprilis,

Dakar ou Mercados), apenas para citar alguns exemplos, mas demonstrativos de um apuro de qualidade relevante.

Este foi o traço contextual de 2015, consolidando o caminho traçado em 2014 e obviamente lançando as bases para 2016, mas que confirmam uma instituição robusta e relevante no ano da sua primeira década de existência.

I.3. ORIENTAÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS

Como já foi referido o Plano Estratégico da ASAE para 2013/18 constitui o pano de fundo programático de atuação da ASAE, no qual assentam os demais instrumentos gestionários, entre os quais destaca-se o Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR), como elemento anual central de atuação, completado pelos demais objetivos operacionais.

Deste vasto quadro operativo, composto por 30 objetivos operacionais, sendo que 8 integram o QUAR e 22 integram o leque dos demais objetivos operacionais aludidos no Plano de Atividades, acresce que, no que respeita ao QUAR, os objetivos que o compõe se desdobram ainda em 11 indicadores. Em termos globais constatamos que foram superados 16 indicadores/objetivos, atingidos 15 indicadores/objetivos e não atingidos 2 objetivos não pertencentes ao QUAR, o que demonstra uma assinalável concretização dos objetivos que a ASAE se propôs realizar em 2015.

Nas orientações globais da ação da ASAE, expressas nos objetivos do QUAR, foi clara a definição de uma visão integrada e global da missão da instituição, conciliando a sua natureza de autoridade administrativa, com a especificidade da sua vertente operacional, enquanto órgão de polícia criminal, sem contudo esquecer o substrato técnico-científico de suporte a essa mesma atividade. Também ficou clara uma visão integrada da ação Inspetiva, a qual deve

ser entendida como uma linha de ação que começa na prevenção e sensibilização, demonstrativa de que o cumprimento do normativo da segurança alimentar e económica - missão da ASAE - desiderato principal da ação de uma autoridade administrativa, não pode confinar-se apenas ao momento reativo, mas antes começa desde logo num momento inicial de prevenção. Foi nesse quadro que se realizaram diversas ações de divulgação pelo país, em articulação com as autarquias locais, associações empresariais e estabelecimentos de ensino, demonstrativas da coesão institucional e desconcentração territorial de modo a também pela via instrumental assegurar-se essa mesma prevenção.

Importa assinalar que a ASAE recebeu em 2015 um total de 243 solicitações por parte dos órgãos de comunicação social, o que significa praticamente uma por cada dia útil, não se contando aqui os comunicados emitidos pela ASAE, mas antes e tão só o interesse sobre a nossa instituição, o que obviamente é revelador do nosso nome e importância na sociedade, pois caso contrário não seríamos alvo dessa mesma procura. Neste quadro a organização deu sempre resposta, esteve presente nos media, esclareceu e informou, contribuiu sem dúvida para o reforço da segurança alimentar e económica em Portugal.

Na dinâmica interna da organização importa assinalar a realização de diversas

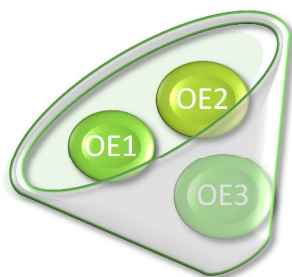
ações de formação do corpo inspectivo, para o qual foi nalguns casos com a emissão de guias de ação, precisamente para que fosse alcançado uma coerência de atuação face a novos regimes legais, seja na área do desporto, ou do exercício de atividades de comércio, serviços e restauração, sem esquecer ainda o regime da ourivesaria e das contrastarias. Sendo certo que este tipo de atuação, precedida desta nova orientação estratégica, permite uma consistência de ação, sinónimo de uma nova fase, mais adulta e preparada da ASAE, pois os desafios são mais complexos e naturalmente mais exigentes quanto à nossa atuação.

A sinergia de esforços, a cooperação com outras entidades, seja no plano interno, como no campo internacional, independentemente da natureza das mesmas, sejam elas de cariz policial ou administrativo, constituem um caminho a prosseguir e a aprofundar. Com efeito traduzem uma rentabilização e eficácia que são desideratos a prosseguir e a

cooperação é um importante instrumento para essa mesma prossecução.

Assim, a linha estratégica foi ainda complementada por uma atuação preferencial na fonte, ou seja no local da produção, ou na grande distribuição, inflectindo-se assim uma lógica muito assente no retalho, pois o controle do mercado é tanto mais eficaz, quanto melhor se conseguir antecipar e atacar desde logo estas questões, sempre na demanda de uma eficácia consistente e sustentável. Mas a inovação estratégica não foi só de posicionamento operacional, mas também de orientação temática, como se traduz nas preocupações constantes sobre a área do e-commerce, onde a figura do "estabelecimento virtual" vai certamente nortear a atuação futura da atividade económica e consequentemente da sua inspeção.

Este foi, em síntese, o quadro global de orientação da nossa atuação em 2015 cujos objetivos estratégicos que a seguir se apresentam a procuraram pautar.



OE 1 - Garantir a eficiência da Inspeção e Fiscalização dos operadores económicos, assim como a sua continuidade através da instrução e decisão processual;

OE 2 - Afirmar o conhecimento científico da ASAE, fundamental para a boa Avaliação e Comunicação de Riscos na Cadeia Alimentar, para o funcionamento do Conselho Científico, assim como para a realização dos ensaios laboratoriais efetuados com vista a verificar a conformidade legal, a autenticidade e a genuinidade dos géneros alimentícios;

OE 3 - Reforçar a componente preventiva, colaborativa e de responsabilidade social, promovendo a divulgação de informação, a comunicação e a formação, assim como a efetiva internacionalização da ASAE.

II. ATIVIDADE DESENVOLVIDA

Volvido se encontra o ano de 2015 cuja atuação se pautou pela constância, persistência, assente na sustentabilidade, no melhoramento dos atos inspetivos e de investigação criminal, no desenvolvimento da vertente de prevenção, de avaliação e comunicação de riscos na cadeia alimentar e do controlo de mercado para 2015.

Toda a atividade se desencadeou tendo subjacente nomeadamente, os objetivos operacionais do QUAR, demais objetivos decorrentes do Plano de Atividades bem como as atividades correntes de suporte, nas suas diversas vertentes que a seguidamente se detalham.

II.1. RESULTADOS DOS OBJETIVOS

i. OBJETIVOS OPERACIONAIS DO QUAR

OBJETIVOS DE EFICÁCIA							
Nº Objetivo	Indicador/meta	Unidades Orgânicas Responsáveis	Estado de Execução	Nível de realização ¹			Observações
				S	A	SC	
O1 Garantir a Inspeção e Fiscalização dos operadores económicos	Ind.1 <i>Nº de operadores económicos fiscalizados</i> 40.000	Planeamento operacional/ Unidades regionais / Serviços de investigação criminal	40.497	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	ATINGIDO Não obstante a meta estrita ter sido ultrapassada, o valor do resultado situa-se dentro da tolerância (4.000) associada à meta estabelecida no QUAR
	Ind.2. <i>Taxa de execução de competências identificadas como prioritárias em ações de âmbito nacional ou regional</i> 92%	Planeamento operacional/ Unidades regionais / Serviços de investigação criminal	93%	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	ATINGIDO Não obstante a meta estrita ter sido ultrapassada, o valor do resultado situa-se dentro da tolerância (5%) associada à meta estabelecida no QUAR
O2 Assegurar a execução das ações de controlo oficial por amostragem	Ind.3 <i>% de execução física dos planos e programas de colheita de amostras</i> 92%	Serviços científicos e laboratoriais / Planeamento operacional /Unidades regionais	99% (99,4%)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	SUPERADO Vide "Análise de desvios"

¹ S= Superado; A= Atingido; SC= Suspensão ou Cancelado

OBJETIVOS DE EFICIÊNCIA

Nº Objetivo	Indicador/meta	Unidades Orgânicas Responsáveis	Estado de Execução	Nível de realização ²			Observações
				S	A	SC	
03 Consolidação da investigação criminal	Ind.4 <i>% de processos de natureza criminal instruídos no prazo de 200 dias</i>	Serviços de investigação criminal	20%	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	ATINGIDO A meta foi reformulada passando de 80% para 20% e consequentemente a tolerância foi reformulada, passando de 10% para 4%, bem como o Valor Crítico, passando de 100% para 25%. Vide "Justificação de reformulações"
	20%						
04 Melhorar a tramitação dos processos decorrentes das ações de inspeção e fiscalização	Ind.5 <i>% de cobertura das matérias de natureza criminal da competência da ASAE</i>	Serviços de investigação criminal	100%	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	SUPERADO Vide "Análise de desvios"
	90%						
05 Melhorar os trabalhos de avaliação e comunicação de riscos na Cadeia Alimentar	Ind.6 <i>Nº de processos concluídos aptos para serem decididos</i>	Serviços jurídicos/ Unidades regionais	12.917	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	ATINGIDO Não obstante a meta estrita ter sido ultrapassada, o valor do resultado situa-se dentro da tolerância (2.500) associada à meta estabelecida no QUAR
	12.500						
05 Melhorar os trabalhos de avaliação e comunicação de riscos na Cadeia Alimentar	Ind.7 <i>N.º de Estudos e/ou publicações no âmbito da segurança alimentar</i>	Serviços científicos e laboratoriais	14	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	ATINGIDO Não obstante a meta estrita ter sido ultrapassada, o valor do resultado situa-se dentro da tolerância (2) associada à meta estabelecida no QUAR
	12						

² S= Superado; A= Atingido; SC= Suspenso ou Cancelado

OBJETIVOS DE QUALIDADE

Nº Objetivo	Indicador/ meta	Unidades Orgânicas Responsáveis	Estado de Execução	Nível de realização ³			Observações
				S	A	SC	
06 Evidenciar a solidez do conhecimento científico da ASAE, basilar para a boa avaliação, comunicação e gestão de riscos e para a segurança alimentar	Ind.8 <i>% de bom desempenho em Ensaios Interlaboratoriais (bom desempenho significa z-score <=2 ou resultado no intervalo admissível)</i> 94%	Serviços científicos e laboratoriais	95%	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	ATINGIDO Não obstante a meta estrita ter sido ultrapassada, o valor do resultado situa-se dentro da tolerância (2%) associada à meta estabelecida no QUAR
	Ind.9 <i>N.º de Seminários realizados no âmbito das comemorações do 10º aniversário da ASAE</i> 8	Serviços científicos e laboratoriais/ Planeamento operacional	8	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	ATINGIDO Indicador reformulado passando de "N.º de seminários e/ou eventos realizados no âmbito da segurança alimentar" para "N.º de Seminários realizados no âmbito das comemorações do 10º aniversário da ASAE"; Meta reformulada passando de 2 para 8; Tolerância reformulada passando de 0 para 1; Valor crítico reformulado passando de 3 para 10.
07 Incrementar as competências do capital humano da ASAE alinhando-as com a cultura organizacional e com as necessidades	Ind.10 <i>% de Execução do Plano de Formação</i> 80%	Serviços de administração e logística	97% (96,6%)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	SUPERADO O Indicador apresenta desvio positivo , Vide "Análise de desvios"
08 Reforçar a componente colaborativa a nível nacional e internacional	Ind.11 <i>N.º de Protocolos propostos ou assinados</i> 10	Serviços de relações internacionais/ Serviços de administração e logística/ Serviços laboratoriais/ Serviços jurídicos	16	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	SUPERADO O Indicador apresenta desvio positivo , Vide "Análise de desvios"

³ S= Superado; A= Atingido; SC= Suspenso ou Cancelado

Análise de desvios:

02: Este objetivo com indicador designado por “% de execução física dos planos e programas de colheita de amostras” apresenta um nível de realização de superado, com um resultado de 99%, ultrapassando quer o intervalo de tolerância da meta (90% e 94%), como também o valor crítico⁴ (98%) resultando daí uma taxa de realização de 129%.

Este desvio positivo prende-se com o facto de na fase de planeamento (Plano de Atividades de 2015) o indicador em apreço, independentemente do número de amostras colhidas e analisadas, ter fixado como meta 92%, com uma tolerância de 2%, tendo implícito um grau de não-conformidade na colheita de amostras, na ordem de 6% a 10%, estimando-se à partida, analisar entre 90% e 94% do total das amostras colhidas. Contudo, face ao bom desempenho dos Técnicos de Colheita de Amostras que efetuam as colheitas (que garantiram, entre outros fatores, amostras com temperatura de transporte adequada e a não violação da mesma durante o transporte), esta estimativa inicial (92%) foi superada, tendo-se registado apenas uma percentagem de não-conformidades nas colheitas de amostras na ordem dos 0,6%, que aliada à eficaz capacidade de resposta na análise de todas as amostras colhidas conformes, elevou desse modo o resultado para 99,4%.

03: O objetivo com indicador n.º 5 “% de cobertura das matérias de natureza criminal da competência da ASAE” foi superado por ultrapassar o limite máximo do intervalo de tolerância associado à meta (95%) não tendo contudo ultrapassado o valor crítico estabelecido de 100%. Este desempenho é motivado pela integral execução do catálogo criminal da ASAE (crimes contra a propriedade industrial; crimes contra a propriedade intelectual; jogo ilegal; delitos antieconómicos como sejam o abate clandestino, especulação, fraude e venda de géneros alimentícios avariados ou corruptos; vinhos falsificados ou avariados (Decreto-Lei n.º 213/2004, de 23 de agosto), não tendo existido crime algum da competência da ASAE que não tivesse sido investigado pela respetiva UO responsável. Acresce, inclusive, que esse catálogo criminal foi “extravasado”, por delegação do Ministério Público, investigando-se crimes de falsificação de documento, danos contra a natureza e contrabando. Ainda no decurso de investigações, também se alcançou a cobertura de outra área criminal – detenção de arma proibida.

⁴ O “valor crítico” valor máximo considerado possível, melhor desempenho ou de *benchmark* segundo a convenção adotada no modelo de QUAR para a Administração Pública

O7: O grau de execução do objetivo com **indicador n.º 10 “% de execução do Plano de Formação”** superou em 2% relativamente ao intervalo de tolerância da meta (65% e 95%) não tendo contudo atingido o valor crítico (100%).

Atendendo à métrica deste indicador que contempla o volume de formação e o grau de satisfação dos formandos, ou seja, “*(((Horas de formação contínua frequentada por profissionais da ASAE ministradas/horas de formação contínua frequentada por profissionais da ASAE a ministrar) + (grau qualitativo percecionado/grau qualitativo médio expectável))/2 x 100*”, e ao facto de algumas ações de formação terem sido reestruturadas com consequente carga horária aumentada, associando ainda o facto de terem sido estas ações as que se realizaram, resultando daí o aumento de 80% para 88% do volume de formação ministrada relativamente ao volume de formação planeada, i.e.; $[(6.955,5/7.913) \times 100]$. Paralelamente, o grau qualitativo associado ao indicador contribuiu igualmente para o resultado, uma vez que o grau de satisfação expectável (3,80) face ao grau de satisfação percecionado (4,00) elevou-se de 80% para 105%, i.e., $[(4,00/3,80) \times 100]$,

o que implicou a nível do indicado o aumento de 80% para 96,6%.

O8: O objetivo com indicador n.º 11 “**N.º de Protocolos propostos ou assinados**” foi consideravelmente superado com 16 protocolos propostos ou assinados, face ao intervalo de tolerância da meta planeada (9 e 11 protocolos) tendo ultrapassado o valor crítico de 12.

Este resultado deve-se quer aos 11 protocolos assinados, quer às 5 propostas de protocolos de cooperação resultantes da missão da ASAE ao Oriente, nomeadamente a Macau em maio de 2015. Esta missão possibilitou várias reuniões e encontros bilaterais com as entidades homólogas da ASAE, proporcionado a oportunidade, a par com a pertinência, de serem propostos Protocolos de Cooperação – contexto de abrigo jurídico ao desenvolvimento de atividades de cooperação bilateral - justificando assim as propostas de protocolos de cooperação entregues ao Centro de Segurança Alimentar (CSA) e à Direção dos Serviços de Economia (DSE) ambos de Macau; à China Food and Drug Administration (CFDA) e à State Administration for Industry and Commerce (SAIC), ambas da China, e ao Center for Food Safety (CFS) de Hong Kong.

Justificação de reformulações

03 O objetivo com **indicador n.º 4 “% de processos de natureza criminal instruídos no prazo de 200 dias”** foi objeto de reformulação com a seguinte justificação:

Os Recursos Humanos (RH) afetos à execução do presente indicador sofreram uma perda definitiva na ordem dos 5% e paralelamente uma rotação na ordem dos 20% por deslocação territorial, o que significa uma perda acumulada de 25%.

Adicionalmente, por força de reorientação estratégica, foram reafectados 40% desses RH a uma nova matéria, designadamente, processos-crime de especulação (eventos desportivos, espetáculos de natureza não artístico e outros eventos) o que tenderá a provocar direta e indiretamente uma diminuição na produtividade, levando deste modo a estimar uma redução da % de execução deste indicador em 60%.

Acresce referir ainda que a mesma reformulação foi despoletada pela imaturidade/novidade do indicador; necessidade de adaptação dos Recursos

Humanos afetos ao presente indicador; reforço da instauração processual, em detrimento da instrução e pelas especificidades processuais da investigação criminal (p.e. internacionalização da investigação).

07 O objetivo com **indicador n.º 9 “N.º de seminários realizados no âmbito das comemorações do 10.º aniversário da ASAE”** foi objeto de reformulação com a seguinte justificação:

Por força de ações extraordinárias a realizar durante o ano de 2015 sob orientação estratégica, entendeu-se que o indicador passaria a abranger a realização de seminários no âmbito das comemorações do 10.º aniversário da ASAE, que ocorrerão de modo contínuo, desconcentrado e independente com vista a um aprofundamento e reforço da dinâmica intrínseca do Conselho Científico.

ii. OUTROS OBJETIVOS OPERACIONAIS

N.º Objetivo	Indicador / meta	Unidades Orgânicas Responsáveis	Estado de Execução	Nível de realização ⁵				Observações
				S	A	NA	SC	
O10 Garantir a execução de ações de fiscalização a nível regional no âmbito das suas particularidades	<i>Nº de ações regionais planeadas e executadas por mês</i> 29/mês <i>[a]</i>	Unidade Regional Norte	26/mês	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	DESVIO NEGATIVO Meta reformulada passando de 3 para 29 ações por mês por forma a ajustar a monitorização com a prática. Vide " <u>Considerações sobre os desvios</u> ".
O11 Incrementar a investigação criminal nas Unidades Regionais, no âmbito da segurança alimentar e económica	<i>% de Ordens de investigação planeadas e executadas por ano</i> 90%	Unidade Regional Norte	100%	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	SUPERADO DESVIO POSITIVO Vide " <u>Considerações sobre os desvios</u> ".
O12 Responder com celeridade às solicitações dos stakeholders	<i>Nº médio de dias para averiguação de denúncias recebidas de entidades oficiais</i> 40	Unidade Regional Centro	30,7	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	SUPERADO DESVIO POSITIVO Vide " <u>Considerações sobre os desvios</u> ".
O13 Promover a regularidade da conclusão do processo inspetivo	<i>Nº médio de dias para elaboração do expediente processual</i> 30	Unidade Regional Centro	30	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	ATINGIDO Execução normal
O14 Incrementar a qualidade das peças processuais elaboradas pelos inspetores	<i>% de processos devolvidos por deficiências de instrução</i> 2%	Unidade Regional Centro	2%	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	ATINGIDO Execução normal
O15 Garantir a execução de ações de fiscalização a nível regional no âmbito das suas particularidades	<i>Ações regionais planeadas e executadas por mês</i> 30/mês	Unidade Regional Sul	45/mês	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	SUPERADO DESVIO POSITIVO Vide " <u>Considerações sobre os desvios</u> ". Meta reformulada atendendo ao grau de execução com desvio positivo, passando de 6 para 30 ações/mês

RA/SAG/VF

⁵ S= Superado; A= Atingido; NA= Não Atingido; SC= Suspenso ou Cancelado

N.º Objetivo	Indicador / meta	Unidades Orgânicas Responsáveis	Estado de Execução	Nível de realização ⁵				Observações
				S	A	NA	SC	
O16 Garantir a cobertura territorial, em termos de fiscalização, no espaço geográfico da Unidade Regional	<i>% de freguesias da UR onde ocorreu pelo menos a fiscalização de 1 operador económico</i> 80%	Unidade Regional Sul	96% (96,3%)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	SUPERADO DESVIO POSITIVO Vide " <u>Considerações sobre os desvios</u> "
	O17 Incrementar a investigação criminal nas Unidades Regionais, no âmbito da segurança alimentar	<i>% de Ordens de investigação na matéria executadas por ano</i> 80%	Unidade Regional Sul	89% (88,7%)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O18 Incrementar a investigação criminal nas Unidades Regionais, no âmbito da fiscalização económica	<i>Ordens de investigação na matéria executadas por ano</i> 80%	Unidade Regional Sul	91% (90,6%)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	SUPERADO DESVIO POSITIVO Vide " <u>Considerações sobre os desvios</u> " Meta reformulada face à tendência crescente de execução do indicador verificada aquando da sua monitorização, passando de 50% para 80%.
	O19 Incrementar a qualidade das peças processuais elaboradas pelos inspetores	<i>% de processos devolvidos por deficiências de instrução</i> 5%	Unidade Regional Sul	7% (6,7%)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O20 Melhorar a eficiência da Inspeção e Fiscalização dos operadores económicos	<i>N.º de relatórios de informações elaborados</i> 120	Serviços de Investigação Criminal	160	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	SUPERADO DESVIO POSITIVO Vide " <u>Considerações sobre os desvios</u> " Meta reformulada face à tendência crescente de execução do indicador verificada aquando da sua monitorização, passando de 50 para 120.
	O21 Assegurar a realização de pareceres no âmbito da fiscalização na área económica	<i>% de pareceres elaborados</i> 95%	Serviços de Planeamento Operacional	97%	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

N.º Objetivo	Indicador / meta	Unidades Orgânicas Responsáveis	Estado de Execução	Nível de realização ⁵				Observações
				S	A	NA	SC	
O22 Assegurar a qualidade de informação registada relativamente às ações de fiscalização	<i>Percentagem de FOF conformes</i> 95%	Serviços de Planeamento Operacional	95% (95,2%)	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	ATINGIDO Execução normal
O23 Execução de ações de controlo interno no âmbito do Programa Anual do CIDI (Controlo Interno do Desempenho Inspetivo)	<i>Ações de controlo interno realizadas</i> 4	Serviços de Planeamento Operacional	4	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	ATINGIDO Execução normal
O24 Melhorar a resposta aos <i>stakeholders</i>	<i>Taxa de resolução de denúncias recebidas</i> 75%	Serviços de Planeamento Operacional	77%	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	SUPERADO DESVIO POSITIVO Vide " <u>Considerações sobre os desvios</u> "
O25 Promover a atualização de conteúdos informativos no website da ASAE	<i>Tempo médio em dias para disponibilização de conteúdos</i> 3	Serviços Planeamento Operacional	2	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	SUPERADO DESVIO POSITIVO Vide " <u>Considerações sobre os desvios</u> "
O26 Diminuir a pendência processual ao nível da decisão	<i>Rácio anual do nº de decisões elaboradas relativamente ao nº de processos entrados</i> > 1	Serviços Jurídicos	1,57	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	ATINGIDO Execução normal
O27 Avaliar o resultado das sentenças proferidas pelo tribunal	<i>% de sentenças recebidas dos tribunais analisadas na perspetiva da melhoria das atividades</i> 90%	Serviços Jurídicos	90%	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	ATINGIDO Execução normal
O28 Gerir os pedidos de participação da ASAE em Sessões de Formação e Informação Públicas, promovidas por entidades	<i>% de pedidos registados, instruídos e respondidos</i> 100%	Serviços de Administração e Logística	100%	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	ATINGIDO Execução normal
	<i>Nº de relatórios de avaliação elaborados</i> 1	Serviços de Administração e Logística	1	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	ATINGIDO Execução normal

N.º Objetivo	Indicador / meta	Unidades Orgânicas Responsáveis	Estado de Execução	Nível de realização ⁵				Observações
				S	A	NA	SC	
029 Implementar um sistema de controlo interno de gestão e análise de custos por unidade orgânica/centro de custo, de modo a promover a eficiência e eficácia dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos	<i>Disponibilização da informação 2 dias antes das datas previamente estabelecidas (frequência mensal com data limite de dia 15)</i> <i>Data da disponibilização da informação</i>	Serviços de Administração e Logística	Disponibilização da informação 2 dias antes das datas previamente estabelecidas	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	ATINGIDO Execução normal
030 Suporte técnico relativo às TIC da ASAE	<i>Tempo em horas para resolução de incidentes de suporte</i> 4 horas	Serviços de Administração e Logística	3h55min	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	SUPERADO Face ao desvio mínimo entre resultado e a meta entende-se que não carece de justificação
031 Gerir com celeridade o material apreendido	<i>Prazo médio para desenvolvimento das diligências para doação ou destruição de bens apreendidos perdidos a favor do Estado</i> 15 dias	Serviços de Administração e Logística	12 dias <i>(11,82)</i>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	SUPERADO DESVIO POSITIVO Vide " <u>Considerações sobre os desvios</u> "

Considerações sobre os desvios

O10: com o indicador designado por "**N.º de ações regionais planeadas e executadas por mês**" apresenta um desvio negativo decorrente da afetação de Recursos Humanos (RH) ao objetivo operacional – não QUAR O11 – o que implicou uma diminuição de tempo disponível para a realização de ações de fiscalização a nível regional.

O11: com o indicador designado por "**% de Ordens de investigação planeadas e executadas por ano**" apresenta um desvio positivo resultante do incremento de informações relativas a práticas ilícitas de

natureza criminal tendo sido deslocados os RH para a sua execução, facto que conduziu ao aumento de ordens de investigação face à meta planeada.

O12: com o indicador designado por "**N.º médio de dias para averiguação de denúncias recebidas de entidades oficiais**" regista um desvio positivo que se deve ao especial relevo dado a este tipo de denúncias, para que, num prazo aceitável, fosse dado conhecimento àquelas entidades do resultado da averiguação das mesmas.

O15: com o indicador designado por "Ações regionais planeadas e executadas por mês" apresenta um desvio positivo resultante essencialmente das particularidades de cada região e do aumento do volume de denúncias recebidas e efetuadas nas respetivas áreas de competência.

O16: com o indicador designado por "% de freguesias da UR onde ocorreu pelo menos a fiscalização de 1 operador económico" apresenta um desvio positivo resultante do facto de o universo de freguesias da competência de atuação desta UR ascender a 642, conjugado com o número elevado de denúncias/reclamações reencaminhadas pelos serviços centrais a esta UR.

O17: com o indicador designado por "% de Ordens de investigação na matéria executadas por ano" apresenta um desvio positivo resultante do facto de as ordens de investigação serem maioritariamente de natureza imprevista e/ou da iniciativa e proposta do efetivo operacional, sendo o cancelamento das operações planeadas substancialmente reduzido.

O18: com o indicador designado por "Ordens de investigação na matéria executadas por ano" apresenta um desvio positivo resultante do facto de as ordens de investigação serem maioritariamente de natureza imprevista e/ou da iniciativa e proposta do efetivo operacional, sendo o

cancelamento das operações planeadas substancialmente reduzido.

O19: com o indicador designado por "% de processos devolvidos por deficiências de instrução" apresenta um desvio que se deveu essencialmente à necessidade de adaptação às recentes alterações legislativas, em áreas fundamentais de atuação da ASAE, em concreto as devoluções visaram: a retificação do enquadramento (legislação, montante das coimas, troca de artigos, etc.), agravado pela entrada em vigor do RJACSR; a regularização de art.º 50.º do RGCO face às alterações legislativas; a retificação de erros ortográficos; a melhoria da construção dos autos, em concreto, na forma de descrever os factos e as circunstâncias.

O20: com o indicador designado por "N.º de relatórios de informações elaborados" apresenta um desvio positivo fundamentado no seguinte: a produção de relatórios de informação decorre de dois impulsos, um "controlado e monitorizado", baseado num plano geral; outro, é induzido pelas solicitações internas, denúncias ou queixas, não projetadas, logo a inerente produção de relatórios de informações que sustentam as ações de investigação e fiscalização, motivaram o aumento substancial de relatórios produzidos.

O21: com o indicador designado por “% de pareceres elaborados” apresenta um desvio positivo fundamentado na reorganização das tarefas distribuídas, traduzindo-se na otimização de recursos alocados e resultando na superação deste objetivo em 2%.

O24: com o indicador designado por “Taxa de resolução de denúncias recebidas” apresenta um desvio positivo fundamentado no seguinte: Primeiramente, importa realçar a dificuldade de previsibilidade associada aos valores, uma vez que a atuação operacional depende do número das denúncias recebidas bem como da matéria denunciada, assim como de ocorrências externas e orientações da tutela, procurando-se de modo sistematizado adaptar os operadores económicos fiscalizados à averiguação das denúncias recebidas. Contudo, foi possível superar em 2% relativamente à meta prevista de 75% o número de denúncias averiguadas/resolvidas relativamente ao número de denúncias recebidas.

O25: com o indicador designado por “Tempo médio em dias para disponibilização de conteúdos” apresenta um desvio positivo fundamentado no seguinte: Há que ter em

consideração que o presente indicador se enquadra num dos objetivos do Plano Estratégico 2013-2018, considerou-se oportuno e pertinente afetar mais recursos à execução desta tarefa, tendo permitido a superação em 1 dia útil relativamente à meta prevista de 3 dias. Importa ainda realçar a dificuldade de previsibilidade associada ao valor indicado pois depende do número e dimensão dos contributos remetidos por todas as Unidades Orgânicas da ASAE.

O31: com o indicador designado por “Gerir com celeridade o material apreendido” apresenta um desvio positivo fundamentado no seguinte: Não obstante se continue a privilegiar a doação de material apreendido em detrimento da destruição, há casos em que isso não é possível, devido, não só às decisões judiciais, mas também à natureza dos bens, sendo, por isso, essencial fazer uma gestão eficaz dos armazéns. No ano de 2015, verificou-se a superação do objetivo proposto, gerindo com celeridade o material apreendido em 11,82 dias, i.é. 12 dias, superando os 15 dias estipulados.

















iii. BALANÇO DE EXECUÇÃO DO PA E QUAR

	Objetivo/Indicador	Estado de execução ⁶			
		S	A	NA	SC
Operacionais do QUAR	O1 Indicador 1: Garantir a Inspeção e Fiscalização dos operadores económicos		●		
	O1 Indicador 2: Taxa de execução de competências identificadas como prioritárias em ações de âmbito nacional ou regional		●		
	O2 Indicador 3: % de execução dos planos e programas de colheita de amostras	●			
	O3 Indicador 4: % de processos de natureza criminal instruídos no prazo de 200 dias		●		
	O3 Indicador 5: % de cobertura das matérias de natureza criminal da competência da ASAE	●			
	O4 Indicador 6: N.º de Processos concluídos aptos para serem decididos		●		
	O5 Indicador 7: N.º de Estudos e/ou publicações no âmbito da segurança alimentar		●		
	O6 Indicador 8: % de bom desempenho em Ensaios Interlaboratoriais		●		
	O6 Indicador 9: N.º de Seminários e/ou eventos realizados no âmbito da segurança alimentar		●		
	O7 Indicador 10: % de Execução do Plano de Formação	●			
	O8 Indicador 11: N.º de Protocolos propostos ou assinados	●			
TOTAL		S 4	A 7	NA 0	SC 0

RA/SAG/VF

RA/SAG/VF

⁶ S= Superado; A= Atingido; EC = Em curso; SC= Suspenso ou Cancelado

	Objetivo/Indicador	Estado de execução ⁷			
		S	A	NA	SC
OUTROS OBJETIVOS OPERACIONAIS	O10 N.º de ações regionais planeadas e executadas por mês				
	O11 % de ordens de investigação planeadas e executadas por ano				
	O12 N.º médio de dias para averiguação de denúncias recebidas de entidades oficiais				
	O13 N.º médio de dias para elaboração do expediente processual				
	O14 % de processos devolvidos por deficiências de instrução				
	O15 Ações regionais planeadas e executadas por mês				
	O16 % de freguesias da UR onde ocorreu pelo menos a fiscalização de 1 operador económico				
	O17 % de ordens de investigação na matéria executadas por ano				
	O18 Ordens de investigação na matéria executadas por ano				
	O19 % de processos devolvidos por deficiências de instrução				
	O20 Relatórios de informações elaborados				
	O21 % de pareceres elaborados				
	O22 Percentagem de FOF conformes				
	O23 Ações de controlo interno realizadas				
	O24 Taxa de resolução de denúncias recebidas				
O25 Tempo médio em dias para disponibilização de conteúdos					

⁷ S= Superado; A= Atingido; EC = Em curso; SC= Suspensão ou Cancelado

	O26 Rácio anual do n.º de decisões elaboradas relativamente ao n.º de processos entrados		●		
	O27 % de sentenças recebidas dos tribunais analisadas na perspetiva da melhoria das atividades		●		
	O28 <ul style="list-style-type: none"> ● % de pedidos registados, instruídos e respondidos ● Elaboração de relatórios de avaliação 		●		
	O29 Data da disponibilização da informação		●		
	O30 Tempo em horas para resolução de incidentes de suporte	●			
	O31 Prazo médio para desenvolvimento das diligências para doação ou destruição de bens apreendidos perdidos a favor do Estado	●			
	TOTAL		S 12	A 8	NA 2

II.2. ATIVIDADES DE PLANEAMENTO E ESTRATÉGIA

DESTAQUE DAS ATIVIDADES REALIZADAS

Numa ótica de assegurar as atividades inerentes ao planeamento estratégico e ao controlo, com vista ao apoio à gestão, são elaborados vários documentos com horizontes temporais distintos, que visam a promoção da otimização da cultura de gestão virada para o incremento da eficiência, da eficácia e da qualidade,

facultando a informação de suporte às decisões de gestão.

Neste contexto, destacam-se, nomeadamente:





A definição das linhas estratégicas que norteiem a atividade das organizações em geral, e da ASAE em particular, é de fato essencial na definição da sua atuação com vista ao cumprimento da sua missão.

A definição de linhas estratégicas no **Plano Estratégico** 2013-2018, em concreto,

focaliza-se nos vetores que se pretendem desenvolver e nas principais ações macro e de num horizonte temporal de 5 anos, excluem-se portanto as atividades de caráter corrente e outras ações mais específicas que serão devidamente desenvolvidas e explicitadas nos Planos de Atividades e nos QUAR anuais.

PLANEAMENTO DE ATIVIDADES E DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E OPERACIONAIS

Neste âmbito, os instrumentos de gestão **Plano de Atividades** e **QUAR** assumem principal destaque na estratégia a desenvolver anualmente, tendo como referencial o PE 2013-2018, e sendo concomitantemente indissociáveis.

O **Plano de Atividades** segue as orientações em matéria de gestão por objetivos aprovados pelo SIADAP⁸ no qual se hierarquizam opções, se programam ações para prosseguir objetivos (estratégicos e operacionais do QUAR e

outros objetivos operacionais) e ainda se afetam os recursos a mobilizar. Neste sentido, em 2015 desenvolveram-se as seguintes atividades:

Preparação para elaboração do PA de 2016 da ASAE

Com envolvimento direto das unidades orgânicas através de contributos/propostas

Centralização e ajustamentos da informação constante dos contributos/propostas

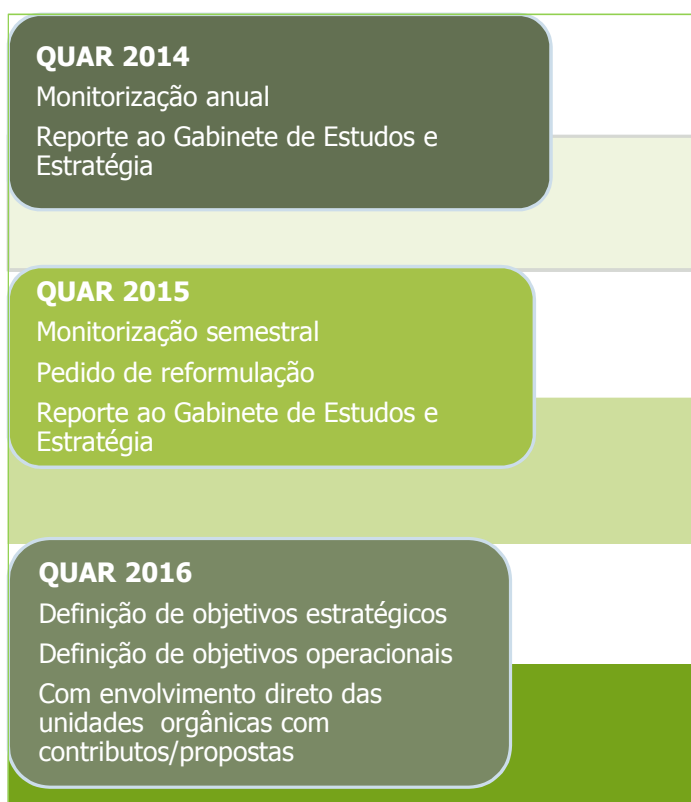
RA/SAG/VF

⁸ Lei n.º66-B/2007, de 28 dezembro

Os **Outros objetivos operacionais** são também definidos (e enquadrados no sistema SIADAP) resultando dos contributos das várias unidades orgânicas.

pelos quais a organização, neste caso a ASAE, vai ser avaliada, primeiramente num processo de autoavaliação e numa fase final, condicionada pelo parecer do GEE e homologação pela tutela:

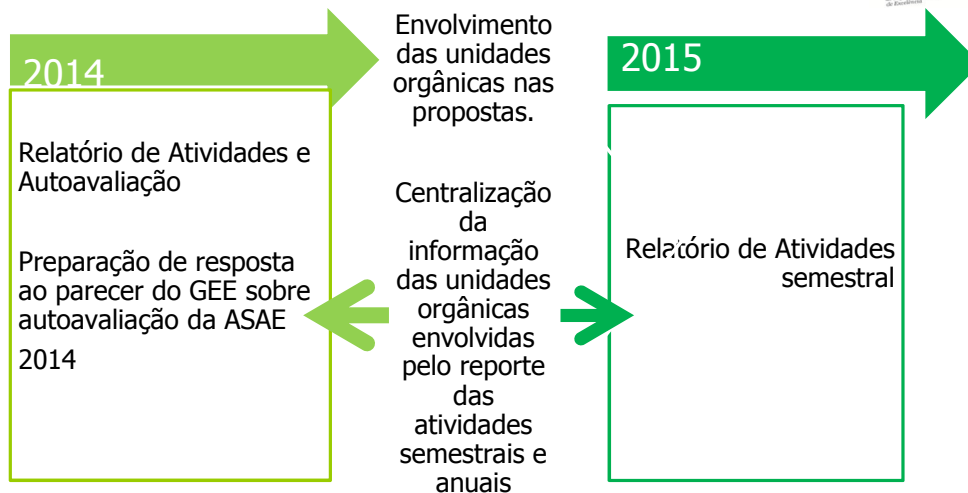
O **QUAR** resulta da seleção e **definição de Objetivos estratégicos e operacionais,**



EXECUÇÃO E AUTOAVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES E DOS OBJETIVOS

No final do ciclo de gestão anual, são avaliadas as componentes (atividades, recursos, entre outros) bem como o nível de realização dos objetivos operacionais

definidos em sede do Plano de Atividades através da elaboração do **Relatório de atividades e Autoavaliação**. Assim, foi produzido o seguinte:



BALANÇO EXECUTIVO 2013-2015

Preparação de um documento que faz um balanço no triénio 2013-2015 para reporte à tutela com as principais matérias desenvolvidas na área *core* (operacional) e

restantes áreas desta Autoridade, bem como um diagnóstico das áreas/processos a melhorar.

OUTRAS ATIVIDADES RELEVANTES

Gestão de riscos de corrupção

Resposta ao Tribunal de Contas do inquérito sobre corrupção na AP - 5 anos

Preparação de conteúdos para a intranet/website da ASAE

- Perceção dos serviços prestados pela ASAE por parte dos stakeholders- louvores e inquérito

-Atualização periódica das 52 menções de agradecimento endereçadas em 2015 à ASAE e publicitação das mesmas no *website* e *intranet* em "*Opinião dos nossos parceiros*"

-Envio e tratamento dos dados do Questionário aos stakeholders

- Preparação de candidatura ao "**Showcasing Valorização das Pessoas**" do INA 2015 com apresentação de medidas de boas práticas nas categorias "**GERIR A MUDANÇA**" - criação da rede geral de dormitórios e melhores condições de saúde- e "**DESENVOLVER A CONFIANÇA**"- formação de tiro policial e criação da bolsa de formadores



Sustentabilidade/RS/doações

Monitorização e publicitação periódica via *website* das doações de bens apreendidos perdidos a favor do Estado

SUSTENTABILIDADE/ RESPONSABILIDADE SOCIAL;

DOAÇÕES

No âmbito da atividade de monitorização das doações de material apreendido importa deixar uma nota enquadradora

A responsabilidade social das organizações assume no contexto atual um papel muito relevante, papel que a ASAE tem procurado assumir face às possibilidades que se lhe oferecem neste domínio, assim tem-se empenhado na doação de material diverso apreendido, quer alimentar quer não-alimentar.

Ora perante o material apreendido tem esta Autoridade feito um esforço, ponderando, caso a caso, a utilidade que estes bens podem ter para algumas instituições públicas ou privadas que prosseguem fins de solidariedade social. Isto estando na presença de apreensões que originam processos de natureza criminal, quer contra-ordenacional, alimentar ou não-alimentar.

Deste modo, existem inúmeras as situações em que os bens podem ser aproveitados por instituições que deles carecem. Ainda que não seja sempre a ASAE a entidade com competência para decidir do destino dos bens, considera-se que esta Autoridade tem o dever de alertar para esta possibilidade, sempre que ela ocorra, e de criar condições para que ela se concretize. Importante é salvaguardar devidamente as condições de segurança destes bens, quer no que toca à segurança da sua utilização ou consumo, quer no que toca à segurança da sua não-reintrodução no mercado.

Neste sentido, foram uniformizados os procedimentos nesta matéria, procurando avaliar uma distribuição equitativa, garantido sempre que possível uma base de proximidade geográfica entre o bem/produto apreendido e a entidade beneficiária da doação.

A ATIVIDADE DE MONITORIZAÇÃO DAS DOAÇÕES ENVOLVEU, DESIGNADAMENTE OS SEGUINTE ITENS

- 1 Revisão da metodologia de inscrição de pedidos de entidades beneficiárias das doações
- 2 Reformulação de conteúdo da informação do *website* do item sustentabilidade dando início à publicitação pública dos principais indicadores de bens doados através deste canal de informação
- 3 Controlo da listagem de entidades beneficiárias inscritas
- 4 Reportes detalhados e periódicos à Direção

II.3. ATIVIDADE DE INSPEÇÃO

ATIVIDADE OPERACIONAL DE FISCALIZAÇÃO

A atividade operacional foi desenvolvida com base em ações de fiscalização a nível nacional e de acordo com o Plano de Inspeção e Fiscalização, com vista a assegurar a saúde pública, a defesa dos consumidores e a livre concorrência dos operadores económicos. Neste contexto, foram concretizadas operações nacionais e regionais pelo que importa destacar os principais resultados operacionais apurados no ano de 2015.

Resultados Operacionais 2015	
Alvos/Operadores fiscalizados	40.497
Alvos Suspensos	502
Processos-Crime	1.079
Processos CO	6.383
Detenções	388
Taxa de Incumprimento	18%
Apreensões	
Kg	593.438
L	953.503
Uni	2.540.302
Valor (€)	13.569.983

58 %
ÁREA ALIMENTAR

42 %
ÁREA ECONÓMICA

Importa também dar nota de **algumas operações mais emblemáticas** realizadas durante o ano de 2015.

- ♦ **Operação Mala Dourada** - maior montante de sempre apreendido em numerário - **140 mil euros**;
- ♦ **Operação Safety Fly** - nos Aeroportos do continente e das regiões autónomas, ação coordenada entre ASAE, IRAE Açores e IRAE Madeira - fiscalizadas mais **de 1 centena** de máquinas de venda automáticas;
- ♦ **Apreensão de 4,6 mil unidades** de embalagens de produtos fitofarmacêuticos - **29 mil euros**;
- ♦ **Operação Alto Mar I e II**- em conjunto com a Marinha Portuguesa fiscalização alargada a navios-fábrica, tendo uma delas **ultrapassado as 200 milhas** da costa portuguesa;
- ♦ **Operação Entrepostos** - apreensão de **150 toneladas** de produtos alimentares;

- ♦ **Operação Tubos** - produtos apreendidos - superior a **1,2 milhões de euros**;
- ♦ **Operação Queijo Barra** - apreensão de **14 toneladas** de produtos análogos a queijo;
- ♦ **Operação Online Product Safety Sweep** – Comércio online (segurança geral de produtos) – OCDE – 1ª ação internacional na área económica;
- ♦ **Operações de Fiscalização** - durante o Campeonato Mundial de Futebol de Praia 2015, em Espinho – apreensão de material diverso – valor aproximado de **12 mil euros**.

Fato que mereceu do Sr. Presidente da CM de Espinho um agradecimento público à atuação da ASAE;

- ♦ **Operação Serenata** – 24 processos de contraordenação + apreensão de 3 balanças + 2 contadores de tempo+1 suspensão parcial +1 suspensão total;
- ♦ **Operação Grau Menor** - identificados **118 menores** e instaurados os correspondentes processos de contraordenação;
- ♦ **Operação Jackpot** – apreensão de 38 máquinas de jogo +3 roletas+ 1 viatura automóvel + diverso material informático+ 3,6 mil euros, num valor total aproximado de **150 mil euros**;
- ♦ **Operações em conjunto com a EUROPOL:**
 - **OPSON** – apreensão de **12,5 mil unidades+5 mil kg+380 mil litros** (géneros alimentícios) no valor de **224 mil euros**;
 - **ACTION METAL DAY** - gestão de resíduos metais não preciosos –

apreensão de **3 unidades** (balanças) no valor de **14 mil euros**.

DESTAQUE DAS ATIVIDADES

ASSEGURAR O CONTROLO DA EXECUÇÃO DO PLANO DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO

- Elaboração do Programa Anual de Fiscalização do Mercado;
- Apoio técnico à atividade inspetiva nas áreas alimentar e económica com acompanhamento de ações de inspeção no terreno;
- Elaboração de procedimentos de fiscalização:
 - Com a DGAV e ICNF - Manual de Procedimentos Operacional Conjunto de controlo do Nemátodo do Pinheiro;
 - Com a DGAV - Plano de Controlo dos Fitofarmacêuticos;
 - Manual de Procedimentos RAPEX;
- Desenvolvimento e atualização da matriz de risco de atuação na ASAE, por áreas de intervenção temática – Saúde Pública e Segurança Alimentar, Práticas Comerciais e Propriedade Intelectual, Segurança e Ambiente.

Desenvolvimento e preparação de documentação necessária para definição de operações da atividade inspetiva (normas e legislação de suporte, identificação de alvos e demais elementos determinantes) para as seguintes ações:

Ações	Nº
OP Temáticas	164
OP Colheita de Amostras (PNCA)	39
OP Planos Coordenados Mel e Pescado	2
OP Plano de ação relativo à deteção da presença de OGM em broa de milho não rotulada	1
OP Não Conformidades PNCA	127
OP no âmbito das Indústrias	47
OP RASFF	79
OP RAPEX	54
Total	513

ASSEGURAR O CONTROLO ESTATÍSTICO OPERACIONAL

- Elaboração de estatísticas operacionais, com vista à análise estatística a fim de otimizar a afetação de meios e obtenção de melhores resultados operacionais;
- Produção do Relatório de Operação, análise dos resultados operacionais e verificação do cumprimento dos objetivos propostos da OP;
- Produção de estatísticas para reporte a diferentes solicitações como a Direção, a Tutela, o Ministério da Justiça, comunicação social ou ainda, para apoio à atividade operacional.

OPERACIONALIDADE DO CCO

- Garantir as respostas às solicitações internas e externas provenientes de outras entidades;
- Apoiar as respostas a solicitações operacionais ou de investigação em curso, potenciadas pelas BD disponíveis para consulta no Centro Operacional;
- Monitorização, arquivo e disponibilização das referências mediáticas televisivas da atividade operacional da ASAE;
- Receção e triagem de todas as comunicações recebidas na ASAE através de correio eletrónico e respetivo reencaminhamento;
- Monitorização da ocorrência de Toxinfecções alimentares;
- Introdução e validação de notícias de foro operacional no *website* da ASAE.
- Monitorização das regras de comunicação das atividades operacionais e atualização dos Mapas de Despacho (Mandados judiciais e intervenção em locais que impliquem medidas especiais na atuação).

TRATAMENTO DE RECLAMAÇÕES E CARATERIZAÇÃO DE DENÚNCIAS

Relativamente ao processo de tratamento das reclamações recebidas no âmbito do **Livro de Reclamações**, em que a ASAE é uma das entidades de controlo de mercado com

competências na matéria (D.L. nº 156/2005, de 15 de setembro, alterado pelo D.L. nº 371/2007, de 6 de novembro), destaca-se que a ASAE no período entre 2006 e 2015 recebeu mais de **um milhão e cem mil** reclamações, tendo em 2015 atingido o valor **mais elevado**, com um total de **158.211**, correspondendo a um aumento de **21 %** relativamente ao ano anterior.



Ilustração 5 - Número de reclamações recebidas na ASAE (2006 – 2015)

RECLAMAÇÕES COM INDÍCIOS DE CONTRAORDENAÇÃO OU CRIME

Do total de reclamações foram remetidas cerca de **6%** para as Unidades-Regionais/Operacionais da ASAE, por **existência de indícios de contraordenação ou crime**, da competência da ASAE, salientando-se como principais infrações detetadas as seguintes:

Não remessa do original da folha de reclamação
 Recusa em facultar o livro de reclamações
 Reparação ou substituição do bem fora do prazo previsto
 Incumprimento dos requisitos gerais e específicos de higiene (artigos 3.º e 4.º do Regulamento (CE) n.º 852/2004)
 Forma e falta de indicação do preço em bens
 Comercialização com data limite de consumo ultrapassada
 CR: Crime de especulação
 CR: Géneros alimentícios corrompidos ou avariados
 Falta de entrega do duplicado ao utente e não conservação do triplicado
 Exercício de práticas comerciais desleais em geral

DENÚNCIAS

Desde 2006 até 2015 deram entrada na ASAE um total aproximado de 200 mil denúncias, sendo que no ano em apreço se registaram 22.611 denúncias provenientes de outros organismos oficiais e/ou de particulares, que constituem matéria-prima fundamental para a atividade de fiscalização na medida em que dão a conhecer situações irregulares que consubstanciam infrações às disposições legais, pelo que o seu tratamento célere e sistemático se revela fundamental para uma eficaz atuação na prossecução da defesa da saúde pública, da livre concorrência e dos consumidores em geral.

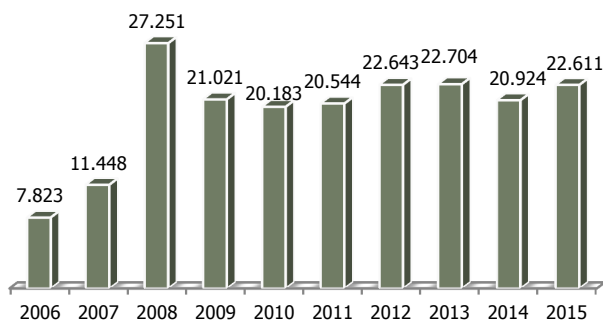


Ilustração 6 - Número de denúncias recebidas anualmente (2006 - 2015)

Relativamente à competência de averiguação das denúncias ou relevância das mesmas face

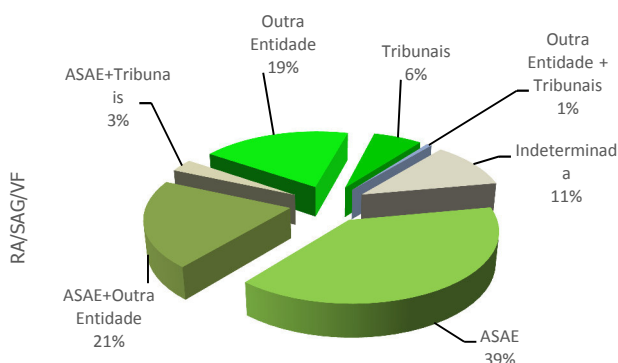
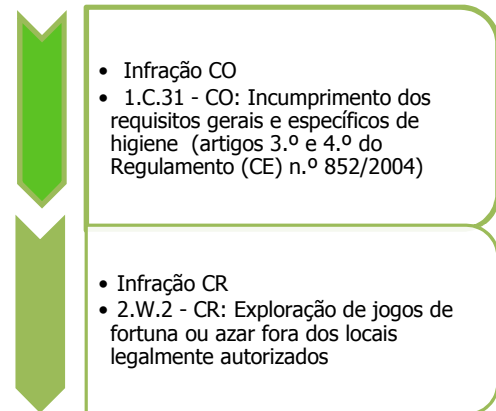


Ilustração 7 - Distribuição de denúncias por competência

à matéria descrita procedeu-se à caracterização de acordo com o seguinte gráfico:



Da totalidade das denúncias remetidas às Unidades Operacionais destacam-se as seguintes infrações, de natureza contraordenacional e criminal, pela sua frequência:

Por último, referir que da totalidade de denúncias recebidas em 2015, verificou-se uma taxa de resolução das denúncias recebidas na ordem dos **80%**.

II.4. ATIVIDADE DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

A atividade **de investigação criminal** apostou num incremento do esforço de pesquisa de informações policiais de suporte à atividade operacional bem como na comunicação de operações suspeitas no âmbito do branqueamento de capitais.

O ano de 2015 caracterizou-se pela obtenção de resultados qualitativos de grande expressão, porquanto foram percorridas todas as áreas criminais da responsabilidade da ASAE e ainda assim extravasando essas mesmas. Algumas investigações exigiram diligências complexas tendo sido, pela primeira vez, executadas buscas a escritórios de advogados com a presença de juizes de instrução criminal.

A área alimentar mereceu um enfoque especial, sobretudo nas investigações de fraudes alimentares de vinhos e azeites.

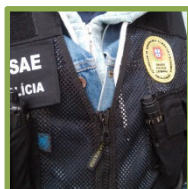
A investigação desenvolvida numa dinâmica proativa assentou no esforço

permanente de recolha de informações policiais tendo permitido alargar as áreas de investigação, algumas delas inovadoras e de valor acrescentado.

A gestão da informação, *just in time*, tem permitido recolher prova imediata que sustenta de forma sólida as investigações.

O estabelecimento de um plano de pesquisa de informações mais próximo e orientado para a investigação criminal impulsionou melhores resultados e com menores custos.

Dando cumprimento às obrigações legais definidas pelo art.º 4.º da Lei n.º 72/2015, de 20 de julho, que define os objetivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio de 2015-2017, e que inscreve o branqueamento de capitais como crime de prevenção prioritária:



Desenvolvimento de ações especiais de inspeção dirigidas a diversos setores de atividade que comercializam bens ou serviços de elevado valor

Promoção de uma ação de "formação prática" sobre branqueamento de capitais, com a colaboração da PJ/UIF



Venda de automóveis, embarcações e aeronaves; ourivesarias; joalharias, galerias de arte; antiquários – e identificou 15 operações suspeitas que foram diretamente comunicadas à Unidade de Informação Financeira (UIF) da Polícia Judiciária (PJ) e à Procuradoria-Geral da República (PGR)

Realça-se que, apesar da fiscalização do branqueamento de capitais constituir uma competência originária da ASAE, certo é

que foi a primeira vez que se identificaram e comunicaram operações suspeitas às entidades competentes.

Investigações ibéricas:

colaboração com o Corpo Nacional de Polícia e Guarda Civil de Espanha



Operação APRILIS

apreensão de **38.000 unidades** de vestuário e calçado contrafeito; **6 máquinas industriais** e numerário, no valor de **217 mil euros**



Operação DAKAR

apreensão de **100 mil unidades** no valor de **50 mil euros**



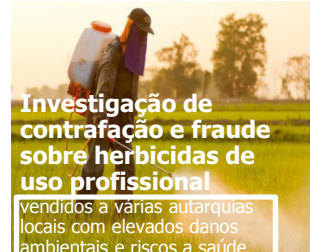
Operação Globo

apreensão de rolamentos industriais contrafeitos – no valor superior a **800 mil euros**



Operação Mercados

apreensão de **22 mil unidades** de produto contrafeito, **2 armas de fogo** e **1 bastão extensível**



Investigação de contrafação e fraude sobre herbicidas de uso profissional

vendidos a várias autarquias locais com elevados danos ambientais e riscos à saúde.



Investigações sobre fraudes alimentares de azeites - Óleo de ouro I e II

Investigação à comercialização de produtos vitivinícolas: Doce Cepa

Apreensão de **324 mil litros** de vinho tinto e licoroso classificado segundo as análises laboratoriais como **anormal e com falta de requisitos;**
Apreensão de **250 mil litros** de vinho e outros produtos víquicos, cerca de **650 mil euros**



Todas estas operações e investigações foram objeto de ampla cobertura mediática que amplificou a imagem da ASAE como “polícia técnica”.

RAY/SAG/VF



Investigação de contrafação de secadores profissionais

que mereceu um reconhecimento público da marca num anúncio de jornal diário;



Ação de investigação em Valença - Fortaleza

dirigida a 7 estabelecimentos situados na Fortaleza de Valença, quase todos reincidentes, que contou com o acompanhamento de peritos das marcas;



Investigação a um distribuidor de peças de automóveis contrafeitas

já colocadas em veículos de transporte de passageiros que contou com o acompanhamento de peritos alemães e suecos.

II.5. ATIVIDADE DE APOIO JURÍDICO E DE DECISÃO CONTRAORDENACIONAL

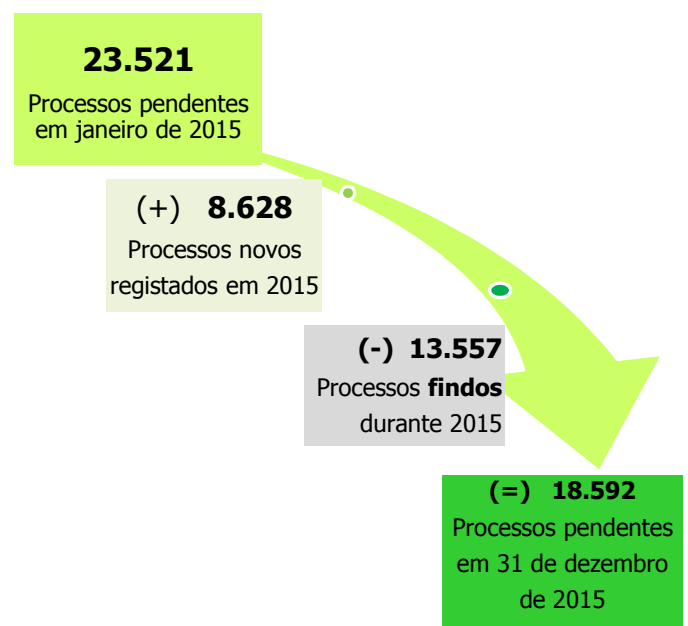
A atividade jurídica planeada centrou-se nas respostas atempadas aos pedidos que lhe foram solicitados pelos órgãos e serviços da ASAE, e por outras entidades da Administração Pública.

DESTAQUE DAS ATIVIDADES

- Elaboração do projeto de diploma que cria um Regime Geral das Contraordenações Económicas;
- Diminuição da pendência do processo em fase de decisão (5.000 processos);
- Elevado número de sessões públicas de esclarecimentos, formação interna e reuniões com associações de operadores económicos e de debate interno, derivadas da publicação e implementação de três regimes jurídicos novos de grande complexidade que conferem competências à ASAE:
 - ◆ Regime Jurídico do Alojamento Local;
 - ◆ Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio e Serviços e Restauração (RJACSR);
 - ◆ Regime Jurídico da ourivesaria e das contrastarias (RJOC).

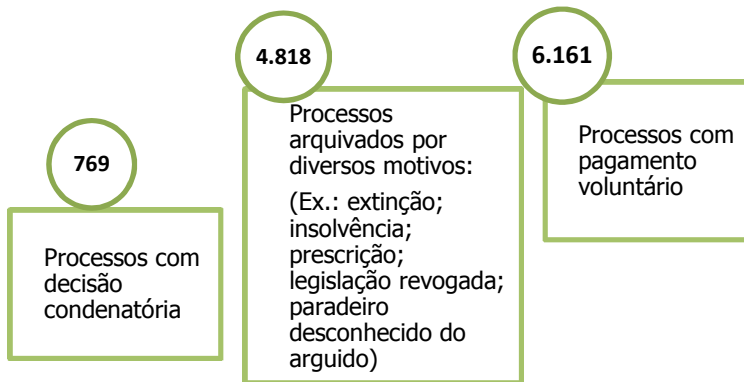
DECISÃO CONTRAORDENACIONAL

Foram registados 8.628 processos aptos para serem decididos, número que acresceu aos processos já pendentes, transitados de anos anteriores, sendo que no final do ano se constatou uma diminuição da pendência processual de processos para decisão em cerca de 5.000 processos, conforme quadro seguinte:



INTERVENÇÃO NOS PROCESSOS DE CONTRAORDENAÇÃO

Foram efetuadas inúmeras intervenções nos processos pendentes, tendo a este nível sido elaboradas decisões e arquivamento que seguidamente se descrevem:



Da atividade consequente da aplicação das coimas resulta um valor, sendo apurados os respetivos montantes pagos e os correspondentes à ASAE, os quais se encontram expressos no presente Relatório (*vide* ponto *Afetação real e prevista dos Recursos*).

Foi ainda avaliado o resultado das sentenças e despachos dos tribunais proferidos em sede de processos-crime e contraordenações instaurados pela ASAE:

130

- Análise de despachos e sentenças proferidas em Processos-crime instaurados pela ASAE

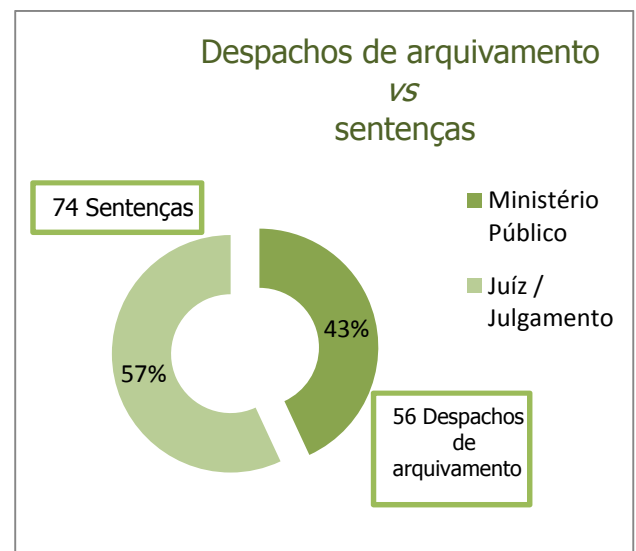
443

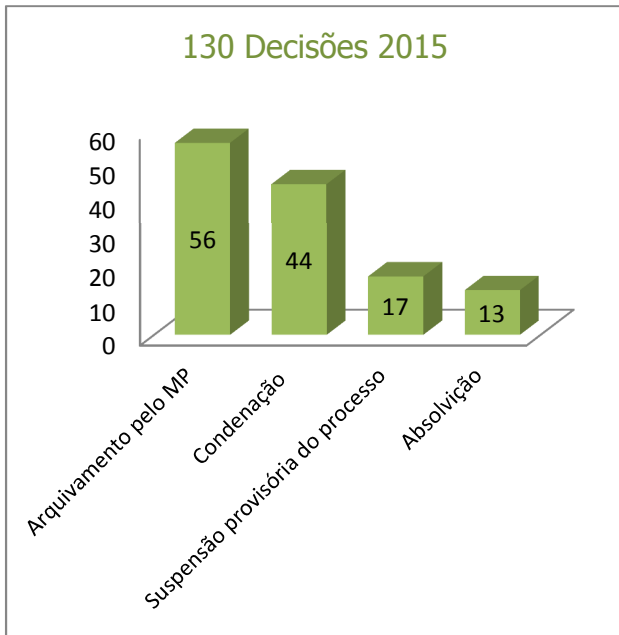
- Análise de sentenças proferidas pelos Tribunais em sede de impugnação judicial das decisões de aplicação de coima em Processos de contraordenação pela ASAE

AVALIAÇÃO DE DECISÕES EM PROCESSO-CRIME E DE CONTRAORDENAÇÕES NO ANO DE 2015

- ANÁLISE DAS DECISÕES JUDICIAIS RECEBIDAS NOS PROCESSOS-CRIME INVESTIGADOS PELA ASAE:

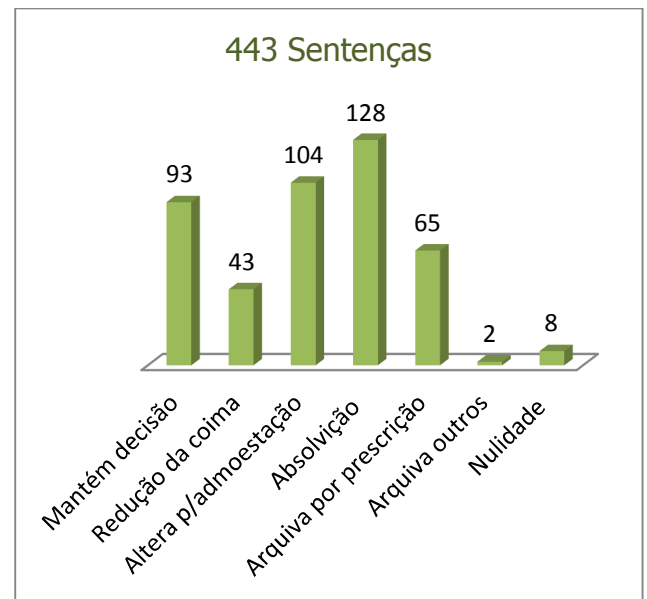
Das decisões analisadas de processos-crime (instaurados em 2013-2014) conclui-se que 43% das decisões referem-se a despachos de arquivamento pelo Ministério Público, enquanto 57% consubstanciam sentenças proferidas pelos Tribunais, o que face, às duas últimas análises efetuadas em 2014, demonstra uma significativa diminuição da percentagem de processos que foram arquivados por despacho do Ministério Público.





- ANÁLISE DAS SENTENÇAS DOS TRIBUNAIS, PROFERIDAS EM SEDE DE RECURSO JUDICIAL INTERPOSTO DAS DECISÕES ADMINISTRATIVAS DE APLICAÇÃO DE COIMA, EM PROCESSOS DE CONTRAORDENAÇÃO INSTAURADOS E/OU INSTRUÍDOS E/OU DECIDIDOS PELA ASAE

Em relação às sentenças proferidas na sequência de recursos judiciais em processos de contraordenação, no ano de 2015, verificou-se que 54% das mesmas confirmam uma decisão condenatória da ASAE, ou seja, ou mantêm a mesma coima, ou reduzem-na ou transformam-na numa admoestação.



II.6. ATIVIDADE LABORATORIAL E CIENTÍFICA

ATIVIDADE LABORATORIAL

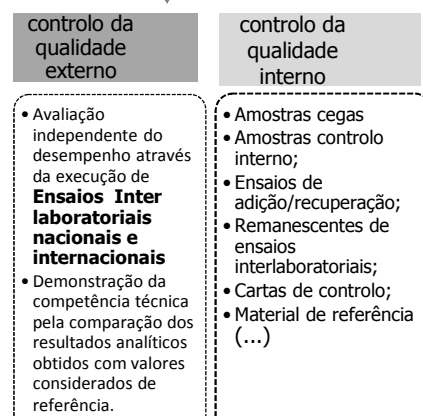
EXECUÇÃO DE ANÁLISES LABORATORIAIS SOLICITADAS PELOS CLIENTES

A análise de amostras, por laboratório do DRAL, para deteção de microrganismos com impacto na segurança alimentar e de espécies animais no âmbito da autenticidade alimentar; no controlo de contaminantes em géneros alimentícios e alimentação animal, e no domínio dos ensaios da análise físico-química e

sensorial em bebidas e outros produtos de origem vínica e outras, traduz-se sumariamente nos resultados das tabelas seguintes. Resultados a seguir apresentados e que estão diferenciados por natureza de pedido de análise, incluindo as análises realizadas no âmbito do controlo da qualidade interno e externo.

Número de amostras/unidades					
Laboratório	Controlo Oficial ⁹	Organismos públicos	Particulares	Controlo da qualidade	Tota de amostras
Laboratório de microbiologia	3.050	2	11	1.000	4.063
Laboratório de físico-química	1.133	429	330	342	2.234
Laboratório de bebidas e produtos vitivinícolas	989	209	1.168	211	2.577
Total	5.172	640	1.509	1.553	8.874

Laboratório	Número de Determinações
Laboratório de microbiologia	6.864
Laboratório de físico-química	17.365
Laboratório de bebidas e produtos vitivinícolas	40.095
Total	64.324



Em 2015 no âmbito do controlo oficial, cerca de 5.200 amostras, 13,8% respeitam a amostras não-conformes.

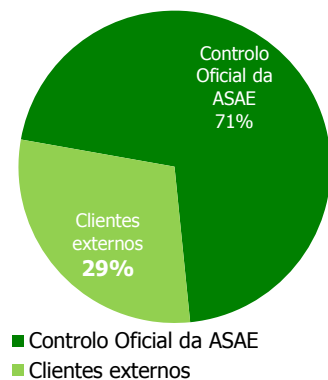
RA/SAG/VF

⁹ Engloba análises respeitantes aos Programas/Planos de Controlo Oficiais, nomeadamente o PNCA, Inspeção, Banco de Dados Isotópicos-BEDI e Verificação Técnica das Bebidas Espirituosas - PVT

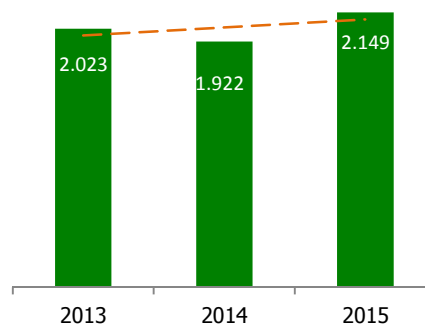
A origem global das amostras analisadas e sua repartição por tipo de clientes, e em específico as amostras provenientes de clientes externos, em 2015 e em termos evolutivos no triénio 2013-2015, são apresentadas nos gráficos que se seguem. Releva-se a contribuição em termos de

fonte de receita da prestação de serviços analíticos laboratoriais a terceiros, nomeadamente as taxas cobradas por via da venda de estampilhas especiais a apor nas bebidas espirituosas (processos PVT) (vide Recursos Financeiros).

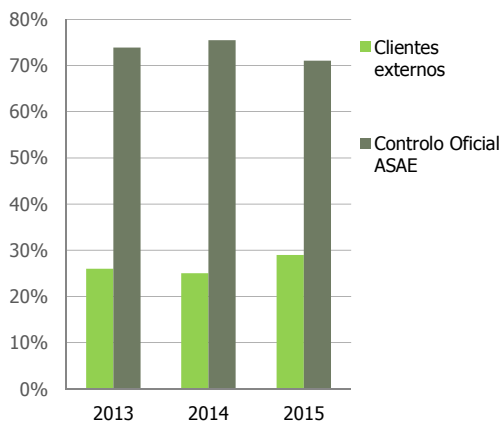
Origem global das amostras



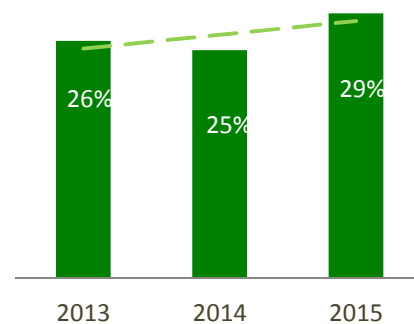
Evolução do n.º de amostras de clientes externos 2013-2015



Evolução da origem das amostras 2013-2015



Evolução da % global amostras de clientes externos 2013-2015



Gama de serviço analítico disponível aos clientes:

Técnicas microbiológicas, imunológicas e de biologia molecular em géneros alimentícios, alimentos para animais, matérias-primas e amostras ambientais, sendo que têm maior relevância leite, queijo e produtos lácteos, gelados, carne, preparados de carne e produtos à base de carne, frutas, produtos hortícolas, crustáceos, moluscos e bivalves e alimentos prontos para consumo

Análises para a determinação de dioxinas, micotoxinas, metais pesados, PAH's e melamina.

Análises para controlo de alergénios (ex: glúten, ovo, leite, soja e crustáceos), solventes voláteis (incluindo os halogenados) e aditivos em géneros alimentícios (edulcorantes, conservantes)

Análises para a determinação de mostos, vinhos, vinagres, bebidas aromatizadas, cervejas, sidras, sumos, bebidas espirituosas e azeites e, sulfitos em géneros alimentícios.

EXECUÇÃO DE PERITAGENS, ANÁLISES PERICIAIS E ANÁLISES DE RECURSOS

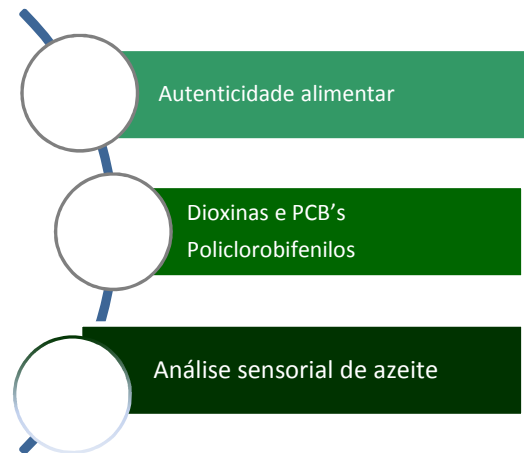
É também frequente a presença de peritos ou consultores técnicos, no acompanhamento do processo analítico. As amostras únicas são aquelas em que a presença de perito é mais frequente enquanto, em amostras colhidas em triplicado, caso maioritário no LBPV, só em sede de recurso requerido pelo operador económico o perito acompanha a análise. A frequência com que esta atividade ocorre em cada laboratório está intimamente ligada à natureza da amostra, da colheita e do processo analítico. Estas atividades são um momento privilegiado de contacto com os representantes dos operadores económicos, onde a imagem dos Laboratórios da ASAE é comunicada de forma expressiva, sendo possível o acompanhamento presencial da execução dos ensaios laboratoriais a realizar, o conhecimento dos procedimentos e metodologias de trabalho. Neste âmbito foram executados **896 processos analíticos**.

PROSECUÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA POLÍTICA DA QUALIDADE

A ACREDITAÇÃO PELA NP EN ISO 17025

Salienta-se que dos atuais 103 ensaios acreditados os Laboratórios da ASAE são os

únicos laboratórios oficiais acreditados em Portugal para as seguintes determinações:

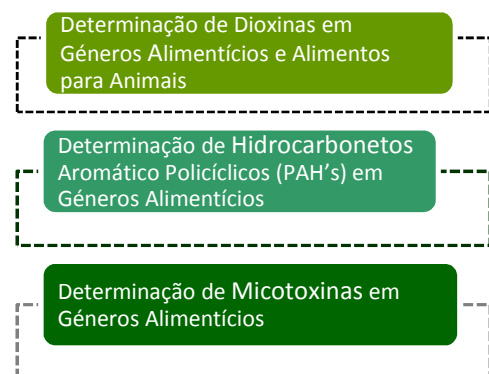


É ainda um **dos 3 laboratórios acreditados para análise de vinagres** em Portugal.

É **único laboratório nacional** com os métodos analíticos para controlo do **álcool de origem agrícola** totalmente implementados.

LABORATÓRIO NACIONAL DE REFERÊNCIA

É também **reconhecido pelo Conselho Oleícola Internacional** para análise físico-química em azeites e análise sensorial de azeite virgem.



ESTUDO, IMPLEMENTAÇÃO, VALIDAÇÃO DE NOVOS MÉTODOS ANALÍTICOS

Início da implementação deteção de *E. coli* enteropatógenicas (STEC) pelo método ISO/TS 13136 em matrizes alimentares

Avaliação de possíveis novos métodos de deteção de organismos por PCR em tempo real por forma a aumentar a oferta de métodos disponíveis quer para o cliente interno quer para clientes externos

Início da implementação da deteção, por PCR em tempo real, de *Campylobacter* spp pelo método iQ-Check *Campylobacter* BioRad

Início da implementação da contagem de *Campylobacter* spp pelo método RAPID[®] *Campylobacter* spp BioRad (validação AFNOR - EN ISO 16140 de acordo com ISO/TS 10272-2)

Estudos de validação com vista à extensão a novas matrizes da determinação de PAH's, de Dioxinas e PCB's

Preparação dos processos para acreditação das determinações de Desoxivalenol, Zearalenona e Patulina, no âmbito da acreditação flexível global para micotoxinas em Géneros Alimentícios

Determinação de razões isotópicas de bebidas espirituosas de origem não vínica, com vista ao estabelecimento de uma base de dados que permita a identificação deste tipo de bebidas e distinção das de origem vínica

Início do estudo para implementação de um método de deteção da origem do dióxido de carbono em bebidas gaseificadas

Preparação da metodologia para a acreditação em regime de acreditação flexível intermédia de 3 ensaios na matriz vinagre

RA/SAG/VF

METODOLOGIAS E ATUALIZAÇÃO E CONTROLO DA ESTRUTURA DOCUMENTAL DO SISTEMA DE GESTÃO

Por forma demonstrar a conformidade do sistema de gestão, incluindo a área técnica com melhorias técnicas e a adequação às necessidades e exigências com o normativo de referência (NP EN 17025), foi revisto e reeditado o Manual da Qualidade, a globalidade dos Procedimentos do Sistema de Gestão (PSG), revisão e reedição de procedimentos de índole técnica e atualização das listas de controlo documental.

MELHORIA CONTÍNUA

CONSOLIDAÇÃO DA ADAPTAÇÃO DOS ESPAÇOS LABORATORIAIS DA ÁREA MICROBIOLÓGICA QUER DA ÁREA FÍSICO-QUÍMICA DO ESPAÇO DESTINADO À PREPARAÇÃO DE MICOTOXINAS, RESPETIVAMENTE

- Tendo em vista a implementação dos novos métodos de biologia molecular, e reavaliação do circuito de circulação de ADN de modo a cumprir os requisitos exigidos por estas metodologias;
- De forma a poder dar resposta ao aumento de solicitações para estas determinações;

ESTUDOS

- Para a implementação da deteção e identificação de outras espécies animais e vegetais;
- Da norma ISO 11133:2014 de controlo da performance de meios de cultura de modo a implementar as alterações preconizadas;
- Visando a possibilidade de implementar a deteção de OGM.
- De avaliação das necessidades para integração automática no Labway dos resultados das corridas de PCR em tempo real dos ensaios de autenticidade alimentar;
- Influência do solvente *Tween 20* na eficácia dos processos extrativos de Aflatoxinas em especiarias e seus derivados;

- Processos alternativos para a preparação de amostras com vista à determinação dos PAH's.

REVISÃO DE PROCEDIMENTOS

- Controlo de soluções padrão de longa duração de forma e evitar desvios.

IMPLEMENTAÇÃO DE OPORTUNIDADES DE MELHORIA

- Abrangendo equipamento, controlo de qualidade e procedimentos, traduzindo um efetivo investimento na melhoria contínua.

OUTROS

- Atualização das taxas de recuperações médias para as várias matrizes de contaminantes;
- Elaboração de novas folhas de cálculo para a estimativa de incertezas nas determinações de micotoxinas;
- Realização de reuniões com todos os colaboradores do LBPV com o objetivo de analisar com bases concretas e ferramentas estatísticas o desempenho da Equipa e a melhoria do seu funcionamento e divulgação da informação relevante entre os elementos;
- Reorganização de várias equipas técnicas na área do laboratório de bebidas após saída de 4 colaboradores.

- Reuniões, representações da ASAE, Grupos de trabalho e Outros eventos, nomeadamente:
 - ◆ Colóquio técnico Listeria monocytogenes na Indústria Alimentar organizado pela Betelgeux;
 - ◆ Na Assembleia Geral da RELACRE;
 - ◆ Encontro anual de "Network of Reference Laboratories for Polycyclic Aromatic Hydrocarbons", Bruxelas;
 - ◆ Reuniões de peritos químicos da Comissão Europeia sub-grupo azeites;
 - ◆ Reuniões de peritos químicos para o estudo de métodos de análise em azeite e

óleo de bagaço de azeitona, organizado pelo COI;

- ◆ Reuniões da Comissão de peritos das bebidas espirituosas da CE;
- Envio à EFSA dos dados laboratoriais de 2014 de análises de contaminantes e aditivos (do LFQ e LBPV) e para o relatório das zoonoses (do LM)
- Representação na SEGREX – Proteção e Lisboa, Maio 2015;
- Participação de provedores nos Concursos.

ESTUDO E VALIDAÇÃO DE MÉTODOS ANALÍTICOS

- Em colaboração com a OIV, início do estudo para identificação do poder adoçante de vários edulcorantes em licores
- Adaptação do método de doseamento de sulfitos a novas matrizes (camarão, produtos hortícolas, etc.)
- No âmbito do OIV, participação em estudo inicial com vista à validação de método para doseamento simultâneo de 25 compostos voláteis em vinhos por GC
- Execução de ensaios de acidez total em vinagres para sustentação de alteração do método oficial do OIV a propor pela ASAE na próxima reunião do OIV em 2016

Formação e manutenção da qualificação dos técnicos

Colaboração em estudos interlaboratoriais com vista à validação internacional de métodos de análise

ATIVIDADE CIENTÍFICA

As atividades desenvolvidas neste âmbito são essencialmente de suporte à área operacional da ASAE (assessoria técnica e perícias, apoio à amostragem, pareceres técnicos, procedimentos, manuais, notas técnicas, formação técnica entre outras), estudos científicos, bem como atividades de apoio técnico a outras Autoridades de controlo oficial e ou Instituições/Associações na coordenação técnica do plano de controlo do géneros alimentícios (de vigilância/amostragem), efetuado mediante a colheita de amostras, associada ao controlo oficial dos géneros alimentícios e em concreto a um conjunto de Planos e Programas que decorrem essencialmente do Regulamento (CE) n.º 882/2004 e na representação Institucional, organização e participação em reuniões nacionais e na U.E, como ponto focal da EFSA, desenvolvimento de projetos que visam a avaliação e comunicação de risco na cadeia alimentar.

ÂMBITO DAS EMISSÕES DE PARECERES TÉCNICOS

Fiscalização da ASAE
PNCA (Plano Nacional de Colheita de Amostras)
Fundo Europeu Ajuda Carenciados
PVT (Verificação Técnica das Bebidas Espirituosas)
Entidades Externas (p.e: Brigada Fiscal da GNR; Ministério Público; Polícia Judiciária; DGAV)

REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL EM GRUPOS DE TRABALHO

Definição de Fronteiras entre Medicamentos e Suplementos Alimentares
Para a redução do consumo de sal na população portuguesa - Programa nacional de Promoção de Alimentação Saudável
Lista de utilização da água nas indústrias alimentares em que a salubridade do produto final não é afetada pela qualidade da água utilizada
Da Comissão Técnica 25- Pescado
Da Comissão Técnica 34- Carne e Produtos à base de carne
Informação Microbiológica de Alimentos
Do Comissariado da Câmara Municipal de Lisboa- Combate ao Desperdício
Da "Heads of Food Safety Agencies "

EVENTOS DA COMUNICAÇÃO DE RISCO

Banalidades em Segurança Alimentar por um Generalista
"Anti-oxidantes: O elixir da vida?"
Comunicação de Risco
Desperdício Alimentar
Avaliação de Risco
Alergia Alimentar- Nova legislação

PUBLICAÇÕES NO ÂMBITO DA COMUNICAÇÃO DE RISCO

Tipo de Publicações	Temas	Nº
Revista Científica	Revista <i>Riscos e Alimentos</i> , " <i>Carne e Produtos Cárneos</i> "	2
Publicação Semestral	Revista <i>Riscos e Alimentos</i> Alimentação e Gravidez	
Publicações Mensais	Artigos temáticos para a <i>Newsletter</i> da ASAE	1 2

ATIVIDADES DECORRENTES DA COORDENAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE COLHEITA DE AMOSTRAS

Documentos elaborados para coordenar o controlo oficial dos géneros alimentícios- Plano Nacional de colheita de Amostras

- Plano Nacional de colheita de Amostras 2016
- Normativo de colheita de Amostra 2016
- Relatório Plano Nacional de colheita de Amostras 2014
- Planeamento anual das amostras e determinações a efetuar em 2016
- Planeamentos mensais do PNCA
- Base de dados específica para o PNCA (informação remetida anualmente à Autoridade Europeia de Segurança Alimentar -EFSA)

RELAÇÃO INSTITUCIONAL DA ASAE COM A AUTORIDADE EUROPEIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR (EFSA)

Nesta vertente, foi assegurado o suporte administrativo e técnico aos membros nacionais representantes nas três redes de cooperação Internacional: Advisory Forum, Focal Points e AF Communications Working Group.

Numa perspetiva de melhoria continua nos aspetos de gestão, foi criada uma base de

dados para os elementos nacionais do artigo 36, Scientific Network e Panels & Units. Foram ainda definidos procedimentos internos para aligeirar a comunicação entre as redes nacionais e rede dos Focal Points, que permitiram e melhorar da troca de informação técnico/científica, conforme dados da seguinte tabela.

DOCUMENTOS ELABORADOS E AÇÕES REALIZADAS

Relatório Anual das atividades da EFSA (Outubro 2015)
 Propostas de novos Membros nacionais para os Painéis da rede científica EFSA
 Respostas aos *Focal Points* de pedidos externos de informação técnica/científica (Request Exchange Information)
 Pedidos nacionais de informação técnica/científica para os *Focal Points* - (Request Exchange Information)

NA ÁREA DE AVALIAÇÃO E COMUNICAÇÃO DE RISCOS

Em 2015, procurou-se desenvolver e potenciar esta área de atividade com uma componente mais científica, dando continuidade ao planeado em 2014, realizando estudos de avaliação de exposição, com base nos resultados obtidos no Plano Nacional de Colheita de Amostras (PNCA).

DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DA EFSA

Divulgações científicas e "Call" para o Artigo 36
 Divulgações científicas e "Call" no Site da ASAE

ESTUDOS CONCRETIZADOS

RELAÇÃO INSTITUCIONAL COM O CONSELHO CIENTÍFICO (CC) E PAINÉIS TEMÁTICOS (PT) DA ASAE

Nesta vertente foram promovidas as habituais reuniões de coordenação com o CC e vários encontros temáticos no âmbito das atividades científicas de cada PT, nomeadamente:

Temas	
Exposição de contaminantes químicos, em três dietas diárias de grávidas com tendências alimentar distintas	<ul style="list-style-type: none"> Participação de Faculdade de Nutrição do Porto
Avaliação dos alimentos com maior prevalência de <i>Listeria monocytogenes</i> em Portugal e risco em grávidas	<ul style="list-style-type: none"> Universidade Católica Portuguesa

"Aditivos e Contaminantes da Cadeia Alimentar"

"Riscos Biológicos"

"Alimentação, Saúde e Bem-Estar Animal"

"Nutrição e Alergias Alimentares"

"Comunicação dos Riscos na Cadeia Alimentar"

NA VERTENTE COMUNICAÇÃO DE RISCO, A NÍVEL NACIONAL E INTERNACIONAL FORAM DESENVOLVIDOS ALGUNS PROJETOS QUE A SEGUIR SE DESCREVEM:



Projetos de prevenção - "Alimento Seguro"

A promoção deste projeto aconteceu pelas próprias direções dos agrupamentos escolares ao tomarem a iniciativa de propor ASAE a apresentação do projeto nas suas escolas.

Livro Infantil - "Curso de Defesa contra bactérias más" da autora Rita Vilela, apoio técnico da DRA e apoio financeiro da EFSA

* Poster Científico EFSA na EFSA 2nd Scientific Conference - Shaping the Future of Food Safety, Together Avaliação do Impacto do Projeto - "Alimento Seguro"

* Com base em trabalho de Tese de mestrado de uma estagiária

2.930 alunos
de
23 Escolas
do Distrito
de Lisboa

300 alunos
de
5 Escolas de
outros
Distritos



Projeto "Come devagar e bem e mexe-te também"

Projeto desenvolvido em colaboração com a Direção Geral da Saúde com o principal objetivo do combate à obesidade das crianças, através da abordagem em escolas do 1.º ciclo.

REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL E COLABORAÇÃO TÉCNICA COM OUTRAS AUTORIDADES/INSTITUIÇÕES

- Documentos elaborados/revistos em colaboração com outras Autoridades/Instituições
Plano Nacional de Gestão de Crises Alimentares (PNGCA) – Comissão de Segurança Alimentar- Plano publicado no Despacho n.º.11411/2015, de 12 de outubro
- Missões Comunitárias FVO2015/7461 - produção primária de produtos de origem não animal

ATIVIDADES DECORRENTES DA COORDENAÇÃO DE OUTROS PLANOS DE CONTROLO OFICIAL

Coordenação de outros planos de controlo oficial de géneros alimentícios, que envolvem colheita de amostras e que são, nalguns casos, executados em articulação com outras Autoridades Competentes.

Plano de Controlo Oficial	Outras AC envolvidas
Plano Nacional de Controlo de Resíduos Pesticidas – PNCRP com a DGAV e INIAV	
Plano Nacional de Controlo da Radioatividade na Cadeia Alimentar – PNRCCA com o IST	
<i>Banco Europeu de Dados Isotópicos</i>	

CONSELHO CIENTÍFICO

O Conselho Científico (CC) da ASAE é um órgão de consulta especializada na área dos riscos da cadeia alimentar. Os membros que o integram são personalidades de reconhecimento mérito, científico e técnico, nas áreas dos riscos em toda a cadeia alimentar, de modo a concretizar-se uma atuação eminentemente preventiva da ASAE nos domínios da qualidade e/ou segurança dos géneros alimentícios, contribuindo para assegurar a proteção da saúde humana, assim como a promoção da confiança nos consumidores e operadores económicos.

O Conselho Científico é suportado por 6 “Painéis Temáticos” com competências científicas nas áreas das suas especializações.

- Aditivos e contaminantes da Cadeia Alimentar;
- Alimentação, Saúde e Bem-Estar Animal;
- Nutrição e Alergias Alimentares;
- Riscos Biológicos;
- Fitossanidade e OGM’s;
- Comunicação dos Riscos da Cadeia Alimentar.

Ao Conselho Científico, como órgão de consulta especializada e de acompanhamento na área dos riscos da cadeia alimentar, compete:

- Avaliar os riscos na cadeia alimentar e propor medidas legislativas e administrativas adequadas;
- Emitir pareceres científicos;
- Acompanhar o progresso científico e técnico na área de segurança alimentar;
- Propor ao dirigente superior responsável pela área dos riscos da cadeia alimentar a criação e composição de painéis temáticos, bem como a realização de estudos, conferências, colóquios, seminários e outras atividades destinadas a avaliar, aprofundar e divulgar o conhecimento da segurança alimentar;
- Elaborar o projeto de regulamento interno e submetê-lo ao dirigente superior responsável pela área dos riscos da cadeia alimentar.



ATIVIDADES REALIZADAS NA RELAÇÃO INSTITUCIONAL COM O CONSELHO CIENTÍFICO (CC) E PAINÉIS TEMÁTICOS (PT) DA ASAE

Nesta vertente foram promovidas as habituais reuniões de coordenação com o CC e promovidos vários encontros temáticos no âmbito das atividades científicas de cada Painel Temático.

Data	Tema	Evento
17 abril	Membros do Conselho Científico e Órgão Diretivo da ASAE.	- 1 Reunião de Coordenação e planeamento
28 outubro		- 1 Reunião de Coordenação
08 janeiro	<i>Aditivos e Contaminantes da Cadeia Alimentar</i>	- 1 Reunião de planeamento
28 janeiro		- 1 Reunião temática
9 janeiro	<i>Riscos Biológicos</i>	- 1 Reunião de planeamento
15 janeiro	<i>Alimentação, Saúde e Bem-Estar Animal</i>	- 1 Reunião de planeamento + 1 Reunião temática
29 janeiro	<i>Nutrição e Alergias Alimentares</i>	- 1 Reunião de planeamento
29 julho	<i>Comunicação dos Riscos na Cadeia Alimentar</i>	- 1 Reunião de planeamento

II.7. ATIVIDADE FORMATIVA E INFORMATIVA

ATIVIDADES REALIZADAS

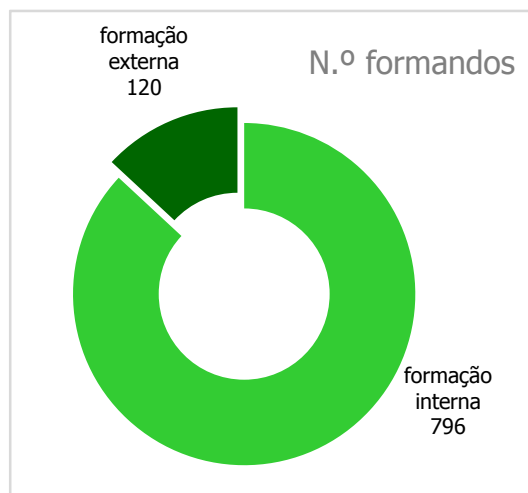
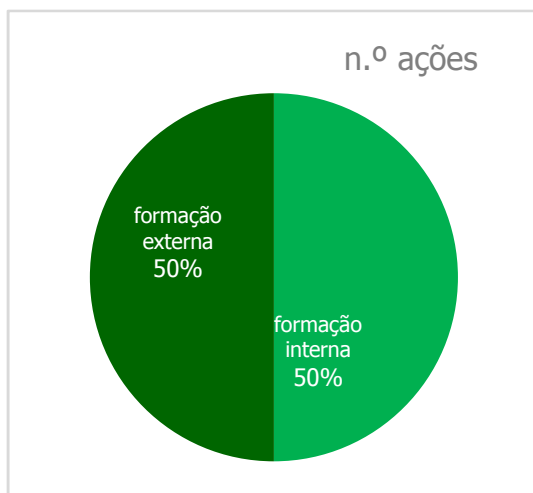
FORMAÇÃO

A atividade formativa desenvolvida pela ASAE é norteada por critérios da qualidade, dado encontrar-se alinhada com os requisitos do referencial de qualidade da DGERT¹⁰ em sede de certificação de entidades formadoras. Destaca-se em específico a execução física do Plano de Formação definido para 2015, sintetizada na tabela seguinte. A referida execução caracterizou-se por ações de **formação contínua e formação inicial - Qualificação** – sendo esta última no âmbito do 4.º Curso de Acesso à Carreira de Inspeção – Inspetor/a Superior (PCT), salientando um volume de formação de **56% do total** da formação ministrada (vide ponto áreas de formação).

	N.º ações	N.º formandos	Carga horária (H)	Volume de formação (H)
Formação contínua	103	900	1.480	8.854
Formação contínua interna para os/as Trabalhadores/as	43	762	468	6.955
Formação inicial- Qualificação	1	16	696	11.136
TOTAL	104	916	2.176	19.990

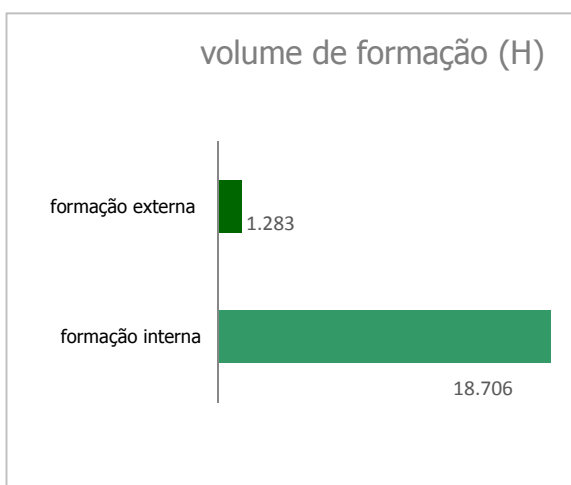
O volume de formação é resultado do somatório do produto entre o n.º de horas por ação de de formação e o respetivo n.º de formandos.

¹⁰ Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, serviço da AP que em 2008, concedeu à ASAE o estatuto de entidade formadora acreditada, e respetivo “selo” de qualidade, para os domínios da conceção, organização e execução de intervenções formativas, válido por 3 anos. Em 2010, a ASAE desenvolveu guiões metodológicos e os instrumentos associados e candidatou-se para o alargamento da acreditação a todo o ciclo formativo, nomeadamente para a fase de diagnóstico de necessidades de formação e de planeamento de intervenções formativas. Em 2010, com a portaria nº 851/2010, de 6 de setembro, com as novas disposições legislativas, a acreditação passou a certificação e o processo da ASAE ficou suspenso. Sendo que as novas disposições deixaram de se aplicar às entidades públicas, e por inerência à ASAE. Contudo, a ASAE continua a manter a prática, num processo autoavaliativo, de alinhamento com os requisitos exigidos pela entidade certificadora da formação.



Particularizando o tipo de formação em interna e externa, nos gráficos que se seguem, diferença muito significativa entre os volumes de horas e o n.º de formandos obtidos nos dois tipos de formação é atribuível, por um lado ao facto de a

maioria dos eventos formativos externos ser de curta duração e/ou ser frequentada por um n.º reduzido de participantes e, por outro, pelo elevado volume de formação obtido no âmbito da execução da formação inicial.



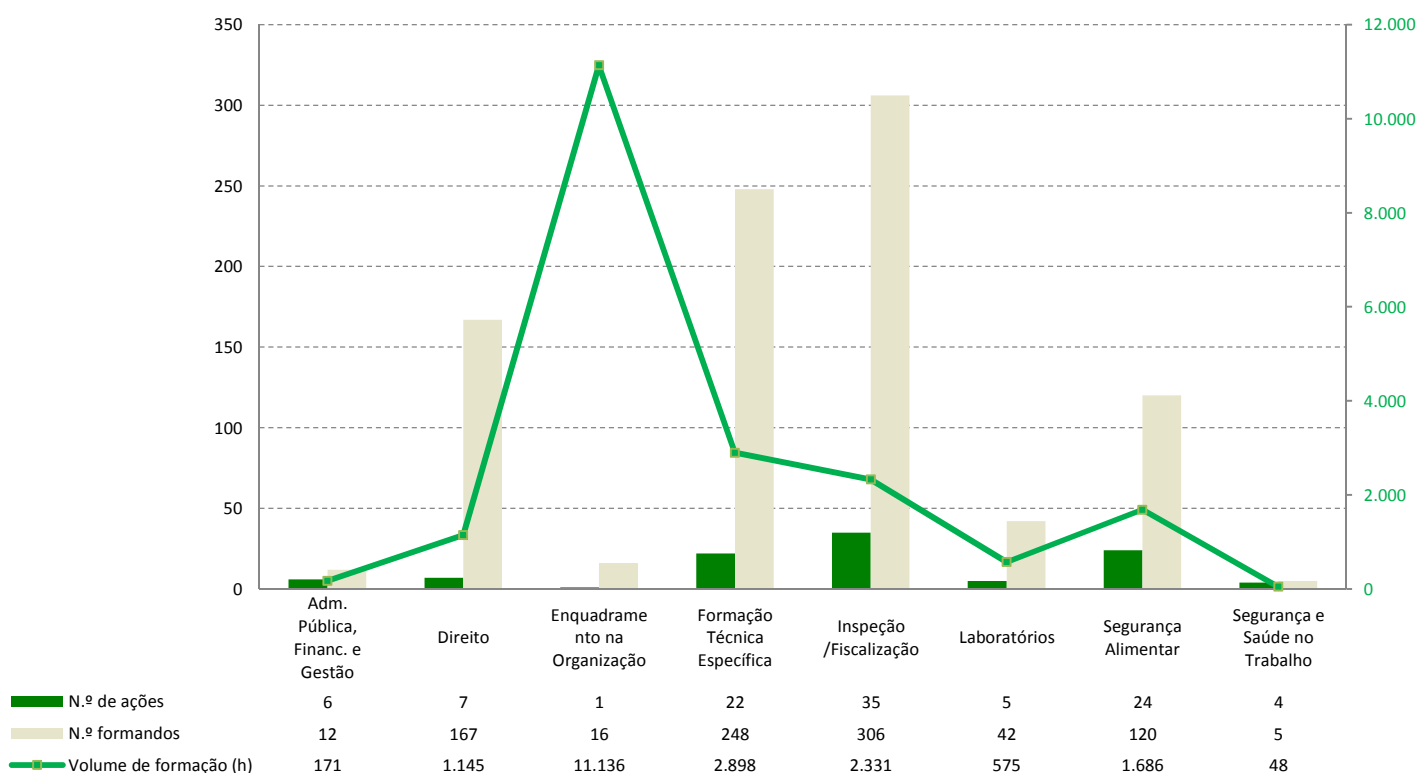
Consideram-se ações de formação internas as que foram organizadas internamente, com os recursos da ASAE, ou foram organizadas por entidades externas mas realizadas nas instalações da ASAE, para grupos - alvo dos seus trabalhadores/as. As ações de formação externas são adquiridas individualmente, para os trabalhadores da ASAE a outras entidades formadoras.

Das ações de formação organizadas e/ou desenvolvidas internamente, 92% foram executadas pela ASAE como entidade formadora, correspondentes a 48 ações realizadas e a um volume de 17.193 horas.

ÁREAS DE INCIDÊNCIA DA FORMAÇÃO

As 8 áreas de incidência de ações de formação, inscritas no gráfico seguinte, consubstanciam a concretização do objetivo da ASAE sobre a

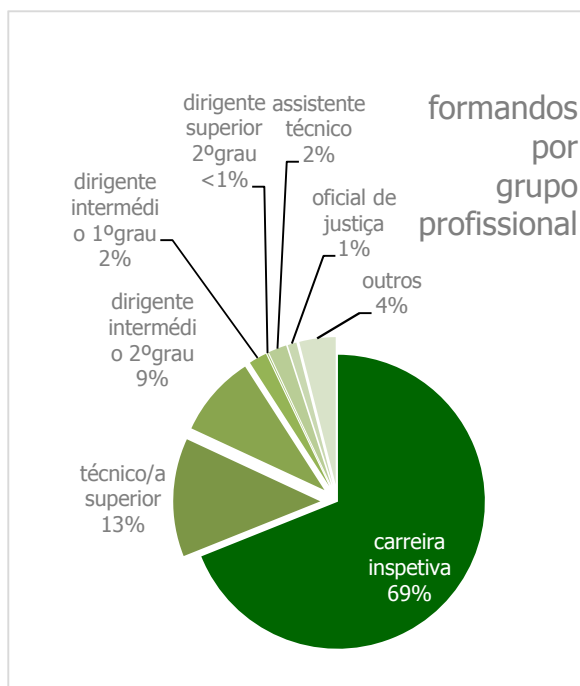
atualização/aperfeiçoamento das competências técnicas e específicas dos profissionais da carreira inspetiva.



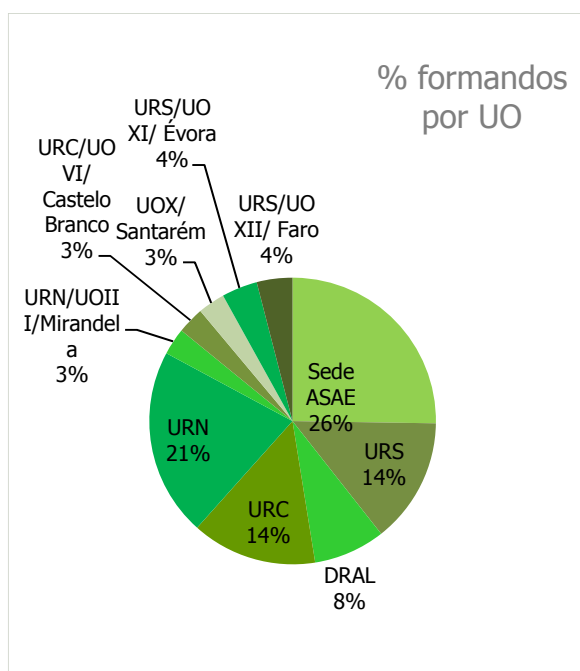
Sobressai a área de **Enquadramento na Organização**, segundo a qual decorreu o 4.º Curso de Acesso à Carreira de Inspeção – Inspetor/a Superior, cuja execução

justifica o elevado número de horas de formação ministrada na forma de prática de contexto de trabalho, seguida das áreas **Formação Técnica Específica**, **Inspeção/fiscalização** e **Segurança Alimentar**.

POPULAÇÃO-ALVO DA FORMAÇÃO



Sendo a ASAE um organismo com implantação em todo o território nacional, é visível a distribuição da oferta formativa às unidades orgânicas centrais (sede e DRAL) e unidades desconcentradas (UR).



Do total do efetivo dos/as colaboradores/as, 87% esteve envolvido em ações de formação promovidas direta ou indiretamente pela ASAE, com predominância para o grupo inspetivo justificado pelo caráter operacional da ASAE.

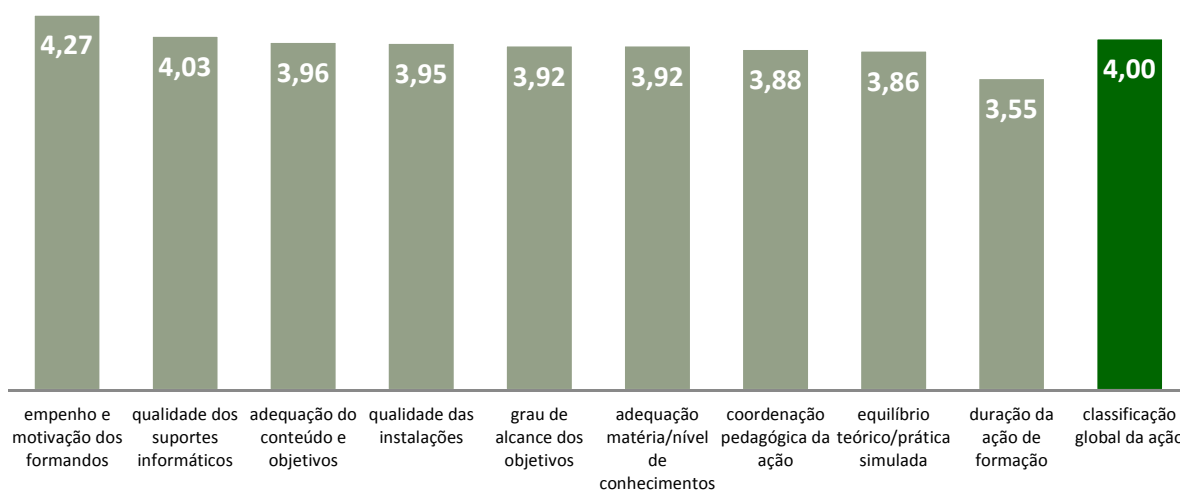
A formação abrangeu ainda formandos externos (categoria Outros) dos cursos ministrados no âmbito da cooperação nacional e internacional com organismos congéneres e da participação de estagiários integrados em serviços da ASAE ao abrigo de estágios curriculares no âmbito dos Planos de Estudos dos Estabelecimentos de Ensino que frequentam.

AVALIAÇÃO GLOBAL DA ATIVIDADE FORMATIVA

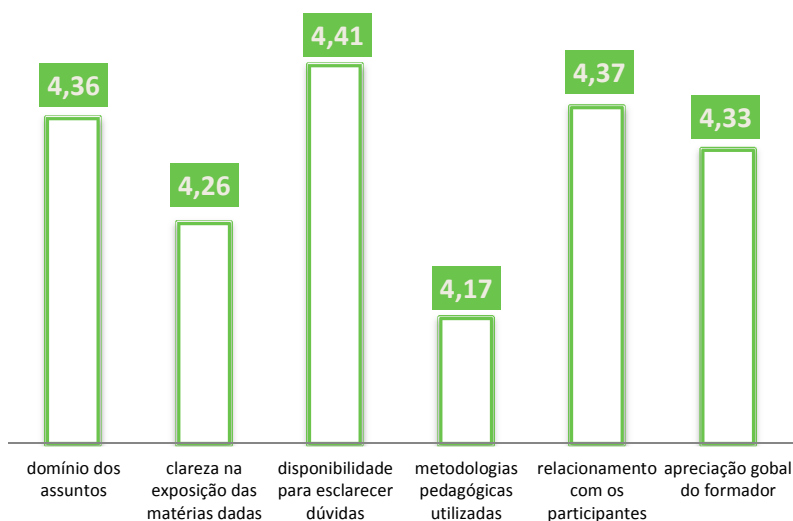
Na globalidade, os itens foram avaliados de forma positiva, com médias superiores a 3,55 (Duração da ação de formação) até ao valor de 4,27 (Empenho e

motivação dos formandos), numa escala de 1 a 5. A dimensão que traduz a apreciação global da ação atingiu um valor de 4,00.

ações de formação 2015

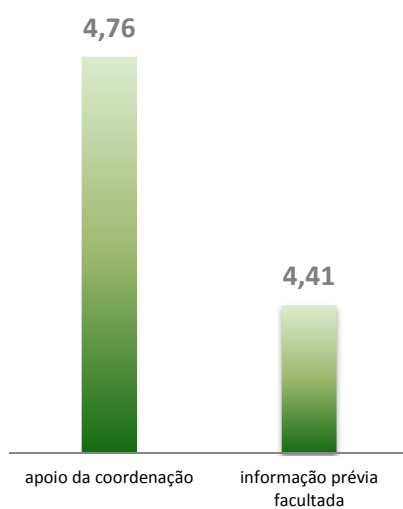


formadores



A opinião dos formandos relativamente ao desempenho dos formadores é bastante satisfatória, registando-se uma média global de todos os critérios de 4,32.

Coordenação pedagógica- formadores



Coordenação pedagógica - formandos



O acompanhamento permanente das ações, nomeadamente através da afetação de um(a) Coordenador(a) Pedagógico(a) a cada ação, garante o controlo da qualidade de cada fase do processo formativo e resulta na satisfação das várias partes envolvidas.

A coordenação pedagógica interna reúne uma opinião positiva entre os envolvidos (formandos e formadores), demonstrando que os objetivos definidos internamente em relação a esta componente estão a ser alcançados com sucesso, evidenciando a eficácia das metodologias de gestão da formação implementadas.

SESSÕES DE FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO PÚBLICA

A ASAE assume uma vertente pedagógica e preventiva, através das sessões de formação e informação pública prestadas junto das entidades externas. Trata-se de um complemento da atividade core da ASAE com outras intervenções que permitam divulgar a missão e atividade deste organismo, onde a formação, a sensibilização e a informação junto dos

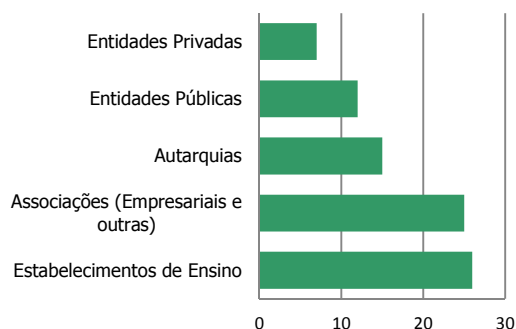
agentes económicos e outras entidades, públicas e privadas são ferramentas fundamentais, tendo em vista a necessidade de dar cumprimento aos requisitos legais e normativos aplicáveis à atividade económica e alimentar, de modo a prevenir a ocorrência de eventuais situações de incumprimento.

No presente ano verificou-se mais uma vez um **empenho significativo da ASAE** e dos/as seus **trabalhadores/as** na participação em sessões desta natureza, com o planeamento e o acompanhamento cuidado da tipologia de intervenções de acordo com um procedimento instituído, com enfoque na temática e sua correlação com a missão da ASAE.

Genericamente, a maioria das sessões visou o esclarecimento da regulamentação, normativos e procedimentos fundamentais relativos à área da Segurança Alimentar, seguido da área de Inspeção/Fiscalização (genérico e segurança e ambiente).

TIPOLOGIA DAS SOLICITAÇÕES EXTERNAS

solicitações
por requerente



Salienta-se que, no presente ano, as **Autarquias** são a entidade com **maior incremento** de pedidos, passando de **6%** em 2014 para **18%** em 2015.

São os **Estabelecimentos de Ensino** quem mais solicitou a participação da ASAE em eventos como palestras, seminários ou ações de sensibilização, seguidos das **Associações (Empresarias e outras)** e das **Autarquias**.

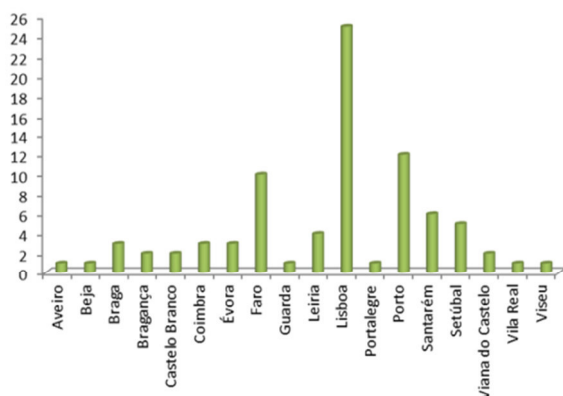
Área temática	nº
Segurança Alimentar	46
Inspeção/Fiscalização (genérico)	12
Direito	7
Laboratórios	7
Missão e Atividade da ASAE	7
Inspeção/Fiscalização (segurança e ambiente)	6

9.135
participantes

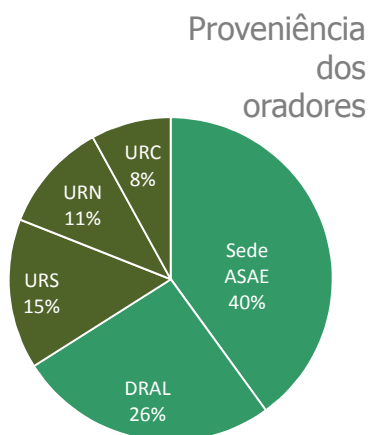
19% de aumento do
nº participantes por
sessão
face a 2014

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS SESSÕES

A destacar que se realizaram sessões em todos os distritos.



É a estrutura central que garante a presença na maior parte das ações, estando correlacionado com o facto de aglomerar os serviços técnicos especializados.

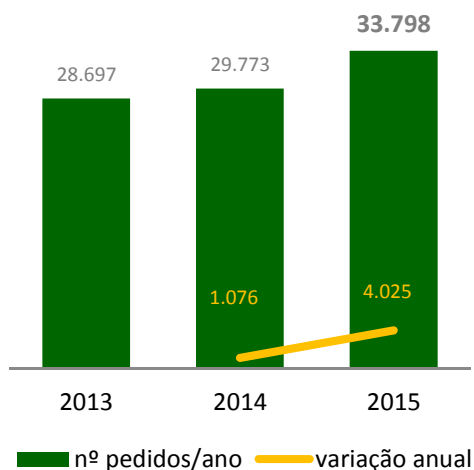


REPRESENTAÇÃO DA ASAE EM CONFERÊNCIAS E REUNIÕES INTERNACIONAIS

- Em Madrid, na conferência "Trends in the Consumer Products Industry", sobre - Práticas Individuais Restritivas do Comércio (PIRC), e no "Symposium on Innovation, Variety and Competition in Consumer Goods", no painel sobre o tema "The European Panorama";
- Na Expo Milão, na Global Food Safety – The Food Crime Horizons, no Colóquio da Fraude Alimentar, a convite dos NAS Carabinieri;
- Em Macau no Workshop, Programa Componente institucional e a cooperação internacional da ASAE; Práticas desleais de comércio; Avaliação e Comunicação de Risco- Panorama Europeu. Contou com a participação de um representante de uma empresa nacional da área da restauração com atividade em Macau - a Portugalia; e de uma empresa de auditoria e certificação global - a APCER;
- Coordenação da reunião sobre o ADCO Rohs Group.

PEDIDOS DE INFORMAÇÃO

pedidos informação
2013-2015



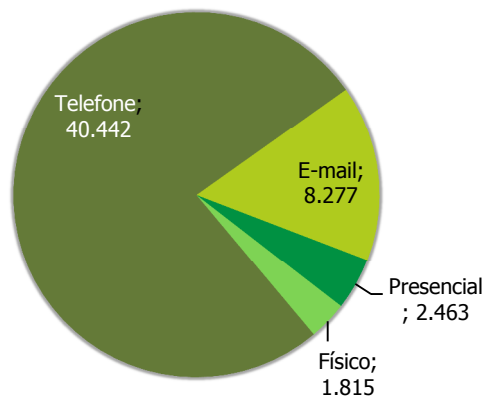
Os pedidos de informação são contabilizados através dos contactos rececionados diariamente na sede da ASAE através de suporte físico (carta/fax), correio eletrónico, atendimento presencial ou através do serviço de atendimento telefónico. Em 2015, os pedidos representaram 64% do total de contactos (52.997).

Em 10 anos de vida, a ASAE rececionou 213.734 pedidos de informação

Média anual de 21.373 pedidos de informação

Os 33.798 pedidos de informação são relativos às principais matérias e questões relacionadas com o Livro de Reclamações, existindo uma estreita relação com a informação disponível no *website*

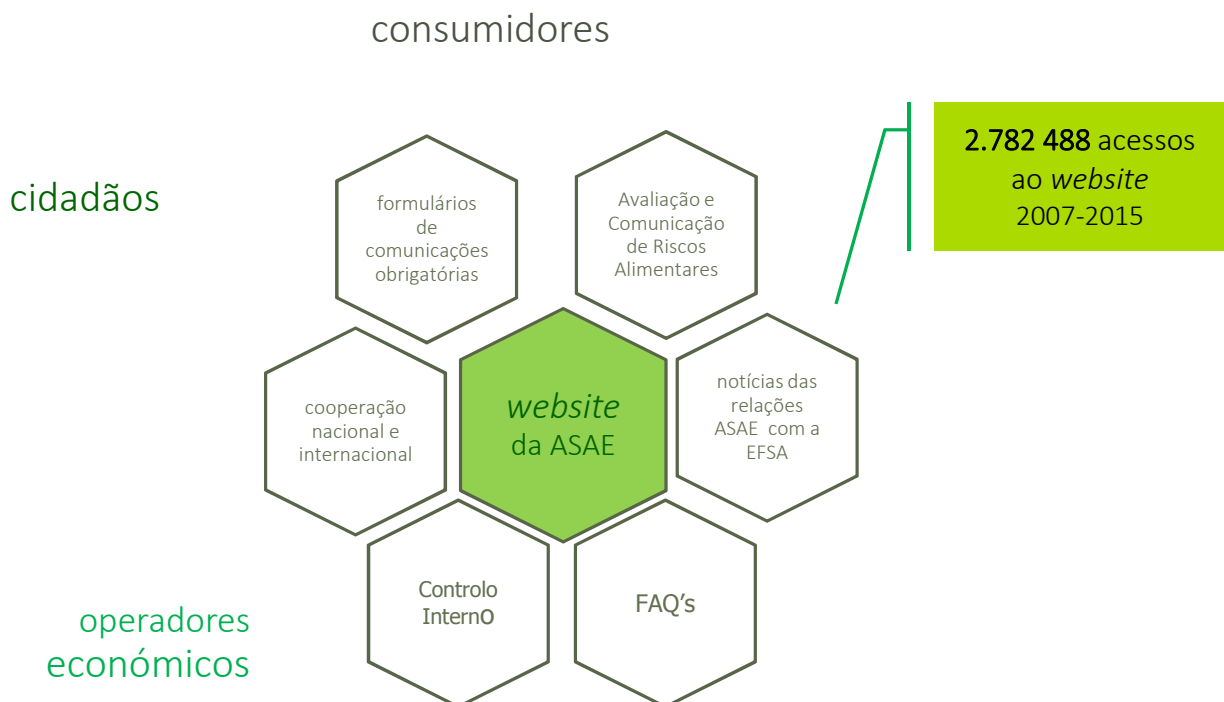
DISTRIBUIÇÃO QUANTO AO MEIO DE SUPORTE DO PEDIDO DE INFORMAÇÃO



CANAIS DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

A criação e sistematização de conteúdos informativos de interesse para os cidadãos/consumidores e operadores económicos, mormente FAQ's, são

disponibilizados através dos canais privilegiados de comunicação, tais como o *website* da ASAE e a *ASAEnews*.



O **website** da ASAE foi objeto de melhoria da visualização da informação e teve atualização em cerca de **406 conteúdos**:

- Publicação de novos conteúdos - criação de dois formulários relativos às Comunicações obrigatórias no âmbito do diploma relativo aos Saldos, Promoções e Liquidações numa ótica de modernização e simplificação administrativa; criação de Formulário relativo a Pedidos de Informação;
- Reorganização do mapeamento - reestruturação dos separadores da Cooperação nacional e Internacional e da Avaliação e Comunicação de Riscos Alimentares; novo separador controlo interno;
- Reorganização do *layout* face às novas alterações ocorridas;
- Novo formato de divulgação da *newsletter* mensal – ASAEnews em formato digital.
- Maior facilidade no acesso à informação comunicados de imprensa, na resposta a pedidos de informação e denúncias.

A **newsletter mensal** tem como objetivo dinamizar o conhecimento sobre a ASAE, resultados operacionais e divulgação de informação técnica dirigida quer aos agentes económicos quer aos consumidores em geral, e ainda a participação da ASAE em diferentes iniciativas de cooperação, sensibilização e de responsabilidade social.

A **newsletter técnico-científica "Riscos e Alimentos"** como periódico que visa essencialmente



divulgar informação de cariz científico com temas úteis aos consumidores e operadores económicos na área da alimentação humana e animal e aos riscos associados, teve 2 edições, n.ºs 9 e 10 designadamente "Carne e Produtos Cárneos" e "Alimentação e Gravidez".



COOPERAÇÃO E PARCERIA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS NOMEADAMENTE COM OS PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA CONSIDERANDO A CAPACITAÇÃO TÉCNICA DESTES PAÍSES

República de Cabo Verde
Formação Específica

**Cidade da Praia ^(a)-
Lisboa/Castelo Branco ^(b) /
Lisboa ^(c) para a**

IGAE

Inspeção Nacional das Atividades Económicas

Áreas:

- (a) Técnicas de interrogatório e inquirição de testemunhas, inspeção judiciária – recolha e conservação da prova
- (b) Fiscalização na Importação
- (c) Área de Planeamento, Administração e Logística

**Cidade da Praia para a
ARFA**
Agência de Regulação dos Produtos Farmacêuticos e Alimentares

Área:

Regras de higiene aplicáveis aos géneros alimentícios, rotulagem geral, procedimentos adotados na colheita de amostras no controlo oficial, bebidas alcoólicas e comunicação de riscos

Turquia
Formação Específica

**Lisboa Lumiar (DRAL_) para a
GDFC**

General Directorate of Food and Control

Área:

Avaliação de Riscos Alimentares

Colaboração do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV) e da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV)

República de Moçambique
Formação Específica

Lisboa (sede ASAE e Évora) para a IAE

Inspeção Nacional das Atividades Económicas

Áreas:

Componente teórica (na sede) e componente prática na área operacional (Unidade Operacional do Alentejo, Évora) continuando a política de desconcentração territorial

Maputo para a INAE

Inspeção Nacional das Atividades Económicas

Área:

Planeamento e controlo operacional, investigação e técnicas operacionais e contraordenações

Timor Leste
Formação Específica

Lisboa Lumiar (DRAL) para a IAE
Inspeção das Atividades Económicas

Área:

Higiene e da Segurança Alimentar

COOPERAÇÃO E ARTICULAÇÃO COM UNIVERSIDADES

Neste âmbito foram efetuados o planeamento, acompanhamento e avaliação de estágios profissionais curriculares de alunos, como complemento do seu ensino e aprendizagem, e instrumento de integração, de aperfeiçoamento técnico, científico e de relacionamento humano.

Realizaram-se 20 estágios curriculares, dos quais 12 foram concluídos e 8 ainda se encontram em execução, desencadeados tanto nos serviços centrais (sede e área de riscos alimentares e laboratórios), bem como num dos serviços desconcentrados, a Unidade Regional Norte.

Verifica-se que relativamente a 2014, um aumento significativo de estágios uma vez que o número de estágios aceites em 2015 quase triplicou (mais 13 estágios do que em 2014), tendo também sido alargados a outras unidades orgânicas da ASAE, nomeadamente, a áreas transversais, como o planeamento e a informática, pois as áreas de especialização dos requerentes vão desde a criminologia, ciências da nutrição, ciência veterinária, administração pública, bioquímica, laboratórios a técnicas de restauração, entre outros.

Não obstante, a oferta de estágios por parte da ASAE é muito limitada tendo em conta a necessidade de afetar recursos, que são escassos, para a coordenação pedagógica dos mesmos. A legislação vigente aliada a uma decisão interna condiciona a oferta da ASAE exclusivamente a estágios curriculares

inseridos em planos de estudos e desde que sejam solicitados diretamente e formalizados por estabelecimentos de ensino.

INFORMAÇÃO GERAL AO CONSUMIDOR

O *site* da ASAE é um meio fundamental de comunicação com o consumidor e nessa sequência os textos de carácter científico e técnico, são sujeitos a uma atualização periódica. Neste contexto, foram atualizados e revistos 10 artigos de carácter técnico.

Avaliação e Prevenção dos Riscos Alimentares	O que são betagonistas	Lista Utilização água Indústrias 2015
Aflatoxinas nos alimentos	Rotulagem da Carne Bovina	Matança do porco
Amostra testemunha	Abate fora de estabelecimentos autorizados	Pequenas quantidades de Ovos

II.8. ATIVIDADE DE COOPERAÇÃO

DESTAQUE DAS ATIVIDADES REALIZADAS



Ilustração 8 _ Países com os quais a ASAE assinou Protocolos de cooperação

Portugal foi eleito como Vice-Presidente do Fórum das Autoridades de Inspeção Económica dos Países da CPLP, na sequência da reunião em Luanda.

NO CONTEXTO INTERNACIONAL

- ♦ Assinatura de Protocolos de Cooperação com os países pertencentes:
 - À Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) – Angola;
 - Aos observadores da CPLP – Turquia (GDFC) e Japão (FCSJ);
 - Ao Magrebe – Argélia (DGCERF), Marrocos (ONSSA) e Tunísia (DGCEC);
 - À União Europeia – Alemanha (bFR).

Refira-se que a assinatura dos Protocolos com o Magrebe reveste um grande interesse para Portugal, no geral, e para a ASAE em particular, dada a importância estratégica da região do Mediterrâneo, estabelecendo-se desta forma um elo de ligação entre a UE-Portugal e estes países do Magrebe.

O reforço das relações económicas de Portugal na Ásia, nomeadamente com República Popular da China no âmbito da missão ao Oriente com o Conselho de Consumidores da Região Administrativa Especial de Macau (CC-RAEM). Esta missão **permitiu o reforço de laços de cooperação** da ASAE com as suas homólogas chinesas – *China Food and Drug Administration (CFDA)* e *State Administration For Industry & Commerce (SAIC)*; e ainda com

as homólogas das regiões administrativas especiais da República Popular da China:

- ♦ **Macau** – Centro de Segurança Alimentar - Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (CSA-IACM) e Direção de Serviços da Economia (DSE);
- ♦ **Hong Kong** – *Center for Food Safety* (CFS).

FORMAÇÃO ESPECÍFICA MINISTRADA PELA ASAE

- À **Inspeção Nacional das Atividades Económicas da República de Moçambique (INAE)**;
- À **Agência de Regulação e Supervisão dos Produtos Farmacêuticos e Alimentares (ARFA)** de Cabo Verde;
- À **Inspeção Geral das Atividades Económicas (IGAE)** de Cabo Verde.

A NÍVEL NACIONAL

- ♦ **Assinatura de novos protocolos com:**
 - A **Universidade de Coimbra** para a realização dos estágios curriculares;
 - O **Instituto Português do Desporto e Juventude** – no âmbito da fiscalização de atividades físicas desportivas;
 - A **Universidade de Lisboa** – no âmbito técnico-científico de domínio da ASAE - num contexto de formação;
 - O **Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge** – no âmbito do

modelo designado por SSD2 destinado ao reporte de dados padronizado à EFSA.



Participação em Grupos de Trabalho Discriminados Pelos Diferentes *Fora*:

■ FISCALIZAÇÃO

● AÇÕES DE COOPERAÇÃO, A NÍVEL NACIONAL, COM:

- O ICP-ANACOM, no âmbito da compatibilidade eletromagnética;
- A IRAE Açores a nível da elaboração de pareceres técnicos e de ações de formação, bem como no envio da documentação de suporte para a atividade inspetiva, nomeadamente, na área dos fitofarmacêuticos e dos produtos da construção;
- A Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), no controlo de produtos que entram no mercado da União;

● AÇÕES DE COOPERAÇÃO, A NÍVEL EUROPEU E INTERNACIONAL:

- Participação nas ações financiadas, promovidas pelo PROSAFE, e apoiadas pela Comissão Europeia, no domínio da segurança geral de diversos produtos;
- Coordenação da ação de fiscalização de cooperação internacional Online Product Safety Sweep¹¹;
- Elaboração da candidatura de cooperação promovida e financiada pela Comissão Europeia, no âmbito da

¹¹Foram efetuadas 3 reuniões internas de preparação e duas ações de formação *online* ministradas pela Comissão Europeia em conjunto com a OCDE

- União Europeia, *Consumer Programme* (2014-2020);
- Participação nos *ADCO groups* em que a ASAE tem assento como perito técnico e enquanto autoridade nacional de fiscalização do mercado, na aceção dada pelo artigo 17.º do Regulamento (CE) n.º 765/2008, de 9 julho, conforme a seguir indicados:

DESIGNAÇÃO <i>ADCO Group</i>	ÂMBITO
<i>IMP-MSG</i>	Regulamento (CE) n.º 765/2008, de 9 de julho
<i>ECODESIGN&Energy Labelling</i>	Conceção Ecológica e Etiquetagem da Eficiência Energética
<i>Toys</i>	Brinquedos
<i>Machinery</i>	Máquinas
<i>CPR</i>	Produtos da construção
<i>EMC</i>	Compatibilidade Eletromagnética
<i>ATEX</i>	Equipamentos em atmosferas explosivas
<i>Lift</i>	Ascensores
<i>RC</i>	Embarcações de recreio

COOPERAÇÃO ENTRE AS AUTORIDADES DE FISCALIZAÇÃO DO MERCADO E A COMISSÃO EUROPEIA

- Formação no programa de cooperação administrativa – *TAIEX*, com países terceiros:
 - Ação de formação em cooperação entre a Comissão Europeia e o State Committee for Standardization, Metrology and Patent of the Republic of Azerbaijan, no âmbito da legislação de harmonização da União em produtos da construção;

- Ação de formação em cooperação entre a Comissão Europeia e Marrocos, no âmbito da legislação de harmonização da União em ascensores;

■ ARTICULAÇÃO COM FORÇAS DE SEGURANÇA NACIONAIS E INTERNACIONAIS

- PARTICIPAÇÃO JUNTO DA EUROPOL NO PROJETO EMPACT, assegurando nesse fórum a representação nacional, do grupo constituído por ASAE, PSP, GNR, PJ e AT, no âmbito da Prioridade **“Contrafação de bens com impacto na saúde e segurança das pessoas”**, tendo sido assegurada a Ação Operacional 4.11 do Projeto EMPACT/Prioridade “Counterfeit Goods”.

● REPRESENTAÇÃO:

- No Grupo Nacional, junto do Sistema de Segurança Interna, no âmbito da Prioridade “Criminalidade itinerante organizada contra a propriedade” do Projeto EMPACT;
- Como representante de Portugal em Ações Operacionais do Projeto EMPACT/Prioridade “Counterfeit Goods”, particularmente em Seminários e Conferências com exposição de apresentações de cariz operacional;
- No *GAC* (Grupo AntiContrafação), garantindo o envio dos dados estatísticos e inserção das notícias, elaboração de

relatórios de atividade operacional nesta vertente de atuação.

- No CNCM – Centro Nacional Coordenador Marítimo.
- **Coordenação e acompanhamento do Grupo de Ação Financeira (GAFI) –**

combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, tendo vindo a participar na elaboração do documento de Avaliação Nacional de Risco, bem como nas reuniões plenárias e setoriais.

II.9. ATIVIDADES SUSTENTABILIDADE / RESPONSABILIDADE SOCIAL

A ASAE, desde a sua existência, vem assumindo um compromisso voluntário na área da sustentabilidade/responsabilidade social.

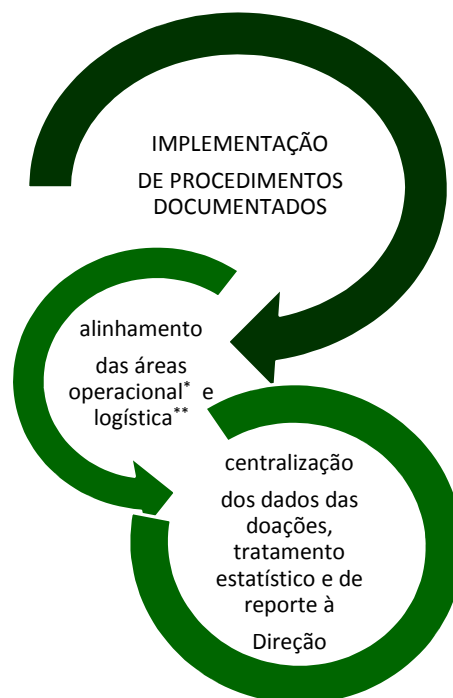
É, contudo, no atual ciclo de gestão estratégico 2013-2018 que manifestamente se encontram definidas as ações no âmbito da responsabilidade social, nomeadamente ao nível das doações de bens apreendidos a favor do Estado, levando à sua visibilidade pública, não só através da sua *newsletter* e do *website*, mas essencialmente via Órgãos de Comunicação Social e na maior parte dos casos, com representação institucional pela Direção.

Neste âmbito, em 2015 destaca-se o seguinte:

A NÍVEL INTERNO

HARMONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS INTERNOS DAS DOAÇÕES

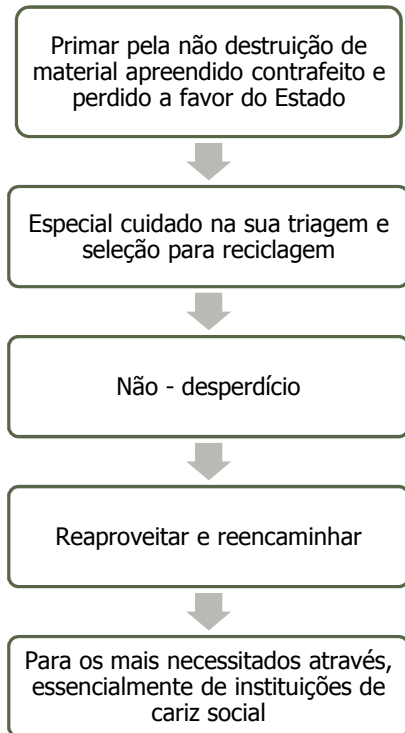
Por forma a assegurar a eficácia das doações, a nível interno procedeu-se:



* Responsável pelas apreensões

** Responsável pela elaboração de autos, contactos com os tribunais, cumprimento do regulamento de funcionamento dos armazéns

PRINCIPIO BASILAR DE ATUAÇÃO DA ASAE NO ÂMBITO DAS DOAÇÕES



DOAÇÕES EM NÚMEROS

49
Entidades

- Centros de apoio comunitários
- Apoio a crianças e jovens
- Santa casas de misericórdia locais
- Apoio e defesa dos animais
- Instituições de conservação das espécies e habitats
- Instituição pública de reinserção social
- Associação Humanitária dos Bombeiros
- Instituição de apoio de âmbito nacional
- Câmara municipal – museu


DOAÇÕES EM NÚMEROS

67
doações


302 mil
euros




193.000 €
produtos alimentares



109.000 €
produtos não-alimentares

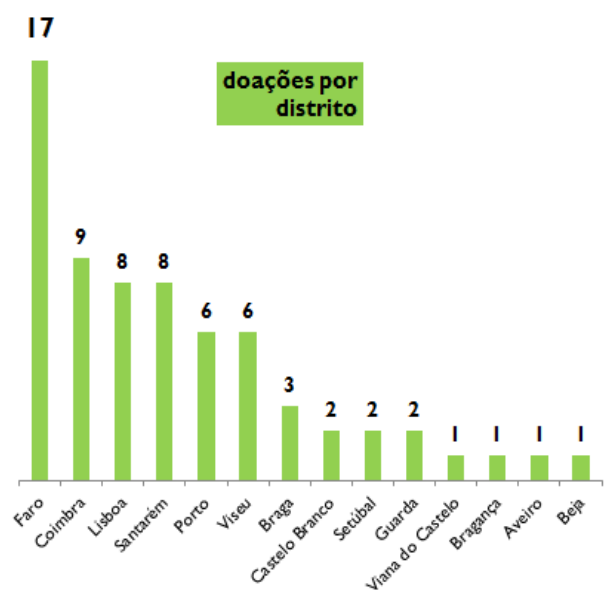


26 toneladas
de produtos alimentares



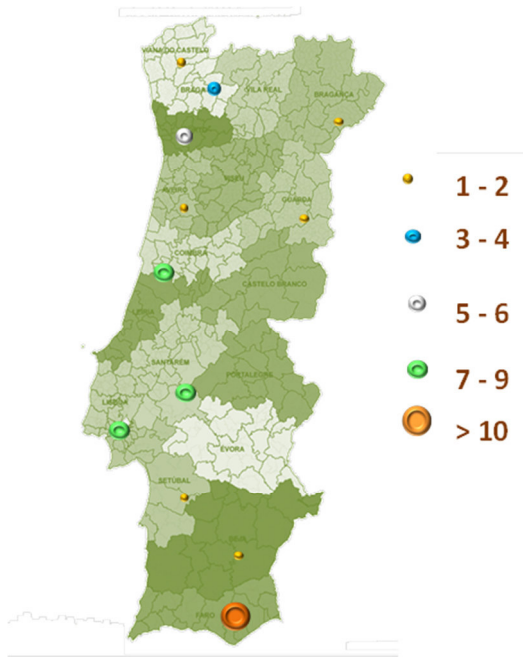
5.300
peças de vestuário e complementos

14
Distritos



RA/SAG/VF

REALIZAÇÃO DE UMA CONFERÊNCIA DENOMINADA DOAÇÃO DE BENS APREENDIDOS



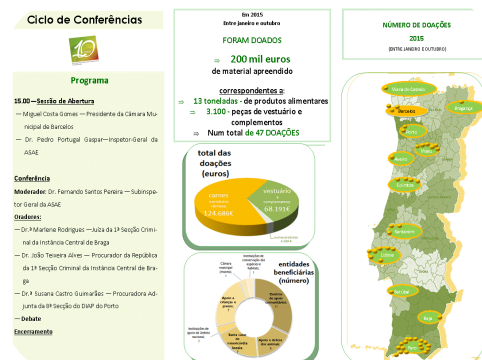
No âmbito das comemorações do 10.º aniversário da ASAE, realizou-se uma Conferência subordinada ao tema “Doação de bens apreendidos”.

Foi propósito desta Conferência dar a conhecer os principais resultados das atividades associadas às doações efetuadas por esta autoridade às diversas entidades beneficiárias, bem como a linha de pensamentos, procedimentos e propostas, por parte da Magistratura Judicial e do Ministério Público, que visem otimizar a concretização da doação de bens apreendidos.

A NÍVEL EXTERNO

HARMONIZAÇÃO NA INSCRIÇÃO DE PEDIDOS ENTIDADES BENEFICIÁRIAS

Reformulação do formulário do *website* da ASAE alargando o seu âmbito a todas as entidades de cariz social. (vide ponto Atividades de Planeamento e Estratégia).



III. APRECIACÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

DESTAQUE DAS ATIVIDADES REALIZADAS

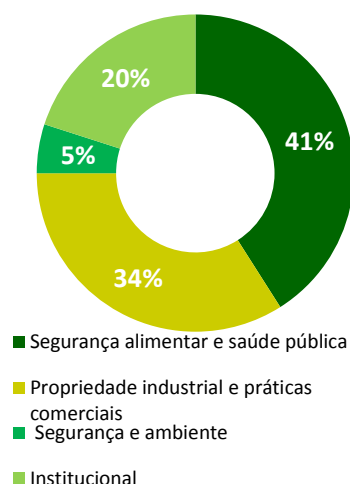
ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Os **órgãos de comunicação social** foram um dos *stakeholders* que privilegiaram o contacto com esta autoridade no que respeita ao número de solicitações, que em 2015 ascenderam a um **total de 243**. Estas apresentaram um grau de difusão

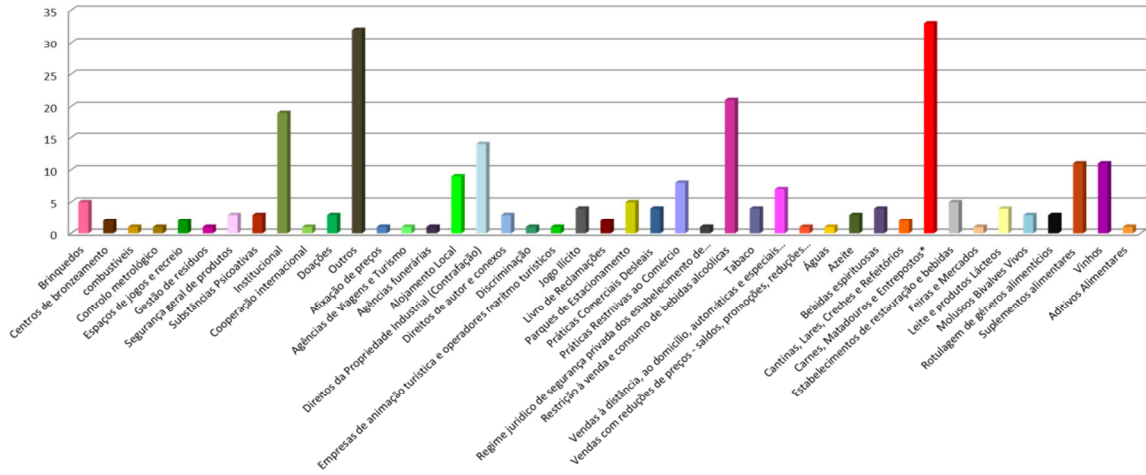
variado, francamente marcado por parte da imprensa, notando-se também que na área televisiva, se destacou a TVI como a estação que mais peças transmitiu.



As **áreas temáticas** que suscitaram interesse foram inúmeras, destacando-se que **41%** eram relacionadas com a segurança alimentar e saúde pública e **34%** com a propriedade industrial e práticas comerciais, com incidência em particular nos temas carnes, matadouros e entrepostos e restrição à venda e consumo de bebidas alcoólicas a menores.







PEDIDOS DE INFORMAÇÃO DOS OCS POR TEMÁTICA EM 2015





MENÇÕES DE AGRADECIMENTO

Em 2015 foram endereçados à ASAE 52 louvores por parte de variadas entidades nomeadamente, Organismos da Administração Central, Administração Local, Organismos do Governo Regional, Entidades Internacionais e de Particulares/Cidadãos.

Organismos da Administração central

-  Do **Ministério Público** (Comarca de Lisboa Norte - Loures - DIAP) pelo envolvimento da ASAE nas diligências probatórias desencadeadas em sede de processo de inquérito
-  Da **Direção do Centro de Informação, Mediação e Arbitragem de Consumo** (CIAB) do Tribunal Arbitral de Consumo, que agradece a colaboração da ASAE
 - Enquanto entidade formadora na sequência de uma ação de formação promovida pelo CIAB, inserida no Projeto pela disponibilidade;
 - Pela participação empenhada da ASAE na 3ª edição do projeto SMIC, que o CIAB tem vindo a desenvolver com as autarquias associadas
-  Da **Autoridade para as Condições do Trabalho** pela participação da ASAE em sessão de lançamento da Campanha de Prevenção de Riscos Profissionais em Máquinas e Equipamentos de Trabalho
-  Do **Instituto Superior de Agronomia** que agradece a ASAE pela palestra proferida no âmbito de uma aula da disciplina Controlo de Contaminantes e Patogénios Alimentares, do Mestrado em Engenharia Alimentar

Administração local

-  Da **Câmara Municipal de Espinho**, pelo apoio e colaboração prestada pela ASAE:
 - Nas diversas fases do processo do Campeonato do Mundo de Futebol de Praia realizado em Espinho
 - E na sessão de esclarecimento sobre as ações inspetivas da ASAE - Segurança Alimentar e Económica
-  Da **Câmara Municipal de Vinhais** que agradece pelo trabalho desenvolvido pela ASAE em Segurança Alimentar e Económica

Administração local (cont.)

-  Da **Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis** que agradece a colaboração da ASAE na sessão de esclarecimento sobre a Formação Higiene Alimentar / Cuidados a ter em Estabelecimentos de Restauração e Bebidas
-  Da **Câmara Municipal de Tondela** que agradece a colaboração da ASAE no seminário sobre Higiene e Segurança Alimentar que decorreu no auditório municipal de Tondela
-  Da **Câmara Municipal de Mação** que agradece a colaboração da ASAE na sessão de esclarecimento sobre o Regulamento relativo à prestação de informação aos consumidores sobre os géneros alimentícios
-  Da **Câmara Municipal de Oeiras** que agradece a colaboração da ASAE na sessão de esclarecimento sobre ações inspetivas da ASAE - Segurança Alimentar e Económica
-  Da **Câmara Municipal de Odivelas** que agradece a participação da ASAE na sessão de esclarecimento sobre ações inspetivas da ASAE - Segurança Alimentar e Económica
-  Da **Câmara Municipal de Lisboa** que agradece a disponibilidade e dedicação da ASAE:
 - Prestada no âmbito de uma ação de sensibilização denominada *Doar os Alimentos em Segurança*
 - E a colaboração num *Workshop* sobre ações inspetivas da ASAE - Segurança Alimentar e Económica
-  Da **Câmara Municipal de Sesimbra** que agradece a colaboração da ASAE na sessão de esclarecimento sobre as Novas Regras de Rotulagem para a Restauração e Afins e para os Pequenos Produtores

Administração local (cont.)

Da **Câmara Municipal Setúbal** que agradece a participação da ASAE no Workshop: Decreto - Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro - Impacto na Fiscalização Municipal e Resolução de Casos Práticos

Da **Câmara Municipal de Santiago do Cacém** que agradece a colaboração da ASAE na sessão de esclarecimento sobre o Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração

Da **Câmara Municipal de Aljezur** que agradece a colaboração da ASAE na sessão de esclarecimento sobre o Regime Jurídico do Alojamento Local

Da **Câmara Municipal Évora** que agradece a participação da ASAE na sessão de esclarecimento sobre ações inspetivas da ASAE - Segurança Alimentar e Económica

Da **Câmara Municipal de Lagoa** que agradece a colaboração da ASAE na sessão de esclarecimento sobre a Segurança no Local de Trabalho

Da **Câmara Municipal de Loulé**, que agradece a participação da ASAE

- Na sessão de esclarecimento sobre comercialização de produtos alimentares, realizada na Biblioteca Municipal de Loulé

- A colaboração da ASAE na sessão de esclarecimento sobre a Higiene e Segurança Alimentar

Da **Câmara Municipal de Albufeira** que agradece a colaboração da ASAE

- Na sessão de esclarecimento sobre Higiene e Segurança Alimentar

- Na sessão de esclarecimento sobre o Novo Regime Jurídico para Alojamento Local

Organismos do Governo Regional

Da **Inspeção Regional das Atividades Económicas dos Açores (IRAE)** que agradece o convite e a colaboração que tem prestado no Curso de Acesso à Carreira de Inspeção

Entidades Internacionais

Da **Inspeção Alimentar e Económica (IAE) de Timor-Leste**, que endereça à ASAE na pessoa do Inspetor-Geral, os profundos agradecimentos pelo honroso contributo que a ASAE prestou à IAE, através do envio de equipamentos laboratoriais

Da **Inspeção Geral do Comércio (GIGC), de Angola**, que louva a ASAE relativamente à aplicabilidade do protocolo que visa promover a cooperação entre a ASAE e o GIGC no âmbito da monitorização e fiscalização das atividades económicas, através da promoção de um quadro de cooperação técnica entre as entidades responsáveis de ambos, nomeadamente através do desenvolvimento de projetos de interesse mútuo.

Da empresa alemã **MAN Truck & Bus AG**, distribuidora a nível internacional de veículos comerciais, que agradece à ASAE pela importante colaboração em operação de desmantelamento de material contrafeito

Da empresa **RickiParodi SA**, importadora e distribuidora oficial para o mercado português da marca italiana Parlux de secadores profissionais, que de forma reconhecida agradece à ASAE, Grupo Anti contrafação pela sua atuação rápida, eficaz e profissional que levou ao arresto de todo o produto falsificado presente no território nacional (*in* Jornal Correio da Manhã, pág. 19, de 1-12-2015)

Entidades Particulares / Cidadãos

Da **Associação Nacional do Ramo Automóvel (ARAN)** que agradece a participação da ASAE no Workshop desta entidade "Requisitos legais para o Setor Automóvel" realizado no dia 26 de setembro no PEB em Braga. Realça ainda os efeitos positivos na ação das empresas do setor automóvel

Da **Associação Nacional das Empresas do Comércio e da Reparação Automóvel (ANECRA)** que felicita a ASAE e todos os seus colaboradores, no 10º Aniversário, pela grande competência e mérito, no desempenho das suas funções

Da **Associação dos Comerciantes de Ourivesaria e Relojoaria do Sul**, representada pela União de Associações do Comércio e Serviços, Casa do Comércio, que agradece a disponibilidade, a presença, a apresentação e os esclarecimentos prestados pela ASAE na sessão de esclarecimento realizada em dezembro de 2015

Da **Associação Portuguesa de Ourivesaria e Relojoaria de Portugal (AORP)** que agradece a disponibilidade da ASAE na realização da sessão de esclarecimento sobre o Regime Jurídico da Ourivesaria e Contrastarias- RJOC, decorrido no auditório do CINDOR. Esta associação salienta a utilidade da sessão para os operadores económicos e para a ASAE, e entende que a proximidade entre a AORP e a ASAE será uma mais-valia que facilitará a regulação do setor da ourivesaria

Da **Santa Casa da Misericórdia de Lisboa** que apresenta agradecimentos, em momentos distintivos, pelo excelente trabalho de desenvolvimento da ASAE em prol do combate ao jogo ilegal

Da **Associação Comercial e Industrial de Leiria**, Batalha e Porto de Mós que agradece a ASAE enquanto entidade que colabora e apoia as empresas

Da **Associação Nacional dos Fabricantes de Janelas Eficientes** que agradece a presença da ASAE como interveniente no 1.º Encontro Nacional do Setor das Janelas e Fachadas, sob o tema Mais Reabilitação Urbana com Janelas

Da **Associação de Vinhos e Espirituosas de Portugal (ACIBEV)** que agradece o trabalho desenvolvido pela ASAE na fiscalização ao consumo de álcool por menores

Da **Associação Portuguesa de Agricultura Biológica (AGROBIO)** que agradece a participação, a presença empenhada e o entusiasmo da ASAE no evento Terra Sã - Feira Nacional de Agricultura Biológica, que contribuiu para fazer deste um evento único, vivo e participado

Da **Associação Portuguesa de Nutricionistas**, pela disponibilidade, colaboração e contributo para o enriquecimento na Sessão de Abertura do XIV Congresso de Nutrição e Alimentação

Da **Associação Figueira com Sabor a Mar** que agradece a prestimosa participação da ASAE, na ação de formação nas áreas alimentar e económica

Do **Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes** que agradece à ASAE a colaboração na ação de formação sobre Regras Básicas da Segurança Alimentar

Da **Associação Nacional dos Fabricantes de Janelas Eficientes** que agradece a presença da ASAE como interveniente no 1.º Encontro Nacional do Setor das Janelas e Fachadas, sob o tema Mais Reabilitação Urbana com Janelas

Da **Comunidade Juvenil S. Francisco de Assis**, instituição de solidariedade social que, em nome das crianças, jovens e mães acolhidas nesta Instituição bem como da sua fundadora, Maria Teresa Serra Granada, manifesta o seu agradecimento pelos bens doados pela ASAE e que desta forma contribuirá para a melhoria das condições do acolhimento e para a concretização dos objetivos da instituição que visam a integração e reintegração social

Entidades Particulares / Cidadãos

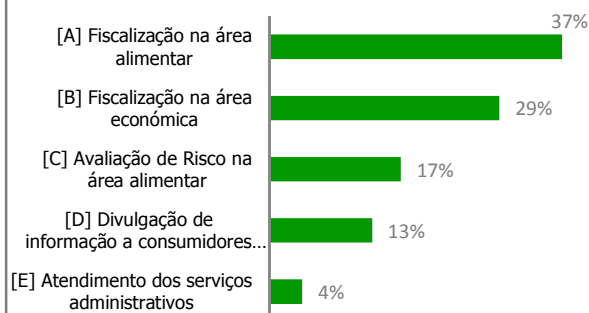
- Da **Santa Casa de Misericórdia de Cascais** em agradecimento à ASAE pela doação de vestuário
- Da **Obra da Rua/Casa do Gaiato de Miranda do Corvo/Coimbra** da Obra do Padre Américo, Instituição de Solidariedade Social, que agradece a entrega pela Direção da ASAE de várias unidades de brinquedos diversos para os Rapazes dessa Instituição.
- De uma **Consumidora** que agradece o esforço e empenho da ASAE numa averiguação sobre compras *online*
- Da **empresa SKF** que produz rolamentos agradece a colaboração e proatividade de toda a equipa da ASAE pela ajuda no combate à contrafação
- Da **empresa Manuquímica**, que felicita a ASAE pela eficácia de ações inspetivas na comercialização de herbicidas
- De uma **Administração de Condomínios** que agradece à ASAE a informação prestada
- Da **Associação Portuguesa de Empresas de Produtos de Marca** que refere no que toca à fiscalização da aplicação das PIRC, não ter nada a apontar à ASAE, que dentro das limitações humanas tem tido uma atuação muito positiva (*in* jornal de Negócios, pág. 14, de 10-11-2015)
- Da **Associação de Ginásios de Portugal (AGAP)** que em nome do Presidente da Direção cessante agradece o bom relacionamento institucional entre a ASAE e esta Associação

RESULTADOS DO INQUÉRITO AOS STAKEHOLDERS EXTERNOS

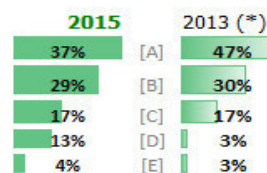
FICHA TÉCNICA

- Amostra: 41 *stakeholders* externos (operadores económicos clientes de estampilhas fiscais de bebidas espirituosas/aguardentes, entidades beneficiárias de doações com relevo de bens apreendidos perdidos a favor do Estado efetuadas pela ASAE em 2015 e congéneres da ASAE de países de língua oficial portuguesa)
- Período de recolha de respostas: 22 a 29 de fevereiro 2016
- Registo de 25 acessos ao questionário *online*, com 13 respostas obtidas (52% de taxa de resposta), representando 32% de respostas face ao total de convites remetidos.
- Questionário: composto por 6 questões, todas com respostas de carácter obrigatório
- Tipo de questões: 6 questões fechadas
- Escala de medida: questões 3, 4 e 6 escala de Likert (variável de má a muito boa), indiferenciada para as restantes questões
- Natureza do questionário: anónimo

1. Pontos mais fortes da ASAE 2015



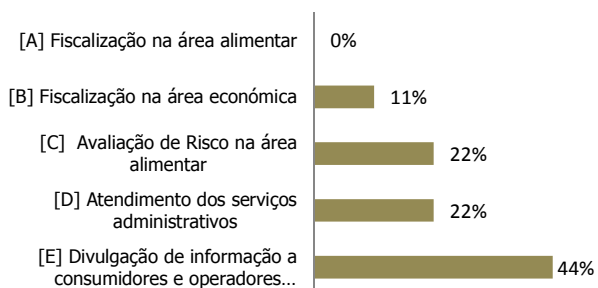
Pontos mais fortes



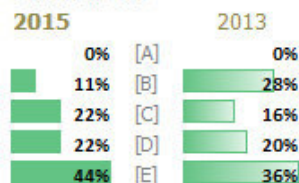
A Divulgação de informação a consumidores e operadores económicos, relativamente a 2013 subiu (10%) na perceção dos *stakeholders* respondentes como ponto forte.

Os **pontos mais fortes** da ASAE continuam, à semelhança, a ser a **Fiscalização na área alimentar e a Fiscalização na área económica**

2. Pontos fracos da ASAE 2015



Pontos fracos



A grande parte (44% em 2015 e 36% em 2013) dos respondentes continua a indicar a Divulgação de informação a consumidores e operadores económicos como ponto mais fraco.

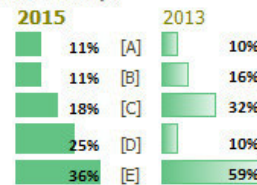
A Avaliação de Risco alimentar e o Atendimento dos serviços administrativos são em 2015 o segundo ponto mais fraco (assinalado por 22% dos respondentes), enquanto que a Fiscalização na área económica deixou de ser o segundo ponto fraco.

A Avaliação de Risco alimentar e o Atendimento dos serviços administrativos são em 2015 o segundo ponto mais fraco (assinalado por 22% dos respondentes), enquanto que a Fiscalização na área económica deixou de ser o segundo ponto fraco.

A Fiscalização na área alimentar continua desde 2013 a não ser considerada como ponto fraco por nenhum respondente



Áreas a reforçar

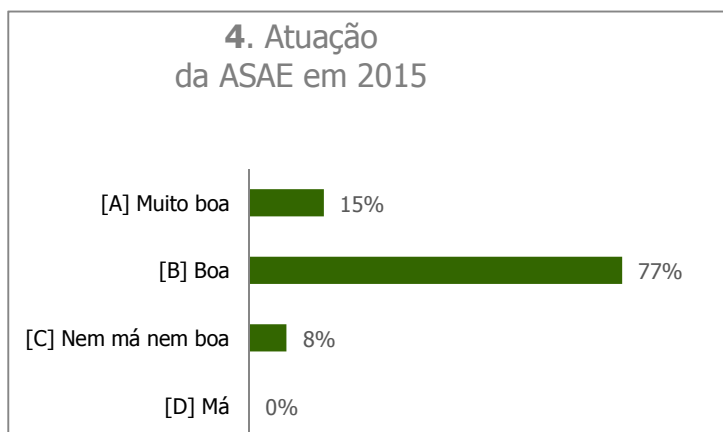


A área Divulgação de informação a consumidores e operadores económicos continua em 2015, tal como em 2013, a ser a opção assinalada como área predominante a reforçar

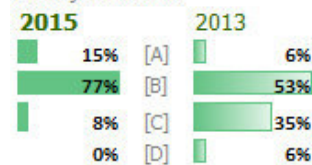
(é a escolha de 36% dos respondentes em 2015, dado ter

sido percecionada como ponto fraco pela maioria, 44%).

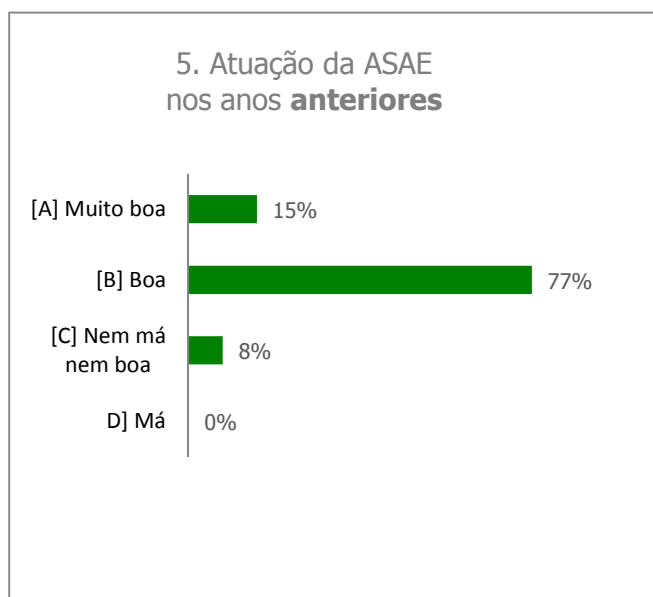
A Avaliação de Risco na área alimentar, comparativamente a 2013, surge agora como segunda área percecionada como necessário reforçar (passando de 10% em 2013 para 25% em 2015).



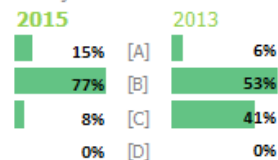
Atuação no ano



92% dos respondentes entenderam que a atuação da ASAE em 2015 foi **Muito Boa ou Boa**, assinalado por mais 33% respondentes do que em 2013.



Atuação anos anteriores



A atuação da ASAE nos anos anteriores a 2015 foi Muito Boa ou Boa para a quase globalidade dos respondentes (92%), o que traduz uma evolução positiva, de 2013 para 2015, deste aspeto na perceção dos inquiridos.

Saliente-se que em 2015 a **opção Má não foi assinalada por nenhum inquirido**, tal como em 2013.

6. Imagem da ASAE 2015

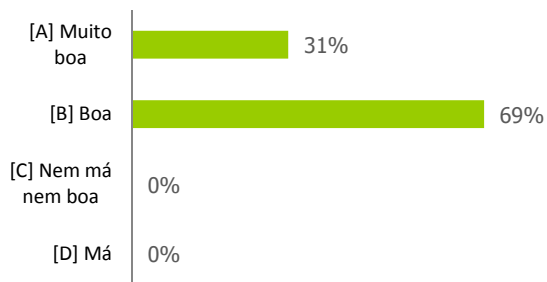
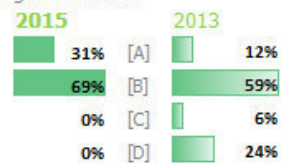


Imagem da ASAE



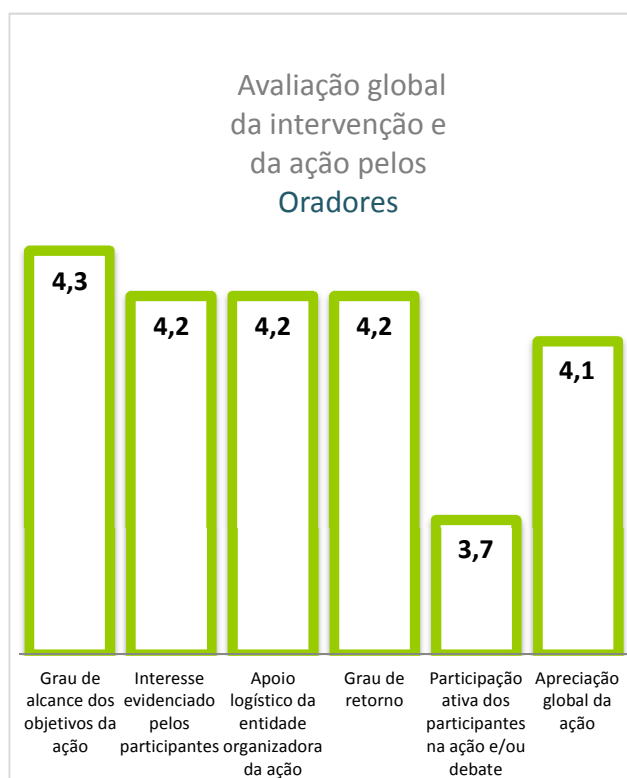
Comparativamente a 2013, a imagem da ASAE em 2015 evoluiu de forma muito positiva, pois **100%** dos respondentes considera a imagem da ASAE segundo os

RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO A ENTIDADES RECETORAS E ORADORES DAS SESSÕES DE FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO PÚBLICA

A avaliação das sessões de informação pública, pela sua importância e natureza, como prática sistemática implementada, apresenta em 2015 a seguinte preceção obtida quer da parte dos oradores intervenientes quer das entidades requerentes dessas sessões.

FICHA TÉCNICA

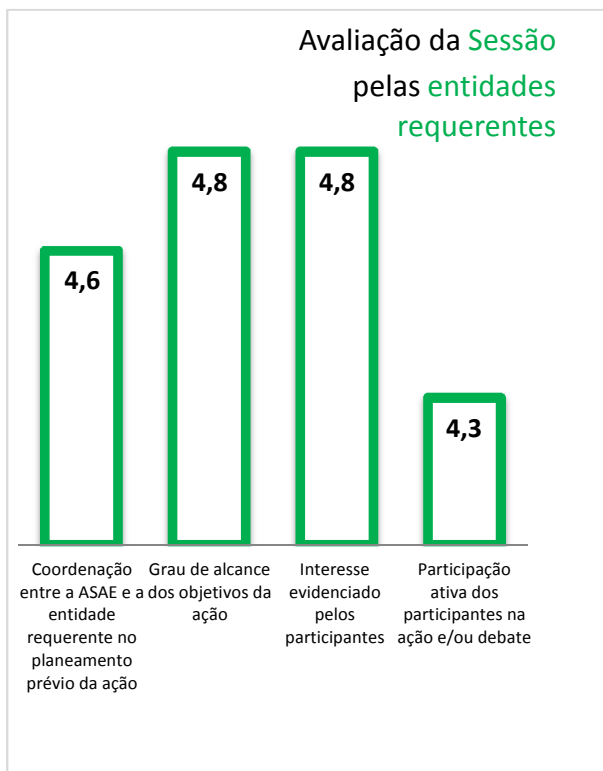
- Amostra: 84 oradores da ASAE
- Período de recolha de respostas: 2015
- Questionário: 5 questões
- Tipo de questões: 5 questões fechadas
- Escala de medida: numérica de Likert (níveis 1 a 5 – respetivamente “Muito baixo a Muito alto”)
- Natureza do questionário: nominal



O grau de satisfação global é muito positivo (5 dos 6 indicadores tem valores médios acima de 4) o que revela o interesse deste tipo de ações para a ASAE.

FICHA TÉCNICA

- Amostra: 5 tipos de entidades requerentes, sendo 26 Estabelecimentos de Ensino, 25 Associações, 15 Autarquias, 12 Entidades públicas e 7 Entidades privadas
- Período de recolha de respostas: 2015
- Questionário: composto por 6 questões
- Tipo de questões: 10 questões fechadas e 1 questão aberta
- Escala do questionário: numérica (Likert) 1 a 5 (respetivamente "Insuficiente/ Muito mau a Excelente/Muito alto")
- Natureza das respostas: respostas nominal



A avaliação das sessões é francamente positiva, com todos os valores médios superiores a 4 face à pontuação máxima de 5, demonstra uma capacidade elevada da ASAE para executar com qualidade a este tipo de intervenções. Destaca-se o Grau de alcance dos objetivos e o Interesse evidenciado pelos participantes com os valores mais elevado (4,8).



As entidades requerentes avaliam de forma muito positiva a prestação do orador (pontuação média acima de 4,5 num máximo de 5). Estes resultados demonstram a clara competência dos oradores que representaram a ASAE nos eventos e a grande mais-valia da sua intervenção.

IV. SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

O ambiente de controlo interno da ASAE assenta em instrumentos de gestão estratégicos específicos associados a todo um conjunto de boas práticas, de entre os quais se sumarizam:

O **Código de conduta e ética**¹⁴, referenciado ao papel da ASAE como entidade de inspeção e investigação, decisão processual e das áreas científica (avaliação dos riscos, conselho científico e painéis temáticos) e laboratorial.

O **Plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas**¹⁵, abrangente às funções dos titulares do cargo de direção e a todos os serviços da estrutura orgânica da ASAE, sendo que neste âmbito, em 2015 a ASAE colaborou na resposta ao questionário do Conselho de Prevenção da corrupção do Tribunal de Contas "PREVENIR A CORRUPÇÃO NO SETOR PÚBLICO. UMA EXPERIÊNCIA DE 5 ANOS" para apuramento do processo de elaboração deste instrumento e das eventuais dificuldades na sua implementação.

¹⁴ Publicitado no *website*, no qual estão definidos além dos princípios gerais da AP dirigidos a todos os/as colaboradores/as.

¹⁵ Instrumento decorrente da Recomendação nº.1/2009 de 1 de julho do CPC_ Conselho de Prevenção da Corrupção. Está também publicitado no *website* e identifica o grau da probabilidade de ocorrência de riscos de corrupção com a gravidade da consequência desses riscos.

Instrumento elaborado de acordo com os critérios definidos pela norma de gestão de risco-FERMA, Federation of European Risk Management Association, pelo COSO, Guidance om Enterprise Risk Management e ainda com as orientações da Direção Geral do tribunal de Contas

Atividades e Procedimentos de controlo implementados em diversas áreas sendo que a título de exemplo se apontam, na área inspetiva (manual de procedimentos de fiscalização PProfASAE), área laboratorial (manual da qualidade e manual de procedimentos técnicos e do sistema de gestão da área laboratorial e notas técnica na área avaliação dos riscos), área jurídica (notas técnico-jurídicas), no âmbito da gestão da frota automóvel (Despacho com as regras de utilização e controlo dos veículos que integram a frota da ASAE), bem como a adequada difusão de informação emitida pela direção e outras comunicações a nível interno com circuitos definidos (p.e. despacho, comunicação interna de serviço).

Esta autoridade foi ainda objeto de **ações de auditoria e ou de controlo desencadeadas internamente**¹⁶ (na área inspetiva com ações/processos CIDI e na área laboratorial com auditorias internas), bem como as derivadas da avaliação externa (por parte da Inspeção Geral das Finanças, Secretaria Geral do ME e IPAC) tal como a seguir explicitado.

¹⁶ Por elementos de equipas de controlo e ou auditoria com formação/qualificação adequada para o desempenho dessas funções

Controlo Interno do Desempenho da Atividade Inspetiva (CIDI)

No sentido de assegurar as ações de controlo interno na área inspetiva da ASAE em todas as fases do circuito procedimental e inspetivo - atividades e processos críticos, em 2015 foi autonomizado o Gabinete que desenvolve

ações deste âmbito, muito embora o mesmo já exista desde 2014 integrado na Unidade Nacional de Operações (UNO).

Neste enquadramento, em 2015 de acordo com a tabela seguinte, foram realizadas 6 ações CIDI:

Ações CIDI concluídas	Ações CIDI em fase de conclusão do relatório preliminar
<input type="checkbox"/> GCAAI CIDI 1/2015 Ação de Controlo de Sistema - Área não Alimentar – Direitos de Propriedade Intelectual – Direitos de autor e Direitos Conexos. Resultado: recomendações quanto a oportunidades de melhoria, de âmbito operacional e dos procedimentos instituídos	<input type="checkbox"/> Processo de Análise CIDI GCAAI 002-PAN-2015
<input type="checkbox"/> Processo de Averiguações CIDI DCAAI 001-PA-2015	<input type="checkbox"/> - GCAAI CIDI 2/2015 - CIDI 2/2015 Ação de Controlo Temático extraordinária – Área Alimentar – “Comercialização de sementes de espécies agrícolas”
<input type="checkbox"/> Processo de Averiguações CIDI GCAAI 001-PA-2015	
<input type="checkbox"/> Processo de Análise CIDI GCAAI 001-PAN-2015	

As ações de controlo interno que decorreram em sede de Processos de Averiguação CIDI e de Processo de Análise CIDI, referem-se às averiguações determinadas superiormente, no âmbito da execução da atividade inspetiva e respetivos procedimentos adotados pelos serviços operacionais.

Auditorias na área laboratorial

As auditorias internas¹⁷ realizadas, em abril e maio, ao Laboratório de Segurança Alimentar da ASAE teve como resultado apenas constatações não - conformidades menores¹⁸ e oportunidades de melhoria¹⁹, tal como resumo que se segue.

Área auditada	Não Conformidade Maior	Não conformidade Menor	Oportunidade de melhoria
<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de Gestão • Laboratórios (LBPV, LFQ e LM) 	<ul style="list-style-type: none"> • 0 • 0 	<ul style="list-style-type: none"> • 0 • 11 	<ul style="list-style-type: none"> • 5 • 16

A Avaliação externa de junho, pelo organismo nacional de acreditação – o IPAC, visava a renovação do certificado de acreditação dos Laboratórios da ASAE. Continha ainda o pedido de extensão da acreditação para vários ensaios, tendo sido concluído com sucesso, passando os ensaios a integrar o Anexo Técnico²⁰ dos Laboratórios:

A conceção da acreditação flexível de âmbito global dos ensaios deteção de organismos por PCR em tempo real que inclui as pesquisas de *Salmonella* spp. *Cronobacter* spp. e *Listeria monocytogenes*, que já estavam acreditadas em âmbito fixo, e 8 novas deteções de espécies animais em alimentos (LM)

A conceção da acreditação flexível de âmbito global dos ensaios deteção de micotoxinas em alimentos para animais (LFQ)

A conceção da acreditação flexível de âmbito intermédio para 3 novos ensaios em vinagre (LBPV)

As constatações encontradas foram em número reduzido (resumidas na tabela a seguir), o que face à complexidade e dimensão do sistema de gestão dos Laboratórios é um excelente desempenho.

¹⁷ As Auditorias internas são conduzidas por ou em nome da entidade auditada e executadas por auditores internos e ou externos devidamente qualificados

¹⁸ Não Conformidade menor- falha isolada de um requisito de acreditação que não põe em causa de modo significativo a qualidade do resultados ou o funcionamento do sistema de gestão. Normalmente é falha documental ou falha isolada. Não Conformidade Maior - Ausência ou falha sistemática de implementação de requisitos de acreditação que ponha em causa a qualidade dos resultados, do funcionamento do sistema de gestão ou das obrigações para com o IPAC.

Fonte: Regulamento geral de acreditação do IPAC

¹⁹ Oportunidade de melhoria -constatação que visa chamar a atenção para situação que poderá no futuro desencadear não conformidade ou ser uma mais-valia para a entidade avaliada

Fonte: Regulamento geral de acreditação do IPAC

²⁰ Documento emitido pelo IPAC no qual estão discriminados todos os ensaios acreditados, entre demais informação

Área avaliada	Não Conformidade Maior	Não conformidade Menor	Oportunidade de melhoria
<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de Gestão • Laboratórios (LBPV, LFQ e LM) 	<ul style="list-style-type: none"> • 0 • 0 	<ul style="list-style-type: none"> • 0 • 7 	<ul style="list-style-type: none"> • 0 • 7

Auditorias na área de gestão

Durante o ano 2015, tiveram lugar os seguintes inquéritos promovidos por duas entidades externas, a Inspeção-Geral de Finanças e a Secretaria-Geral do Ministério da Economia.

Inspeção-Geral de Finanças	Secretaria-Geral do Ministério da Economia
<input type="checkbox"/> fevereiro Solicitação de elementos do contrato de arrendamento celebrado entre a ESTAMO ²¹ e a ASAE referente ao prédio urbano sito na Rua Rodrigo da Fonseca, n.º 73, em Lisboa. Conclusão desconhecida à data	<input type="checkbox"/> abril Processo de Inquérito n.º 15531/2015 Apreciação da legalidade e regularidade da utilização das viaturas de serviço Relatório homologado pela tutela - Despacho n.º 108-XIX/SEAEcon/2015, de 2/09 com Recomendações . Resultado das recomendações: - Implementadas ações de correção e melhoria de situações com aprovação do Despacho n.º 19/2015, de 11 de dezembro - <i>Utilização e controlo dos veículos que integram a frota da ASAE</i> , definindo as regras de preenchimento de registo de utilização de viatura no módulo informático. - Aprimoradas as comunicações respeitantes à manutenção/reparação das mesmas e à sua afetação operacional
<input type="checkbox"/> julho Solicitação de pronúncia da nomeação para o cargo de direção intermédia de 2.º grau ²² Proc. N.º 2015/142/MB/777 (Ofício n.º 876, de 15/07/2015) Conclusão desconhecida à data	<input type="checkbox"/> julho Processo de Inquérito n.º 16141/2015 por denúncia da ASF-ASAE sobre a alegada "lista VIP" Relatório homologado pela tutela - Despacho n.º 24/2015, de 23/07, do ME Conclusão Não ficou provada a existência na ASAE de uma lista "VIP"
	<input type="checkbox"/> setembro Processo de Inquérito n.º 16241/2015 relativo à legalidade da nomeação para o cargo de direção intermédia de 2.º grau ⁹ Resultado: Arquivado. Despacho n.º 126-XIX/SEAEcon/2015, de 28/10/2015.

²¹ A ESTAMO é a empresa do grupo Parpública (Sociedade Gestora de Participações Sociais de capitais exclusivamente públicos, criada por Decreto-Lei no final de 2000) vocacionada para a compra ao Estado ou a Outros Entes Públicos e a privados de imóveis para revenda, para arrendamento ou para alienar após ações de promoção e valorização imobiliária dos mesmos

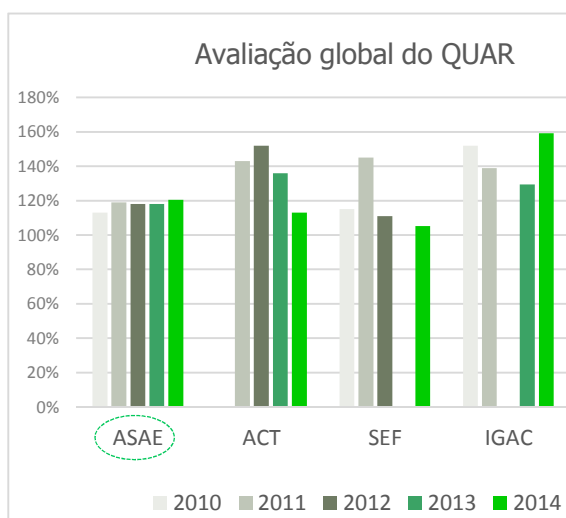
²² O objeto destas auditorias incidiu sobre o mesmo processo nomeação para o cargo de direção intermédia de 2.º grau

V. COMPARAÇÃO COM O DESEMPENHO DE SERVIÇOS IDÊNTICOS

Tendo a ASAE uma natureza peculiar de órgão de polícia criminal e de órgão de inspeção/fiscalização, sem paralelo, não obstante a inevitabilidade de comparação de serviços, a escolha recai em dois órgãos de inspeção- ACT e IGAC e num órgão policial e criminal, o SEF.

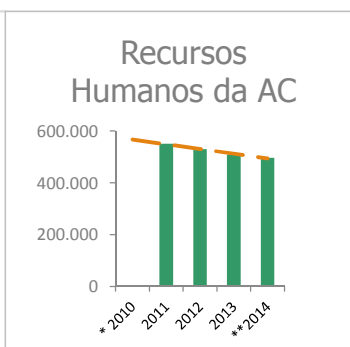
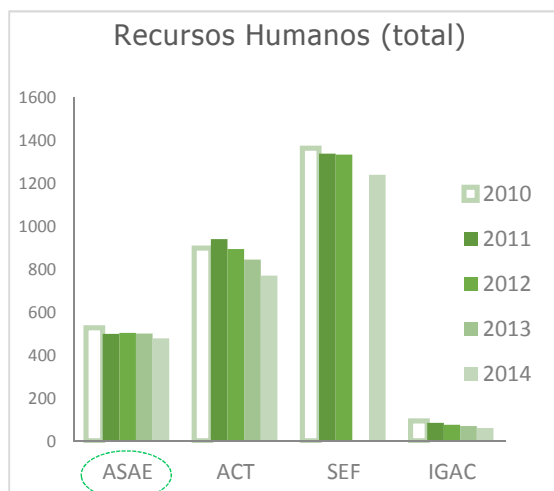
Uma nota de ressalva quanto aos dados de comparação que terão que ser sempre relativamente ao ano anterior ao ano em análise, sendo ainda que nem todos os serviços disponibilizam os dados de todos os anos.

Desempenho Global (QUAR)



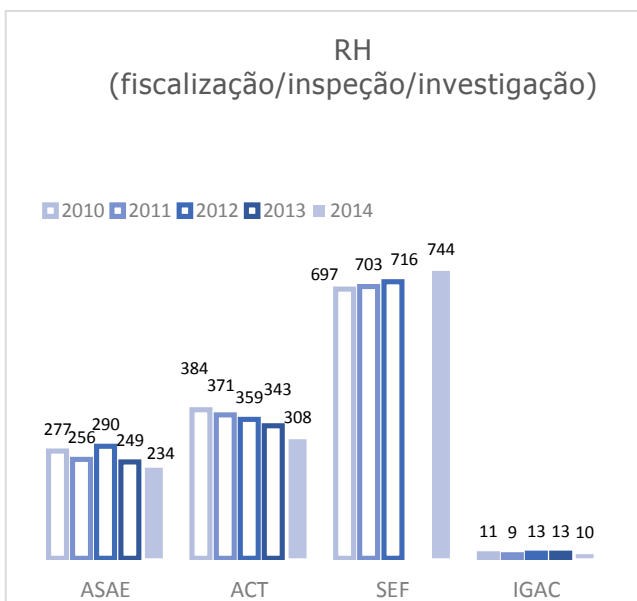
É notória a **constância do desempenho da ASAE** dos últimos cinco anos, comparativamente à oscilação do desempenho das outras entidades públicas aqui representadas.

Recursos

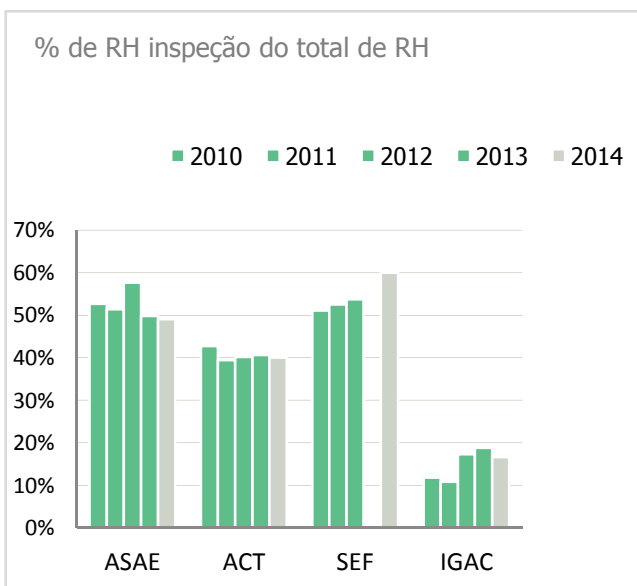


A ASAE, no quinquénio 2010-2014, (para os dados disponíveis) à semelhança de todos os serviços aqui comparados, regista uma **tendência de diminuição de RH**, na ordem do 9%, que no caso da da Administração Pública Central (AC) é de 10%. Excluindo a IGAC, essa **diminuição é menos acentuada na ASAE.**

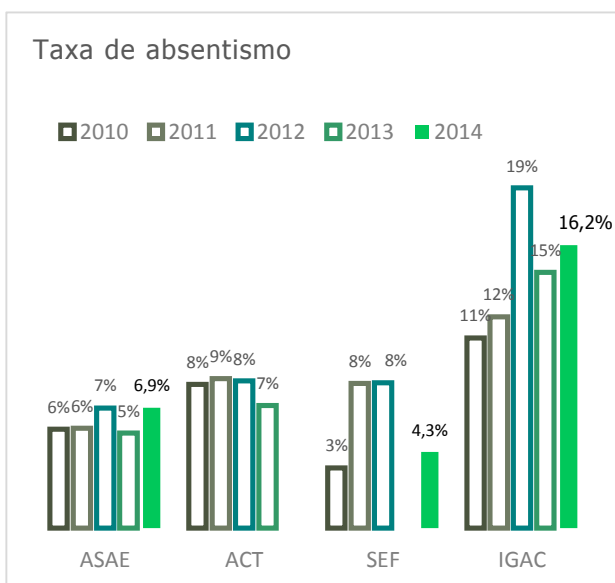
Fonte: SIED-DGAEP boletins trimestrais-
 *Dados não disponíveis
 ** 2014 dados disponíveis em 01/ 2016 são estimados
 **2015 dados disponíveis em 04/ 2016 são estimados para o 3º trimestre 2015



No período 2010-2015, à semelhança dos restantes serviços, com exceção do SEF, a ASAE, regista uma **tendência decrescente do efetivo do seu corpo inspetivo**. Contudo, cabe à ACT apresentar a maior redução (de 20%), seguindo-se a ASAE (de 15%) e por último a IGAC (com 1%).

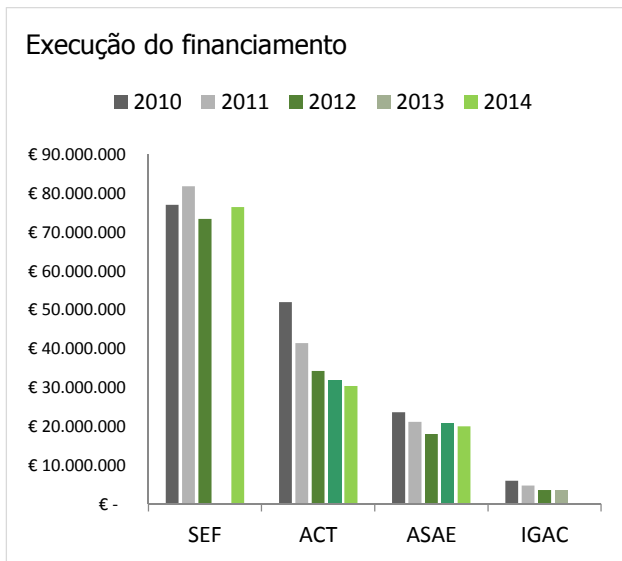


A ASAE, apresenta ao longo do quinquénio, uma **representatividade cuja média do efetivo do corpo inspetivo é superior aos demais serviços comparados**, excetuando o SEF, contudo muito próxima à deste, 52% contra 54% respetivamente, não obstante a grande diferença de RH total entre estes dois serviços que no SEF é em média 38% superior.



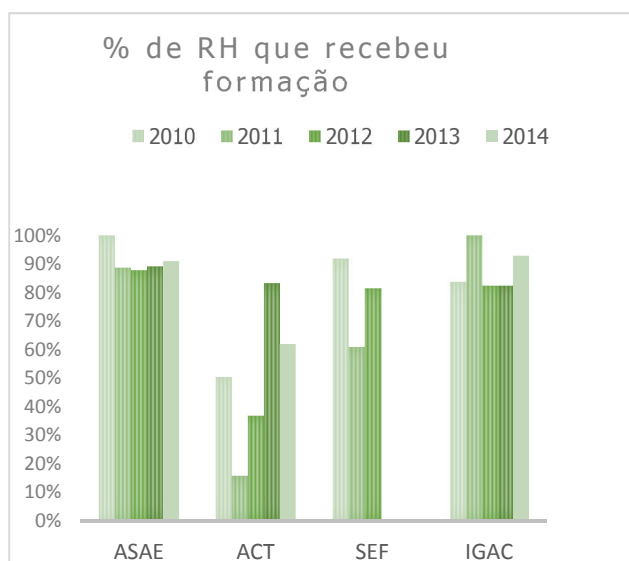
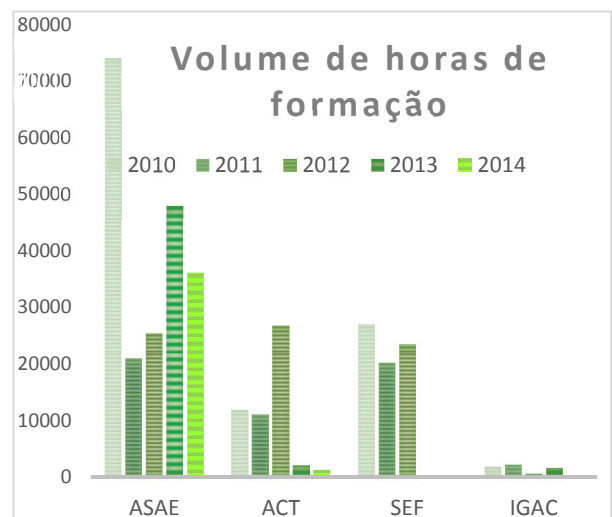
A taxa de absentismo no quinquénio 2010-2014 na ASAE continua a **manter-se como das mais reduzidas em termos comparativos**.

Capital Humano



Uma vez mais se ressalva as **dimensões distintas das entidades**, sendo a utilidade da comparação meramente enquadradora. As diferenças no volume do financiamento acompanham as de Recursos Humanos.

A ASAE desde 2010 até 2014 tem apresentado **um volume de horas de formação sempre superior e com bastante expressão, em regra, ao das entidades em comparação** não obstante o total de RH ser menor.



A ASAE tem mantido elevada a **percentagem média de RH com formação**, e de forma constante, à semelhança da IGAC.

VI. MEDIDAS PARA REFORÇO DO DESEMPENHO

A ASAE, com vista à melhoria do seu desempenho bem como à prestação de um serviço de qualidade aos seus “clientes”, do decurso da atividade desenvolvida durante o ano de 2015 detetou algumas dificuldades e aspetos de melhoria, de entre os quais merecem destaque os seguintes:

- ♦ **Aquisição e melhoria dos recursos tecnológicos para:**
 - Apoio ao exercício das suas atividades;
 - Simplificação de procedimentos;
 - Aperfeiçoamento dos métodos de trabalho;
 - Gestão integrada de processos (contraordenação);
 - Expansão de atividades (na área de combate e controlo da fraude em amostras de pescado);
- ♦ **Recursos Humanos:**
 - Recrutamento de mais inspetores;
 - Recrutamento de técnicos superiores.



VII. AUDIÇÃO DOS DIRIGENTES

No processo de construção da autoavaliação de 2015 desta Autoridade, existiu manifesto envolvimento dos Dirigentes, por via direta, e dos trabalhadores, por via indireta, ao nível da construção dos Objetivos, do Plano de Formação anual, do Plano de Atividades e do Relatório de Atividades e Autoavaliação.

- A **operacionalização do sistema de avaliação SIADAP** para o biénio 2015-2016, envolveu diretamente quer os dirigentes (SIADAP 2) quer os colaboradores (SIADAP 3) na contratualização dos objetivos através de reuniões, e em específico, reuniões parcelares e uma geral, para discussão dos objetivos traçados no **QUAR**, entre a Direção e os dirigentes das várias unidades orgânicas envolvidas e a área funcional de planeamento e estratégica.
- Para a elaboração do **Plano de Atividades de 2015 e do atual Relatório de Atividades e Autoavaliação da ASAE** foram solicitados contributos diretos às unidades orgânicas, centrais e desconcentradas, as quais envolvendo também os seus colaboradores, reportaram respetivamente, toda a informação de planeamento e de execução de atividades através de planos e relatórios parcelares.
- No caso da elaboração do **Plano de Formação anual**, a respetiva metodologia de diagnóstico das necessidades de formação,

DNF, envolveu todo o universo de RH incluindo dirigentes, abarcando dois níveis, o organizacional/funcional e o individual. A nível organizacional/funcional, com reunião com 8 dirigentes intermédios de 1.º grau das áreas de atividade centrais (operacional, investigação criminal, riscos alimentares e laboratorial, jurídica, administração e logística) e áreas desconcentradas (UR), que levou à aferição das necessidades prioritárias na ótica da organização após análise (de diplomas legais, PE 2013-2018, PA 2015), coordenadores técnicos internos da formação, entre outros, com preenchimento de um questionário. A nível individual,

mediante a consulta através do envio por *email* dos questionários previamente preenchidos com informação, endereçados respetivamente, a todos/as dirigentes/as intermédios de 2.º grau e a todo o universo de RH (apuramento das necessidades individuais específicas).

- A existência de uma caixa de sugestões, direcionada a todos os colaboradores na Intranet para recolha de críticas, “queixas”, e sugestões para temas da *ASAEnews* e demais informação útil e interessante, profissionalmente e para a ASAE.

VIII. AFETAÇÃO REAL E PREVISTA DOS RECURSOS

ATIVIDADES REALIZADAS

1. RECURSOS HUMANOS

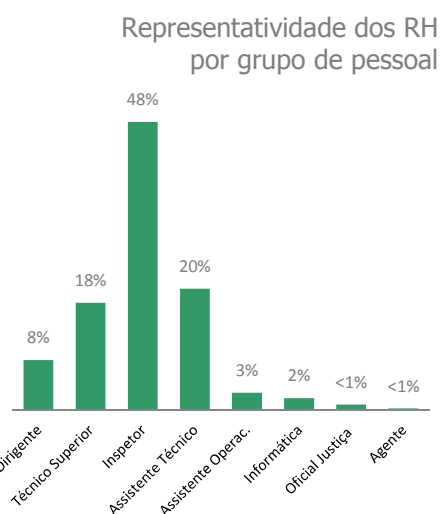
O universo de RH em exercício de funções na ASAE, à data de 31 de dezembro de 2015 perfazia 461. Destes, 33 encontram-se em regime de mobilidade interna na categoria e intercarreiras.

Continua a verificar-se a redução de RH, sendo aliás esta a tendência na AP (*vide*

Designação do grupo de pessoal	N.º
Dirigentes	38
Técnico/a Superior	82
Inspeção	221
Assistente Técnico/a	93
Assistente Operacional	13
Informática	9
Oficiais de Justiça	4
Agente	1
Total	461

ponto comparação dos serviços idênticos) sendo que especificamente de 2014 para 2015 essa redução foi de 16 trabalhadores/as. Para tal contribuíram as 20 saídas decorrentes de essencialmente (12) de mobilidades internas, cedências de interesse público, procedimentos concursais para outros organismos, bem como de licenças sem remuneração, cessação de funções dirigentes e regresso ao serviço de origem por cessação do regime de mobilidade interna, e por aposentação (8).

Contudo, de forma a **minimizar** este défice registado, observa-se que em 2015 se deu continuidade ao **recrutamento** de pessoal dirigente e da carreira inspetiva através de **procedimentos concursais**:



- **Cargos dirigentes intermédios** de 1.º e 2.º grau:
 - **Conclusão de dois** dos iniciados em 2014;
 - **Abertura de nove** em 2015, tendo **destes** sido concluídos **quatro** e mantendo-se os restantes em curso;
- **Conclusão do 4º do Curso de acesso à** carreira de inspetor/a superior finalizando-se assim o longo processo de recrutamento de 23 inspetores superiores, iniciado em 2009;

2. RECURSOS FINANCEIROS

A ASAE iniciou a sua atividade de 2015 com um forte constrangimento orçamental imposto pela respetiva lei do orçamento. Aliás, este foi o principal fator que pautou toda a atividade financeira no ano.

O ano de 2015, face ao valor disponível de 2014, iniciou-se com um decréscimo no orçamento disponível no montante de 1.367.042€, que pese embora represente pouco mais do que 5% do orçamento de 2014, teve reflexos com maior incidência,

no agrupamento económico das aquisições de bens e serviços. Na realidade, este decréscimo assume grande importância pois as diminuições sucessivas dos valores disponíveis em orçamento desde 2011, coloca agora esta Autoridade numa situação de elevado constrangimento orçamental.

Assim, a ASAE iniciou a sua atividade em 2015 com um orçamento corrigido de 18.767.043€.

GRAU DE EXECUÇÃO DA DESPESA POR GRANDES GRUPOS ECONÓMICOS

Descrição	Orçamento Corrigido	Despesa Paga		Grau de Execução
		Valor	%	
Despesas com pessoal	14.691.929,00€	14.024.022,23 €	78,02%	95,45%
Aquisição de bens e serviços	3.892.017,00 €	3.769.791,08 €	20,97%	96,86%
Juros e outros encargos	1.894,00 €	1.886,58 €	0,01%	99,61%
Transferências correntes	2.728,00 €	2.727,10 €	0,02%	99,97%
Outras despesas correntes	13.721,00 €	13.649,00 €	0,08%	99,48%
Aquisição de bens de capital	164.754,00 €	163.176,53 €	0,91%	99,04%
Total Despesas de Funcionamento	18.767.043,00€	17.975.252,52 €	100%	95,78%

ANÁLISE DA EXECUÇÃO DA DESPESA

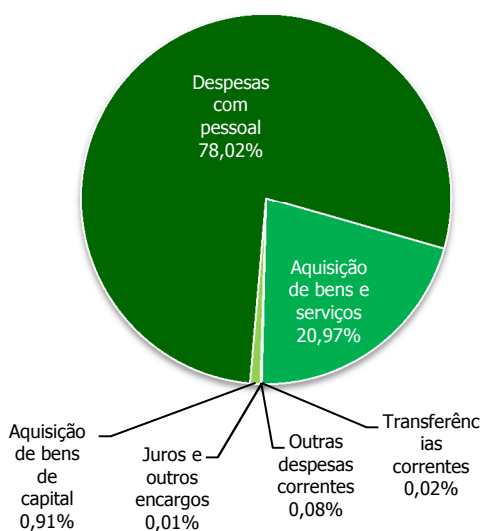
Despesas com pessoal, à semelhança de anos anteriores, é o agrupamento económico que maior peso tem na dotação disponível do orçamento, com a maior parte, **78%**, da dotação disponível total. Constata-se igualmente que representou mais de 78% do total da despesa

executada tendo aumentado em 6% face a 2014. Este **desvio nas despesas com pessoal** resulta do facto de não se ter efetivado a entrada dos 22 estagiários nas carreiras de inspeção, por não conclusão dos procedimentos concursais até ao final do ano.

No entanto, acresce referir que, mesmo que os concursos tivessem sido concluídos, a ASAE não teria possibilidade de proceder à nomeação dos estagiários em 2015, uma vez que os fundos disponíveis atribuídos a esta Autoridade não o permitiam. Repare-se a título exemplificativo a execução da ASAE na FF111 no valor de 12.481.350€ e o *plafond* de Fundos disponíveis no valor de 12.488.320€.

Dos restantes 22% da despesa total executada, cerca de 21% está afeto à aquisição de bens e serviços e uma menor percentagem à aquisição de bens de capital, ressalvando-se a aquisição de bens na área informática. Importa referir que os encargos das instalações, tais como, arrendamentos e demais serviços inerentes (eletricidade, água, serviços de limpeza, serviços de vigilância, entre outros), assim como os custos com a frota automóvel, i.e. combustíveis consumidos, custo da manutenção dos veículos (na vertente de manutenção de viaturas próprias e na vertente de aluguer), representam cerca de 60% a 70% do valor disponível deste agrupamento, tal como tem vindo a acontecer ao longo de toda a existência desta Autoridade, apesar dos esforços realizados no sentido de diminuição de custos.

Representatividade dos grandes grupos económicos da despesa



Por outro lado, o desvio nas aquisições de bens e serviços resulta da não execução das verbas do POPH (FF242), levando em consideração que os concursos acima referidos não foram concluídos e a verba era, essencialmente, para os cursos de formação dos estagiários.

Relativamente à **área das aquisições**, importa referir que por via dos constrangimentos impostos pelo orçamento, verificou-se uma diminuição acentuada do volume de processos aquisição, assim como um aumento da atividade da Unidade Ministerial de Compras da Secretaria-Geral, enquanto entidade agregadora do Ministério, que continua a atenuar a atividade deste setor. Refira-se, no entanto, que as sinergias obtidas com as aquisições agregadas a nível ministerial, são positivas para todas as entidades, não só a nível económico/financeiro, como também contribuem para a uniformização de procedimentos. Tal só é possível se restrito às aquisições transversais a todas as entidades, pois no que concerne à atividade específica desta Autoridade não é viável essa centralização.

Importa também que referir cerca de **15% da dotação disponível** afeta ao **agrupamento 02**, são absorvidos pela aquisição de **estampilhas especiais**,

despesa com grande peso neste agrupamento.

Conclui-se, assim, que o valor remanescente para fazer face às despesas correntes e incertas, mas imprescindíveis para o normal funcionamento da organização, é diminuto e que face à operacionalidade desta Autoridade é manifestamente insuficiente, sendo, por isso, fundamental fazer uma gestão eficaz do orçamento disponível definindo prioridades.

Para **colmatar o referido no ponto anterior** esta Autoridade recorreu ao **pedido de abertura de crédito especial** para aplicação de saldo transitado em sede de receitas próprias, no montante de 900.000€, pedido este que não foi autorizado pelo Ministério das Finanças, tendo condicionado fortemente o normal funcionamento desta Autoridade.

Quanto aos **restantes grupos económicos**, conclui-se que a dotação disponível foi ajustada às necessidades, daí a execução a rondar os 100%.

COBRANÇA DE RECEITAS PRÓPRIAS

Descrição	Receita Orçamentada	Receita Cobrada		Grau de Execução
		Valor	%	
Taxas diversas - Estampilhas	3.483.187,00 €	3.224.459,12 €	55,66%	92,57%
Coimas	2.049.497,00 €	1.770.760,68 €	30,57%	86,40%
Prestação de serviços	183.650,00 €	230.508,02 €	3,98%	125,51%
Outras receitas correntes	25.565,00 €	25.146,90 €	0,43%	98,36%
Transferências Correntes	447.400,00 €	447.400,00 €	7,72%	100,00%
FF 212+FF242	200.000,00 €	94.493,36 €	1,63%	47,25%
Total das Receitas Próprias	6.389.299,00 €	5.792.768,08 €	100,00%	90,66%

RA/SAG/VE

ANÁLISE DA COBRANÇA DE RECEITA

Tal como tem sido recorrente ao longo de toda a sua existência, a receita proveniente das **taxas cobradas por via da venda de estampilhas especiais** a apor nas bebidas espirituosas, continuou a ser a principal fonte de receitas desta Autoridade. Representou cerca de **56% do total** da receita cobrada e representa um **aumento face a 2014 de cerca de 24%**, denotando um bom indicador para a atividade a desenvolver em 2016.

Na mesma linha se apresenta o agrupamento da **prestação de serviços** cuja execução superou o expetável, por força de dois fatores:

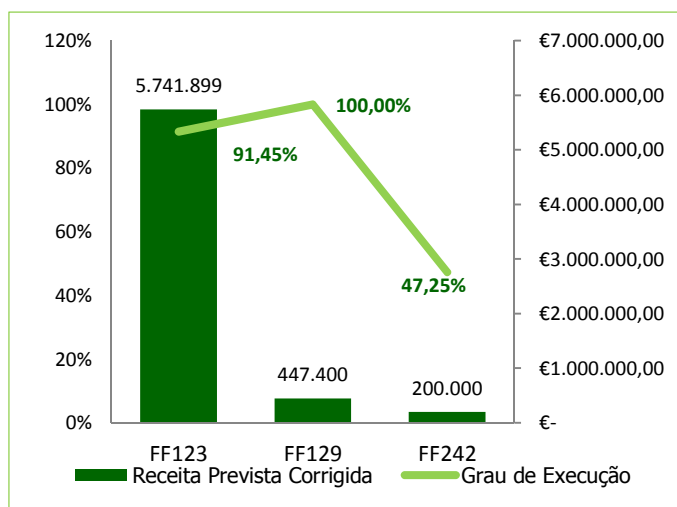
- Aumento da atividade laboratorial desta autoridade;
- Implementação de método de cobrança de valores vencidos.

Na sequência da implementação do novo método de cobrança de valores vencidos, importa referir que a **metodologia de cobrança coerciva de valores vencidos e não pagos** no que concerne a faturação emitida de prestação de serviços, implementada em 2014 e consolidada em 2015, permitiu a esta Autoridade a **regularização de 121 documentos** e a arrecadação de **receita de 76.465,87€**.

Em bom plano, quer por valor absoluto quer por percentagem de execução, esteve a rubrica '**Transferências Correntes**', onde a execução se fixou nos 100% relativamente ao valor previsto em orçamento. A lembrar que este valor respeita única e exclusivamente à transferência recebida anualmente do Turismo de Portugal.

Por fim, no que diz respeito aos valores provenientes do **Fundo Social Europeu (FF242)**, o grau de execução ficou-se pelos 47,25%, por questões de gestão interna, uma vez que não tiveram início os cursos de acesso às carreiras de inspeção.

Graficamente, apresenta-se a receita cobrada por grandes grupos de financiamento, e a sua execução em termos percentuais face ao valor orçamentado.



3. RECURSOS PATRIMONIAIS

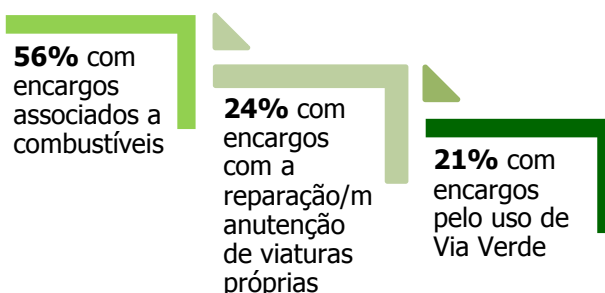
FROTA DE VIATURAS

Viaturas próprias	Viaturas em AOV	Total de viaturas
134 [48 gasóleo 86 gasolina]	45	179

A frota da ASAE mantém-se de 2014 para 2015 constituída no seu todo por **179 unidades**, nas modalidades viaturas próprias e em Regime de Aluguer Operacional (AOV). No caso desta última, toda a manutenção se encontra associada ao contrato, enquanto no caso das viaturas próprias a manutenção/revisão é assegurada pela ASAE.

Esta frota não colmata na íntegra as necessidades efetivas de viaturas, facto que foi melhorado após conclusão do procedimento de aquisição de 23 viaturas ligeiras em AOV, e com a aquisição posteriormente de mais 5 viaturas comerciais destinadas essencialmente, a apoiar a atividade operacional e a laboratorial, o que constitui a maior aquisição de viaturas ocorrida nesta Autoridade.

O encargo global de 534.255€ repartido da seguinte forma:



Atente-se na **redução**, de novo, dos custos de exploração, em cerca de 17%. Foi o fator custos de reparação/manutenção de viaturas, aquele que mais contribuiu para esta eficiência, com uma redução na ordem 37%. Igualmente importante foi a substituição de algumas viaturas usadas por outras novas, bem como a renegociação do preço/hora praticado nas oficinas de mecânica que operam com a ASAE.

4. OUTROS RECURSOS

IMOBILIZADO

O número de imóveis da ASAE e as suas localizações geográficas evidenciados a seguir, permite concluir da complexidade na gestão de todo o património e das atividades de gestão dada a natureza de distribuição territorial desta autoridade.

Sede ASAE
Unidade Regional do Norte/Porto
Unidade Regional do Centro
Unidade Regional do Sul /Lisboa
Unidade Operacional XI/Évora
Unidade Operacional XII/Faro
Unidade Operacional III/ Mirandela
Unidade Operacional X/ Santarém
Unidade Operacional VI/ Castelo Branco
Armazém /Barcelos
Armazém /Castelo Branco
Departamento de Riscos Alimentares e Laboratórios / Campus do Lumiar
Armazém MARL/Loures
2 Garagens (Altiquartet e David & Filhos)

Ilustração 9 – N.º de edifícios a cargo da ASAE em dezembro 2015

Dada a onerosidade das rendas dos imóveis, que representa 89% do montante anual pago em encargos com instalações, constitui pois um desafio constante para a ASAE a procura de novas soluções de arrendamento que visem diminuir o encargo anual em rendas de imóveis.

Salienta-se a importância dos armazéns para apoio logístico à área operacional, nos quais foram movimentados cerca de 7.000 volumes em armazém, e destes 3.500 objeto de levantamento (entrega na Inspeção-Geral de Jogos para perícia, entrega a tribunais e outros incluindo para doação e destruição) e 3.500 objeto de depósito.

Armazém	Taxa de ocupação
Castelo Branco	82%
Barcelos	80%
MARL	90%

Ilustração 10 Taxa de ocupação dos armazéns a cargo da ASAE

IX. ANÁLISE SWOT

Inerente ao presente Relatório elaborado com um objetivo de dar nota de todo um balanço da atividade importa também identificar e destacar os pontos fortes e fracos da

organização, bem como as oportunidades e ameaças existentes no meio envolvente, neste sentido foram dá-se nota dos seguintes elementos:



Face aos elementos supra identificados importa constatar que as oportunidades e os pontos fortes são os atributos que permitiram a atingir os objetivos; enquanto as ameaças e os pontos fracos foram os fatores que

marcaram negativamente a organização e decerto modo, em algumas áreas/Unidades Orgânicas, afetaram/impediram a concretização dos objetivos, sendo, por isso, fundamental ultrapassá-los.

X. AVALIAÇÃO FINAL DO SERVIÇO

Numa abordagem final do balanço das atividades de 2015, tendo em conta a vasta amplitude das atribuições desta Autoridade, os recursos disponíveis envolvidos na prossecução da missão, e alguns condicionantes conjunturais, foi possível prosseguir o referencial estratégico plurianual, PE²³ 2013-2018. As ações empreendidas pelas diferentes unidades orgânicas desta Autoridade levaram a bom termo a prossecução e até a superação de algumas das metas dos objetivos operacionais definidos no Quadro de Avaliação e Responsabilização, QUAR, tal como sumariamente se apresenta:

- A inspeção e fiscalização de operadores económicos desenvolvidas deram cumprimento ao plano de inspeção e fiscalização, do qual resultaram 40.497 operadores económicos fiscalizados, concretizado em operações nacionais e regionais que foram executadas a vários níveis de exigência e especialização técnica, o que representa por um lado, uma otimização de recursos e por outro, a aplicação possível e adequada de prioridades de atuação no terreno;
- O Controlo oficial por amostragem com resultado superado de 99% foi exequível face a um bom trabalho técnico e qualificado quer a

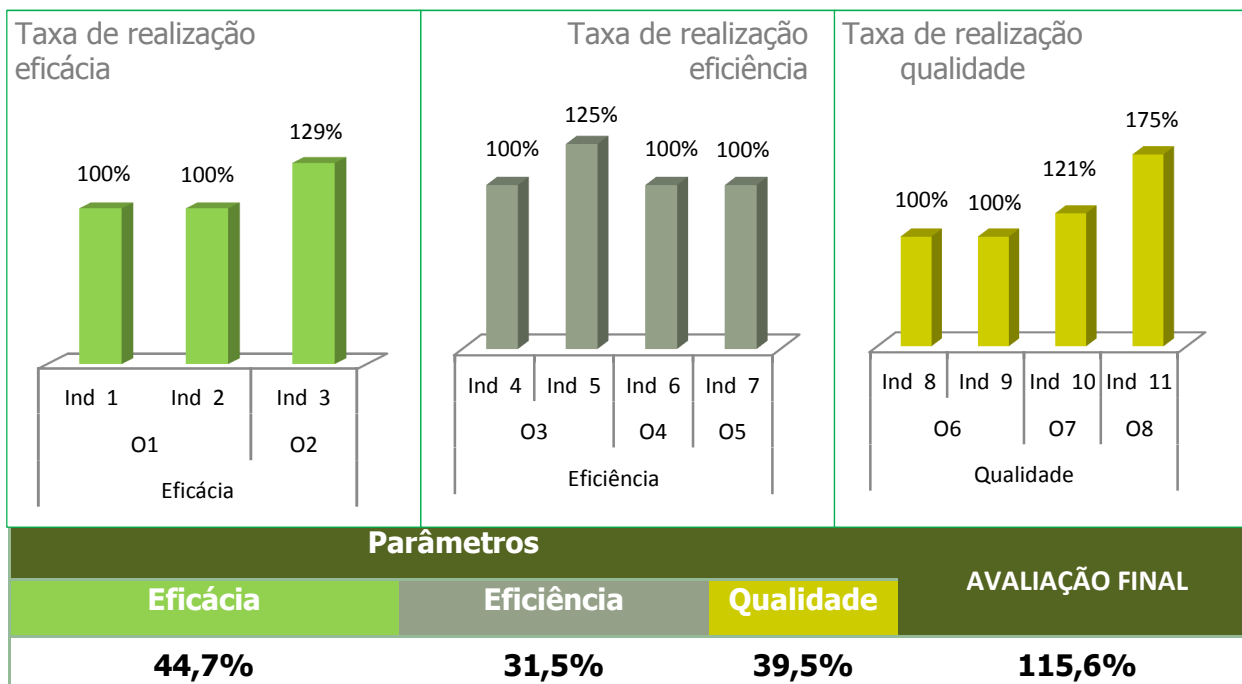
montante, no reduzido nº de não conformidades na colheita de amostras de géneros alimentícios quer a jusante, na fase de análise laboratorial;

- A Consolidação da atividade de investigação criminal, atingindo a meta de 20% de processos instaurados de natureza criminal, e cuja qualidade processual teve a apreciação de diversos magistrados que expressamente manifestaram esse reconhecimento. O alargamento a todas as áreas criminais superou o exetável (90%) aliado ao facto de algumas investigações terem exigido diligências complexas;
- A atividade processual ao nível da decisão atingiu os propósitos de contribuição para a eficácia do ato inspetivo, com a conclusão de 12.917 processos.
- A solidez do conhecimento científico, ficou igualmente evidenciada com a realização das metas, através do desempenho satisfatório laboratoria obtido na avaliação externa, bem como na avaliação e comunicação dos riscos na cadeia alimentar com a execução de seminários com uma cadência quase mensal;
- A componente de reforço do capital humano com a superação da meta de execução do Plano de Formação

(97%), sendo de destacar o considerável volume de formação enquadrado no 4.º Curso de acesso à carreira de inspeção e a avaliação de satisfação da atividade formativa;

- A atividade de cooperação a nível nacional e internacional, uma vez

mais reforçada e superada com 16 protocolos, sendo 4 de nível nacional, e 12 com homólogas dos países envolvidos, tendo em vista o aprofundamento do relacionamento político-institucional.



No que respeita à avaliação resultante do QUAR, observa-se que do total dos 8 objetivos que agrupa 11 indicadores:

- ♦ **4 Superados,** com representação nos 3 parâmetros (Eficácia; Eficiência e Qualidade).
- ♦ 7 Atingidos.

Conclui-se pois que as exigências que se colocaram a nível interno e externo, os esforços e empenho demonstrados permitiram a esta autoridade continuar a afirmar-se como referência na prossecução da defesa dos consumidores, da saúde

pública e da salvaguarda da sã concorrência entre operadores económicos.

Nestes termos e de acordo com o disposto no art.º 18. Lei n.º 66-B/2007 de 28, de dezembro, esta Autoridade atingiu todos os objetivos, superando alguns, resultando daí uma avaliação global do QUAR na ordem dos 115,6%.

Face à fundamentação acima apresentada propõe-se a atribuição da menção qualitativa de **Bom**.

XI. LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Administração Pública Central
ACIBEV	Associação de Vinhos e Espirituosos de Portugal
ACT	Autoridade para as Condições do Trabalho
ADCO groups	Administrative Cooperation Groups
ADN	Ácido desoxirribonucleico
AFNOR	Association Française de Normalisation
AGAP	Associação de Ginásios de Portugal
AGROBIO	Associação Portuguesa de Agricultura Biológica
SWOT	Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats
ANECRA	Associação Nacional das Empresas do Comércio e da Reparação Automóvel
AORP	Associação Portuguesa de Ourivesaria e Relojoaria de Portugal
AOV	Aluguer Operacional de Viaturas
AP	Administração Pública
APCER	Associação Portuguesa de Certificação
ARFA	Agência de Regulação dos Produtos Farmacêuticos e Alimentares de Cabo Verde
ARAN	Associação Nacional do Ramo Automóvel
ASAE	Autoridade de Segurança Alimentar e Económica
AT	Autoridade Tributária e Aduaneira
Basegov	Portal dos Contratos Públicos do Governo
BD	Base de Dados
BEDI	Banco Europeu de Dados Isotópicos
BFR	Federal Institute for Risk Assessment - Alemanha
CC	Concelho Científico
CE	Comissão Europeia
CFDA	Food and Drug Administration - China
CCO	Centro de Coordenação Operacional
CC-RAEM	Conselho de Consumidores da Região Administrativa Especial de Macau
CFS	Center for Food Safety - Hong Kong
CIAB	Centro de Informação, Mediação e Arbitragem de Consumo
CIDI	Controlo Interno do Desempenho Insetivo
CINDOR	Centro de Formação Profissional da Indústria de Ourivesaria e Relojoaria
CM	Câmara Municipal
CNCM	Centro Nacional Coordenador Marítimo
CO	Contra ordenação
COSO	Guidance on Enterprise Risk Management
CPC	Conselho de Prevenção da Corrupção
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CR	Crime
CSA-IACM	Centro de Segurança Alimentar-Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais de Macau
DCAAI	Divisão de Coordenação e Avaliação da Atividade Insetiva
DGAEP	Direção Geral da Administração e do Emprego Público
DGCCRF	Direction-Générale du Contrôle Économique et de la Répression des Fraudes - Argélia
DGCEC	Direction-Générale de la Coopération Economique et Commerciale - Tunísia
DGS	Direção Geral da Saúde
DGAV	Direção Geral de Alimentação e Veterinária
DIAP	Departamento de Investigação e Ação Penal
DNF	Diagnóstico das necessidades de formação
DSE	Direção de Serviços da Economia de Macau
DUC	Documento Único de Cobrança
DGERT	Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho
EFSA	Autoridade de Segurança Alimentar Europeia
EM	Estado Membro
EMPACT	European Multidisciplinary Platform Against Criminal Threats
ESPAP	Entidade de serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.
EUROPOL	Serviço Europeu de Polícia
FAQ`s	Perguntas frequentes
FERMA	Federation of European Risk Management Association
FOF	Ficha de Operador Fiscalizado
FSE	Fundo Social Europeu
GC	Cromatografia gasosa
GAC	Grupo AntiContrafação
GAFI	Grupo de Ação Financeira
GCAAI	Gabinete de Coordenação e Avaliação da Atividade Insetiva
GDFC	General Directorate of Food and Control

GERFIP	Gestão de Recursos Financeiros em modo Partilhado
GESTASAE	Sistema de informação da Holos para suporte informático da gestão documental e processual da ASAE
GIGC	Inspeção-Geral do Comércio - Angola
GNR	Guarda Nacional Republicana
IAE	Inspeção Nacional das Atividades Económicas
IAE	Inspeção Alimentar e Económica - Timor-Leste
ICNF	Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas
ICP-ANACOM	Autoridade Nacional de Comunicações
IG	Inspetor-geral
IGAC	Inspeção-Geral das Atividades Culturais
IGAE	Inspeção-Geral das Atividades Económicas
INA	Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas
INAE	Inspeção Nacional das Atividades Económicas da República - Moçambique
INIAV	Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P.
IPAC	Instituto Português de Acreditação
IRAE Açores	Inspeção Regional das Atividades Económicas dos Açores
IRAE Madeira	Inspeção Regional das Atividades Económicas da Madeira
IST	Instituto Superior Técnico
ISO	International Organization for Standardization
IVA	Imposto sobre Valor Acrescentado
LBPV	Laboratório de Bebidas e Produtos Vitivinícolas
LFQ	Laboratório de Físico-Química
LM	Laboratório de Microbiologia
MARL	Mercado Abastecedor da Região de Lisboa
ME	Ministério da Economia
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OGM	Organismos Geneticamente Modificados
OIV	Organização Internacional da Vinha e do Vinho
ONSSA	Office National de Sécurité Sanitaire des Produits Alimentaires - Marrocos
OPSON	Operação conjunta da Interpol e Europol
PAH	Hidrocarbonetos aromáticos policíclicos
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PCR	Reação em Cadeia da Polimerase
PE	Plano Estratégico
PEB	Parque de Exposições de Braga
PIPC	Propriedade Industrial e Práticas Comerciais
PIRC	Práticas Individuais Restritivas do Comércio
PJ	Polícia Judiciária
PNCA	Plano Nacional de Colheita de Amostras
PNCPI	Plano Nacional de Controlo Plurianual Integrado
PNGCA	Plano Nacional de Gestão de Crises Alimentares
PNCRP	Plano Nacional de Controlo de Resíduos Pesticidas
PNRCCA	Plano Nacional de Controlo da Radioatividade na Cadeia Alimentar
POPH	Programa Operacional Potencial Humano
PROFASAE	Manual de Procedimentos de Fiscalização
PROSAFE	Fórum de Segurança de Produtos Europeu
PSG	Procedimentos do Sistema de Gestão
PSP	Polícia de Segurança Pública
PT	Painéis Temáticos
PTV	Pedido de Verificação Técnica
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
RAO	Relatório de Atividade Operacional
RAP	Reposição abatida aos pagamentos
RAPEX	Sistema Comunitário de Troca Rápida de Informações de produtos de consumo perigosos, não alimentares
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
RELACRE	Associação dos Laboratórios Acreditados de Portugal
RH	Recursos Humanos
RTIC	Rede Telemática de Informação Comum
RJACSR	Regime de Acesso a Atividades de Comércio, Serviços e Restauração
RJOC	Regime Jurídico da Ourivesaria e Contrastarias
RNAP	Reposição Não Abatida aos Pagamentos
SAIC	State Administration For Industry & Commerce - China
SEF	Serviços de Estrangeiros e Fronteiras
SEGUREX	Salão Internacional de Proteção e Segurança
SEGAL	Segurança Alimentar e Saúde Pública
SGME	Secretaria-Geral do Ministério da Economia
STEC	Método de Detecção de e. Colienteropatogénicas
SIADAP	Sistema Integrado da Avaliação de Desempenho da Administração Pública
SIED	Serviço de Informações Estratégicas de Defesa
SIIA	Sistema de Informação Integrado da ASAE
SIIE	Sistema de Informação de Imóveis do Estado
SIOE	Sistema de Informação da Organização do Estado

SIRESP	Sistema de Informação de Rádio e Equipamentos de Segurança Pessoal
SIS	Sistema de Informação de Segurança
SISCOLE	Sistema Brasileiro de Cadastro de Organismos e Laboratórios Estrangeiros
SMIC	Secretaria Municipal de Indústria e Comércio
SKF	Svenska Kullager Fabriken
SST	Segurança e Saúde no Trabalho
TAIEX	Technical Assistance and Information Exchange
TVI	Televisão Independente
UE	União Europeia
UIF	União de Informação Financeira
UMC	Unidade Ministerial de Compras
UNE	Unidade Nacional Europol
UO	Unidade Operacional
UR	Unidade Regional
URC	Unidade Regional do Centro
URN	Unidade Regional do Norte
URS	Unidade Regional do Sul
VIP	Very Important Person
VOIP	Voice Over Internet Protocol

XII. ANEXOS

ANEXO I -ATIVIDADES CORRENTES – RESULTADOS

ANEXO II - QUAR 2015

ANEXO III -BALANÇO SOCIAL 2015